

**UNIVERSIDADE DE UBERABA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**BÁRBARA PAIVA**

**GÊNESE DA UNIVERSIDADE DE UBERABA: ABERTURA DOS CURSOS DE  
ODONTOLOGIA, DIREITO E ENGENHARIA (1947-1956)**

Uberaba/MG

2020



**BÁRBARA PAIVA**

**GÊNESE DA UNIVERSIDADE DE UBERABA: ABERTURA DOS CURSOS DE  
ODONTOLOGIA, DIREITO E ENGENHARIA (1947-1956)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba - UNIUBE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, na Linha de Pesquisa II: Processos Educacionais e Seus Fundamentos.

Uberaba/MG

2020.

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Paiva, Bárbara.

P166g Gênese da Universidade de Uberaba: abertura dos cursos de Odontologia, Direito e Engenharia (1947-1956) / Bárbara Paiva. – Uberaba, 2020.  
120 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação em Educação. Linha de pesquisa: Processos Educacionais e seus Fundamentos.  
Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

1. Ensino superior. 2. Educação. 3. Formação profissional. I. Gonçalves Neto, Wenceslau. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação. III. Título.

CDD 378

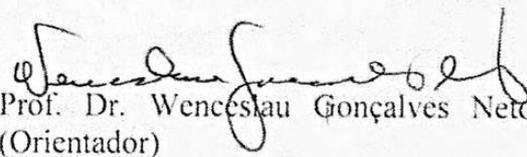
Bárbara Paiva

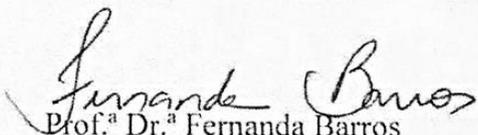
GÊNESE DA UNIVERSIDADE DE UBERABA: ABERTURA DOS CURSOS DE  
ODONTOLOGIA, DIREITO E ENGENHARIA (1947-1956)

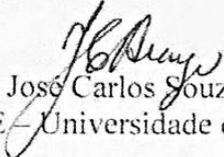
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 09/03/2020

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto  
(Orientador)  
UNIUBE - Universidade de Uberaba.

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Barros  
UFG – Universidade Federal de Goiás

  
Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo  
UNIUBE – Universidade de Uberaba



Dedico este trabalho aos meus pais, que são a razão do meu viver, meus exemplos de vida, exemplos de tudo. Vocês são a inspiração que faz meu coração bater a cada instante, transbordando o mais puro sentimento: o Amor...

Às minhas irmãs, pelo companheirismo, carinho e incentivo. Vocês são pontos de luz em meu caminho...

Ao Vinícius, pela alegria incontida, pelas horas compartilhadas, por seu sorriso, que me faz ver a vida mais colorida...



## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me concedido a oportunidade de chegar até aqui e por ter me cercado com tantas pessoas maravilhosas.

Aos meus pais, Márcio e Milene, pelo apoio de todas as horas, pelas conversas e conselhos, por estarem comigo não só nesta caminhada, mas em todos os momentos, amparando-me, incentivando-me e, sobretudo, guiando-me em minha jornada. Vocês são minha luz, o motivo de eu estar aqui.

Às minhas irmãs, Carolina e Luciana, pela companhia, pelo afeto, sobretudo, pelo companheirismo e lealdade de todas as horas.

Ao Vinícius, meu sobrinho tão amado, pela alegria, pelos risos e sorrisos... Pelos cafés da tarde, mais leves e mais doces na sua companhia.

À tia Heloísa, pelos ensinamentos, pela paciência, pelo carinho. Sua presença é especial em minha vida.

Aos meus amores: Pimpy, Nick, Bobby, Juca, Théo, July e Doly pelas horas de estudo compartilhadas (até pelos livros comidos)...

Ao Dr. Guido Bilharinho, pelo rico aprendizado sobre a história de Uberaba, pelas conversas que me agregaram tanto valor e ao Dr. Demilton Dib, pela contribuição com fotos e histórias.

Aos amigos João Eurípedes Sabino que, com conversas regadas a poesia e história, incutiu-me conhecimentos, permitindo-me adentrar à Academia de Letras do Triângulo Mineiro, casa dos poetas, lugar onde se constroem os sonhos; e ao Vinícius Portela, pela presença e apoio constantes em minha vida.

À Tatiane Viana e a toda equipe da Biblioteca Central da Universidade de Uberaba pelo tratamento cordial.

À Marta Zednik de Casanova e a todos os servidores do Arquivo Público Municipal, que sempre me receberam com atenção e presteza na Superintendência do Arquivo Público de Uberaba – MG.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação e aos mestres, por oferecerem qualidade de ensino e por me proporcionarem tantas experiências.

Aos colegas da UFTM, que compartilharam essa experiência comigo, apoiando-me sempre que necessário.



Ao professor Wenceslau, pelo carinho, companheirismo, apoio, incentivo, pela compreensão e orientação. Sua presença foi fundamental para a realização deste trabalho. Muito obrigada.



## Resumo

Este trabalho, situado na Linha de Pesquisa II: Processos Educacionais e Seus Fundamentos e intitulado **Gênese da Universidade de Uberaba: Abertura dos Cursos de Odontologia, Direito e Engenharia(1947-1956)** baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental e fará uma evolução histórica dos primeiros cursos superiores fundados em Uberaba pelas Faculdades do Triângulo Mineiro a partir do final da década de 1940: Odontologia, Direito e Engenharia, abarcando temáticas como o contexto histórico-social em que foram fundados, sua origem, desenvolvimento e importância para a cidade, que, até então, tinha uma economia eminentemente ruralizada e que, após a sua instituição, transformou-se em um polo universitário, que atendia à população de Uberaba e região. Para a realização deste estudo, foi necessário visitar a Biblioteca Municipal Bernardo Guimarães e a Biblioteca Central da Uniube. A pesquisadora também esteve no Arquivo Público Municipal e no Memorial Mário Palmério (Centro de Documentação que reúne registros como correspondências, fotografias, slides, agendas e os diários), encontrando nesses locais as fontes que embasaram este trabalho, não obstante tenha esbarrado em grande dificuldade na realização dessa pesquisa, já que os órgãos responsáveis pela guarda do material histórico muitas vezes não dispunham de informações ou se negaram a fornecê-las. O objeto dessa pesquisa encontra-se no surgimento desses três cursos superiores iniciais: Odontologia, Direito e Engenharia, instalados na cidade com o objetivo de suprir a carência de profissionais graduado e recorte temporal analisado compreenderá o período de 1947 (fundação da Faculdade de Odontologia da Universidade de Uberaba), até 1956 (quando foi inaugurada a Faculdade de Engenharia). Após a realização deste estudo, percebeu-se que com o advento dos primeiros cursos ofertados pelas Faculdades do Triângulo Mineiro a cidade evoluiu e, aos poucos, adquiriu ares universitários, alcançando, conseqüentemente, maior intelectualidade. Cumpre registrar, nesse sentido, que Uberaba está entre as dez cidades mineiras que oferecem cursos superiores.

**Palavras-Chave:** Primeiros Cursos Superiores. Universidade de Uberaba. Evolução Histórica.



### **Abstract:**

This work, located in Research Line II: Educational Processes and Their Foundations and entitled Genesis of the University of Uberaba: Opening of Dentistry, Law and Engineering Courses (1947-1956) is based on bibliographic and documentary research and will make a historical evolution of the first higher education courses founded in Uberaba by the Faculties of the Triângulo Mineiro from the end of the 1940s: Dentistry, Law and Engineering, covering themes such as the historical-social context in which they were founded, their origin, development and importance for the city, which until then had an eminently ruralized economy and which, after its institution, became a university center, which served the population of Uberaba and the region. For this study, it was necessary to visit the Bernardo Guimarães Municipal Library and the Uniube Central Library. The researcher was also at the Municipal Public Archive and at the Memorial Mário Palmério (Documentation Center that gathers records such as correspondence, photographs, slides, agendas and diaries), finding in these places the sources that underpinned this work, although she encountered great difficulty in carrying out this research, since the agencies responsible for the custody of the historical material often did not have information or refused to provide it. The object of this research is in the emergence of these three initial higher education courses: Dentistry, Law and Engineering, installed in the city with the aim of filling the shortage of graduated professionals and the time cut analyzed will comprise the period from 1947 (foundation of the School of Dentistry of the University of Uberaba), until 1956 (when the School of Engineering was inaugurated). After this study, it was noticed that with the advent of the first courses offered by the Faculties of the Triângulo Mineiro, the city evolved and, little by little, acquired university airs, reaching, consequently, greater intellectuality. It should be noted, in this sense, that Uberaba is among the ten cities in Minas Gerais that offer higher education courses.

**Key-Words:** First Superior Courses. University of Uberaba. Historical Development.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - Panorama do Ensino Superior no Brasil .....</b>	<b>14</b>
1.1 A Educação no Período Colonial .....	14
1.1.2 A Educação no Império e o Início do Ensino Superior .....	16
1.1.3 Ensino Superior na Primeira República .....	20
1.2 Sobre a Universidade do Rio de Janeiro (Universidade do Brasil) .....	26
1.3 Criação da Universidade de Minas Gerais .....	27
1.4 A Revolução de 1930 e a Criação do Ministério da Educação .....	29
1.5 O Estatuto da Universidade Brasileira.....	30
1.6 O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova .....	34
1.7 Criação da Universidade de Brasília (UNB) .....	37
<b>CAPÍTULO 2: Contexto sócio-histórico e econômico da cidade de Uberaba e as primeiras instituições de Ensino Superior .....</b>	<b>42</b>
2.1 Origem Sócio-Histórica de Uberaba.....	42
2.1.1 Instalação Oficial do Ensino em Uberaba .....	46
2.1.2 Instalação da Linha Telegráfica e da Companhia Mogiana .....	46
2.1.3 Exposição Agropecuária – Expozebu.....	49
2.1.4 Lançamentos e Cultura .....	50
2.1.5 Mercado Municipal de Uberaba .....	50
2.1.6 Mudanças Estruturais na Cidade de Uberaba .....	51
2.1.7 Visão Prévia da Odontologia e a Primeira Instituição de Ensino Superior- Escola Superior de Farmácia e Odontologia de Uberaba – MG.....	52
2.1.8 Primeira Faculdade de Direito de Uberaba.....	57
2.1.9 Teatros, Serviço Postal, Educação.....	58
2.2 A Disseminação do Ensino Superior em Uberaba – MG .....	59
<b>CAPÍTULO 3. Uberaba e o Desenvolvimento do Ensino Superior .....</b>	<b>68</b>
3.1 Breve Contexto Social de Uberaba.....	68
3.1.2 O Personagem Fundador: Mário de Ascensão Palmério .....	72
3.1.3 Vila dos Confins .....	72
<b>3.1.4 Chapadão do Bugre .....</b>	<b>74</b>
3.1.5 Uberaba: de Pacata e Ruralizada a Cidade Universitária .....	75
3.1.6 Liceu do Triângulo Mineiro e Colégio do Triângulo Mineiro .....	78
3.1.7 A Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro .....	81



3.1.8 Mário Palmério: Primeira Campanha para Deputado Federal.....	85
3.1.9 Dos Requisitos de Ingresso na Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro .....	88
3.2 A Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro .....	90
3.2.1 Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro .....	98
3.2.2 Uberaba e o Ensino Superior .....	103
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>105</b>
Referências Bibliográficas.....	107
<b>Anexo 1:</b> Descrição das Fotografias .....	<b>112</b>
<b>Anexo 2:</b> Decreto Nº 38461 de 20 de dezembro de 1955 - Reconhecimento do Curso de Direito .....	<b>122</b>



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho localiza-se na área da Educação; tratando-se, da subárea da História da Educação. As linhas que aqui se apresentarão dizem respeito à História das Instituições de Ensino, com enfoque no Ensino Superior, e especificamente, no ensino superior em Uberaba – MG. O escopo das páginas a seguir será o de tentar fazer uma recuperação histórica dos primeiros cursos superiores instalados pelas Faculdades do Triângulo Mineiro, quer dizer, pretender-se-á fazer uma gênese da Universidade de Uberaba, abordando a abertura dos cursos de Odontologia, Direito e Engenharia (1947-1956).

Em seus anos iniciais, Uberaba era uma cidade cuja economia era eminentemente ruralizada, não havia muitos profissionais ou a oferta de serviços especializados. Havia problemas estruturais e básicos, como falta de água e esgoto. Nesse sentido, pode-se dizer que esta cidade passou por diferentes processos, que alteraram sua estrutura, sendo que no final da década de 1940, implantou-se o Curso de Odontologia, acontecimento que trouxe para Uberaba e região expectativa de crescimento, afinal, naqueles tempos havia uma dificuldade para se conseguir um diploma de ensino superior: as pessoas que tivessem esse interesse deveriam se deslocar para outras cidades, ou para as capitais, como São Paulo, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro, ou outras mais remotas, o que tornava o anseio de estudar mais oneroso e ainda mais distante.

Em 1947, com a chegada da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro em Uberaba, esse cenário começou a ser modificado: já não havia mais a necessidade de viagens longas e desgastantes para estudar. O sonho de um diploma de graduação, enfim chegou à cidade...

A mencionada faculdade foi autorizada pelo Governo Federal ainda naquele ano e em 1948, a primeira turma deu início aos seus estudos. Diante disso, o panorama social e econômico da região foi bastante alterado, pois para cá vieram muitos estudantes de várias partes do Brasil, fazendo movimentar a economia da cidade e região, que até essa data, possuíam uma economia eminentemente ruralizada.

A Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro contava com moderna Policlínica, que tinha sofisticada aparelhagem destinada à prática da Odontologia - eram

realizados atendimentos ao público, que, em sua maioria, era composto por pessoas de baixa renda, pertencentes à população de Uberaba e região.

Em 1952, foi instalada a Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, mais um passo rumo ao progresso. A população da cidade e região sentia-se animada e envaidecida, pois este era um curso de grande visibilidade e gerou muitas expectativas. Com a implantação desse novo curso, houve a possibilidade de mais crescimento.

Já a fundação da Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro foi em 1956 - outra conquista para a cidade de Uberaba, que já sentia grandes passos de evolução e crescimento. Foram encontradas fotos referentes à realização do primeiro vestibular do Curso de Engenharia - acontecido em 1956. Não foi possível determinar a data exata da realização deste vestibular, já que a pesquisadora não encontrou informações neste sentido. Há ainda, fotografias da formatura da primeira turma da Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro, datada de 1960. Também foi encontrado o livro de formatura desta turma, cuja fotografia encontra-se no decorrer deste trabalho.

Os cursos passaram por um processo de autorização, o que fez fortalecer ainda mais a ideia de cidade acadêmica: em pouco mais de seis anos, a cidade já contava com três faculdades: Odontologia, Direito e Engenharia, todas com a denominação de Faculdades do Triângulo Mineiro, o que trouxe crescimento para a cidade, para a população, sobretudo, para aqueles que queriam fazer um curso superior.

A partir dessas conquistas – dos três cursos superiores – a cidade foi crescendo e, com isso, experimentando desenvolvimento: a instalação das faculdades trouxe para a população maiores perspectivas: as pessoas já podiam ter outros olhares, podiam voltar seus esforços, para o alcance do desenvolvimento de áreas como a ciência, o crescimento intelectual e, sobretudo, o progresso.

Este trabalho baseou-se pesquisa bibliográfica e documental, sendo que ambas, na visão de Antônio Carlos Gil (2002), são bastante assemelhadas, diferindo-se apenas com relação à natureza de suas fontes. Segundo ele:

"Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número".

As fontes bibliográficas utilizadas foram pesquisadas, principalmente, no Arquivo Público de Uberaba - MG e no acervo do Memorial Mário Palmério, não obstante tenham sido visitadas as bibliotecas da cidade, a pública e algumas privadas. Além disso, foram feitas consultas na Academia de Letras do Triângulo Mineiro, onde foi possível encontrar dados relevantes.

## **CAPÍTULO 1: Panorama do Ensino Superior no Brasil**

### **1. A Educação no Período Colonial**

Este item abordará a educação no Período Colonial, destacando a importância de sua influência nos anos que se seguiram. Sob esse aspecto, pode-se dizer que esta fase destaca-se por ter contribuído para a formação das escolas e da educação brasileira.

Os jesuítas, ordem religiosa pertencente à Companhia de Jesus e vinculada à Igreja Católica, influenciaram não somente a educação, mas também a formação estrutural da sociedade brasileira como um todo, sendo que a maneira de educar os indivíduos da Colônia era feita de acordo com as posições sociais de cada um. Surgiram distintos graus de instrução: para classes mais ricas, passavam-se os ensinamentos superiores, garantindo-se a manutenção da estrutura de poder; aos brancos libertos, davam-se as primeiras lições da escrita, da leitura e os ofícios; aos índios, eram ensinados os rudimentos da língua e os ofícios; por fim, para os escravos africanos e alforriados, ensinavam-se os ofícios.

Segundo o professor Marcos Marques Oliveira (2004, p.946), os inicianos estavam preocupados com a divulgação da fé; além disso, tinham por escopo educar uma elite religiosa. Também é nesse sentido o pensamento de Wilson Ricardo Antoniassi de Almeida (2014, p. 124), para quem os jesuítas:

“Deixaram um legado de colégios organizados em rede, um método pedagógico e um currículo comum. Embora o processo de colonização tenha atuado como uma ferramenta de imposição cultural aos índios, como forma de exercer o domínio sobre eles, é por meio da Companhia de Jesus que a educação brasileira desenvolveu-se, atendendo às necessidades da sociedade, dedicando-se a educar a elite e sendo também responsável pela integração da cultura europeia e indígena, disseminando-as pelos colégios e igrejas”.

Diante disso, pode-se dizer que em cada época vivenciada e analisada, a escola, a escolarização e a alfabetização admitem distintas significações e atribuições. Esses institutos acompanham os diversos contextos sociais em que acontecem, sendo que nos tempos da Colônia, escola e universidade eram quase um luxo, ao qual pouquíssimas pessoas tinham acesso, afinal, predominavam severas diferenças sociais, determinadas principalmente pelo poder (PAIVA, 2000).

Diz-se, pois, que no Brasil, a educação era limitada: tínhamos cursos básicos, ou, no máximo, preparatórios para a carreira eclesiástica ou para a admissão nas universidades europeias, especialmente, da metrópole portuguesa. Esses cursos destinavam-se aos líderes da sociedade colonial, escolhidos entre sacerdotes, fidalgos e senhores de engenho, uma vez que a propriedade da terra, a nobreza e a instrução eram fatores determinantes para a ascensão social (ALMEIDA, 2005).

Existiram outros cursos, que eram estreitamente relacionados à economia local, como o Seminário de Olinda, em Pernambuco, cuja fundação deu-se em 1800, pelo Bispo Azeredo Coutinho e foi a primeira escola filosófica brasileira. Nessa instituição também era ministrado o curso de Matemática Superior. Minas Gerais, por sua vez, oferecia os cursos de Desenho, História e Engenharia para extração (em Vila Rica) e Retórica e Filosofia, em Paracatu (ALMEIDA, 2005).

O estado mineiro ainda contava com o Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, localizado na cidade de Mariana. Este seminário era uma instituição de formação conduzida pelo clero, entre 1750 e 1850. Foi fundado pelos jesuítas, tendo ficado, a partir de 1853, sob a responsabilidade de outras congregações religiosas, como a dos lazaristas e, posteriormente, a dos padres arquidiocesanos. Exerceu grande importância na educação brasileira, pois se dedicava à formação intelectual de leigos e clérigos de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII (CABRAL, 2011).

Em relação à criação de uma universidade no Brasil, Maria de Lourdes Fávero (1977, p. 18) considera que houve oposição tanto de Portugal, como de uma parcela da população, que não via vantagens na criação de uma instituição desse gênero em terras brasileiras. O mais adequado para o momento seria que as elites interessadas fossem para a Europa e por lá desenvolvessem seus cursos superiores.

Nesse sentido, está o pensamento de Admário Luiz de Almeida (2005, p. 33), para quem: “tratava-se de evitar ideias e suprimir todo e qualquer instrumento que possibilitasse tentativas de libertação”. Na década de 1780, despontavam os ideais liberais burgueses, e, ao mesmo tempo, ocorria a Inconfidência Mineira, movimento que exprimia no Brasil as concepções liberais nascentes. Um dos projetos dos inconfidentes era a criação de uma universidade, que já havia sido pensada pelos jesuítas desde o século XVI. No entanto, a Coroa Portuguesa sempre se posicionou de forma contrária a essa ideia. Nem mesmo dentro da Companhia de Jesus, havia conformidade de opiniões

acerca da concessão de títulos acadêmicos concedidos pelo Colégio da Bahia. Havia o receio de que os cursos oferecidos pela citada instituição alcançassem nível universitário (ALMEIDA, 2005).

Diante disso, pode-se dizer que os jesuítas agiram como educadores e socializadores da população. Eles tornaram viável a exploração econômica da colônia, por meio do apaziguamento dos índios, e ainda, mediante a fundação de colégios para filhos de brancos e índios, desde a sua chegada ao Brasil. Nas palavras de Hilsdorf (2003, p. 6), pode-se dizer que a atuação dos inicianos divide-se em duas grandes fases:

“O período heroico (1549-1570) e o período de consolidação ou expansão (1570-1759), o primeiro marcado pelas características missionárias genuínas (heroicas ou apostólicas), e o segundo, pelo mundo dos colégios”.

## **1.1 A EDUCAÇÃO NO IMPÉRIO E O INÍCIO DO ENSINO SUPERIOR**

Helena Sampaio (1991) e Admário Luiz Almeida (2005) concordam que o marco inicial da constituição do ensino superior no país foi em 1808, quando a corte portuguesa chegou ao Brasil. A educação seguia padrões e era desenvolvida no sentido de se incentivar a formação profissional, conservando-se o controle de Portugal com relação ao Brasil. Nesse período, foram instalados no Rio de Janeiro e na Bahia os cursos destinados ao atendimento das necessidades imediatas das elites recém-chegadas a essas terras e às necessidades da Coroa.

Sampaio (1991) assevera que no Brasil o ensino superior somente ganhou caráter universitário a partir de 1930, fato que o faz diferente de outros países, como os da América Espanhola, como Peru e México, que já contavam com suas primeiras universidades no período colonial.

Os primeiros cursos introduzidos por aqui tinham natureza pragmática. Eram utilitaristas e profissionalizantes e tinham o intuito de formar os membros da nobreza, ajudando a construir uma elite culta. Além disso, os cursos criados visavam atender aos objetivos da Coroa, que precisava estabelecer quadros burocráticos frente à premente necessidade de transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (ALMEIDA, 2005).

Maria de Lourdes Albuquerque Fávero (1977, p. 20) considera que foi somente a partir de 1808, com Dom João VI, que o Brasil conquistou a criação de algumas escolas superiores, escolas essas cujas características eram peculiares: tinham natureza profissionalizante e foram criadas como um serviço público, que era mantido e controlado pelo Governo, com vistas à preparação de pessoal que exerceria diversas funções na corte. Por essa razão é que se pode afirmar que as primeiras escolas superiores no Brasil eram de natureza prática e imediatista.

Na visão dessa autora, o ano de 1808 foi marcado pela fundação da Academia Real da Marinha; 1810 trouxe a Academia Real Militar, que tinha o objetivo principal de suprir a formação de oficiais e de engenheiros civis e militares, fato que fortaleceu a defesa militar da colônia. Conforme Cabral (2011, p.1), essa academia ocupava-se dos conhecimentos matemáticos, ao oferecer os cursos de Engenharia Militar e Engenharia Civil, cumprindo, pois, dupla função formativa. Nesse sentido, pode-se dizer que o ensino superior era construído em estabelecimentos isolados.

A Academia Real Militar contava com setenta e dois alunos. Cinco deles eram civis e os outros eram egressos da Real Academia de Artilharia, Fortificações e Desenho. Localizava-se, inicialmente, na Casa Trem, transferindo-se para o Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro, em 1812 (CABRAL, 2011).

Maria de Lourdes Albuquerque Fávero (1977, p. 21) relembra que o ano de 1808 trouxe para a Bahia, o Curso de Cirurgia, instalado no Hospital Militar e para o Rio de Janeiro os Cursos de Cirurgia e Anatomia. Um ano mais tarde, veio o Curso de Medicina, no Rio de Janeiro, que teve como objetivo fornecer médicos e cirurgiões para a Marinha e para o Exército. Note-se que as necessidades da corte também demandavam trabalho técnico e, para atendê-lo, foram criados, na Bahia, em 1812, os cursos de Agricultura, explorando estudos de Botânica (com o Jardim Botânico anexo); no mesmo ano foi criado o Laboratório de Química no Rio de Janeiro e em agosto de 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que foi transformada em Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil em 1820. Em 1817, criou-se o Curso de Química, que envolvia o estudo de Química Industrial, Geologia e Mineralogia; e em 1818, o Curso de Desenho Industrial.

Todas as modificações ocorridas na sociedade alteraram o quadro cultural do Brasil Colônia: a população do Rio de Janeiro aumentou, passando de sessenta mil (em 1808)

a cento e trinta mil habitantes dez anos mais tarde. Nessa época, a cidade do Rio de Janeiro ganhou a biblioteca de Lisboa, com seus sessenta mil volumes. Ela logo foi aberta ao público, tornando-se Biblioteca Nacional; o Teatro São João; um museu (que recebeu de um particular uma coleção mineralógica e outras peças) e o Jornal A Gazeta do Rio de Janeiro (CUNHA, 2007).

É de Luiz Antônio Cunha (2007, p. 70-71) a seguinte consideração:

“O Brasil passou a ser sede da monarquia lusa de 1808 até 1820, quando a Revolução Constitucionalista do Porto exigiu a volta de João VI a Portugal. Durante esse período, passou de Colônia a Reino Unido, o que significava que o rei de Portugal seria, também, rei do Brasil, não por ser uma colônia, mas por ser outro estado. Na volta a Portugal, o rei “prisoneiro das cortes” (parlamento) não foi acompanhado pelo aparelho de Estado que para cá trouxe. Este permaneceu aqui com seu filho Pedro, que por conselho paterno, acabou tomando para si a coroa, proclamando a independência do Brasil, 'antes que algum aventureiro o fizesse'. Por tudo isso, é possível dizer que o Estado Nacional tem sua origem, no Brasil, não em 1822, mas em 1808”.

Assim foi construído o núcleo de ensino superior, que segue, ora mantendo tradições, ora acatando inovações. Pode-se dizer, pois, que a educação escolar sofreu influências dos novos tempos, tendo sido usada para promovê-los (CUNHA, 2007).

É possível inferir que o Estado Nacional deu origem ao ensino superior, que foi criado para atender às funções estatais. Conforme o citado autor, em 1822, declarada a independência, o Brasil conquistou mais dois cursos de Direito, criados em 1827 e cujo objetivo era formar burocratas - necessários diante da configuração da nova sociedade.

Importante salientar que a maioria dos cursos superiores, obras de Dom João VI, de caráter imediatista e utilitário, foi instalada praticamente só no Rio de Janeiro e na Bahia, o que deixou a descoberto grande parte das províncias (FÁVERO, 1977).

Durante o Império, o ensino superior manteve-se o mesmo: alguns cursos tornaram-se academias; e, apesar das várias alterações ocorridas nos currículos, a situação não experimentou grandes mudanças, posicionamento que se coaduna com o de Maria de Lourdes Albuquerque Fávero (1977), segundo a qual, com a Independência, o Brasil contava com apenas algumas escolas profissionais. As discussões aventadas pela Constituinte, aparentemente, trouxeram mudanças na política adotada por Dom João VI em relação ao ensino superior. A situação permaneceu a mesma, sem instituições universitárias durante todo o Império, ainda que planos, projetos e indicações para a criação de uma universidade tenham sido tentados (CUNHA, 2007).

Com a Independência, veio a primeira tentativa de uma universidade, de iniciativa da Assembleia Constituinte Legislativa, liderada pelo Deputado José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), que propôs a criação de pelo menos uma universidade no Império, sendo que esta deveria localizar-se em São Paulo, cidade com muitas vantagens a oferecer (FÁVERO, 1977).

Sobre esse assunto, Maria de Lourdes A. Fávero (1977, p. 23) diz:

"Esse projeto foi objeto de discussão em diversas sessões da Assembleia, obtendo a aprovação após a inclusão de várias emendas. Entretanto, às vésperas da promulgação da lei, o Imperador dissolve a Constituinte. Todo o longo debate cai por terra e a situação permanece como das vezes anteriores".

Durante o Período Imperial, o Brasil não organizou um sistema de ensino ou um projeto educativo diferente do modelo colonial. Dessa forma, a população brasileira foi construindo sua cultura ao longo dos séculos de sua existência e, neste sentido, pode-se dizer que Portugal influenciou, mesmo que à distância, a formação da elite brasileira, o que se estendeu até o Primeiro Reinado (ALMEIDA, 2005).

É interessante pontuar que o Senado e a Câmara só voltaram suas atenções para a criação de uma universidade em 1847. Vale registrar, porém, que durante todo esse período, os Superintendentes de Instrução e os Ministros do Império não deixaram de discutir essa matéria, restando como resultado dessas discussões a criação de cursos jurídicos (FÁVERO, 1977).

Os estabelecimentos de ensino existentes eram: Faculdade de Direito de São Paulo; Faculdade de Direito do Recife; Faculdade de Medicina da Bahia; Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Escola Politécnica do Rio de Janeiro; Escola de Minas de Ouro Preto (FÁVERO, 1977).

Durante mais de um século, de 1808 a 1934, o modelo de ensino superior voltava-se à formação de profissionais liberais tradicionais, com enfoque em Direito e Medicina, e, em alguns casos, Engenharia (SAMPAIO, 1991).

### 1.1.2 Ensino Superior na Primeira República

Os primeiros anos da República trouxeram várias propostas educacionais, com foco na inovação do ensino: este período - da Proclamação da República em 1889 até a Revolução de 1930 - ficou conhecido como República Velha, Oligárquica, ou ainda, Primeira República, sendo que essa separação é feita com vistas à compreensão das modificações ocorridas no ensino superior. Nas palavras de Cunha (2007, p. 133):

“Seu início coincide com a influência positivista na política educacional, marcada pela influência de Benjamin Constant em 1890-1891, o seu término, com o início da política educacional da Era Vargas, desencadeada em 1930-1931”.

O novo regime instalado provocou discussões veementes na Constituinte acerca da educação. Contudo, essa questão perdeu interesse a partir da constituição promulgada e do fortalecimento de uma ordem política e social baseada nas mesmas oligarquias regionais hegemônicas durante o Império, por meio da política dos governadores. Ocorre que a partir de 1920, essa ordem passou a sofrer forte oposição de várias ações e grupos que lutavam pela bandeira da republicanização da república (MENDONÇA, 2000).

De acordo com a mencionada autora, essa discussão fora novamente retomada em outro cenário, que, dessa vez, destacou-se por uma movimentação promovida pela opinião pública e pelo embate de diversos projetos de construção e de reconstrução da nacionalidade.

Esse período trouxe o fortalecimento e a crise da hegemonia da classe latifundiária, em especial, daquela que tinha interesse na cafeicultura e da jovem burguesia industrial, que se via provocada pelo operariado, então crescente, tanto em número, quanto em organização, além de movimentos de militares revoltosos, que recebiam o apoio de classes médias urbanas (CUNHA, 2007).

Proclamada a República, tiveram algumas tentativas para se criar uma universidade no Brasil. Conforme Maria de Lourdes Fávero (2006, p. 21), na Constituição de 1891, o ensino superior manteve-se como um encargo do Poder Central, porém, ele não era exclusivo. O ensino superior brasileiro passou por várias modificações, decorrentes de diversos dispositivos legais e ocorridas entre os anos de 1889, até a Revolução de 1930, sendo que seu marco inicial coincide com a influência positivista no campo

educacional, oriunda da ação exercida em 1890 e 1891, por Benjamin Constant. Essa orientação tornou-se ainda mais evidente a partir de 1911, com a Reforma Rivadávia Corrêa, que propunha o ensino livre.

É de Maria de Lourdes A. Fávero (2006, p. 21) a seguinte consideração:

"Embora o surgimento da universidade, apoiado em ato do Governo Federal, continuasse sendo postergado, o regime de "desoficialização" do ensino acabou por gerar condições para o surgimento de universidades, tendendo o movimento a deslocar-se provisoriamente da órbita do Governo Federal para a dos Estados".

Como reação a essas ações, foram desenvolvidas, na segunda metade dos anos 1920, na seara educacional, algumas propostas, como a Reforma Rocha Vaz ocorrida em 1925 no Governo de Artur Bernardes, que trouxe uma prévia da política educacional do Estado Novo, que tinha notas liberais e seguia os ditames contidos no inquérito de 1926, de Fernando de Azevedo (CUNHA, 2007).

Essa reforma manifestou-se por meio do Decreto nº 16782-A do Governo Federal, que se mostrava interessado na preservação da Universidade do Rio de Janeiro. Estados como Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul foram indicados para receberem universidades. Se essas universidades fossem criadas, deveriam atender a uma condição, quer dizer, elas teriam que se espelhar na Universidade do Rio de Janeiro (FÁVERO, 1977).

No governo Artur Bernardes (15 de novembro de 1922 e 15 de novembro de 1926) a Reforma Rocha Vaz foi a última que atingiu o ensino secundário na Primeira República, que propôs a continuação do Colégio Pedro II e sua equiparação às instituições estaduais de segundo grau. Sugeriu também a criação da disciplina de educação moral e cívica. E ainda determinou a fixação de juntas examinadoras nos colégios particulares. Essas juntas tinham a função de realizar nos colégios particulares exames de validade, tal qual era realizado no Colégio Pedro II. Os exames preparatórios parcelados foram substituídos pelo curso ginásial, que tinha seis anos de duração, exigia frequência obrigatória e era seriado. Com a reforma, o ministro tinha o objetivo de promover uma classificação por séries, de acordo com as matérias a serem estudadas. Isso tornaria o ensino mais organizado, com a instituição de programas e horários mais adequados. O intento era o de destacar o aspecto formativo do ensino secundário, mas isso foi extinto por um conjunto de medidas do Congresso Nacional, que não aceitou a

aplicação total da reforma. O ano de 1929 contava ainda com escolas que ofereciam exames preparatórios, mas que não tinham um currículo definido. A característica mais marcante desta reforma foi a moralização do ensino (BOMERY, 2019).

Nesse período surgiram as escolas livres, que não dependiam do Estado para se manterem. Elas eram empreendidas por particulares e cresceram bastante, até mesmo em razão da facilitação do ingresso no ensino superior. Segundo Cunha (2007, p. 133):

“Esse fenômeno foi produto de determinações técnico-econômicas, como a necessidade de aumentar o suprimento da força de trabalho dotada de alta escolaridade, e, também, de determinações ideológicas, como a influência do positivismo”.

Diante disso, mostra-se relevante falar sobre a influência exercida por essa corrente na educação brasileira. A propagação do positivismo estabeleceu diferenças na sociedade, que levaram em consideração as condições locais da população. Sendo assim, é válido dizer que a abolição da escravidão, o crescimento econômico de novas elites cafeeiras, a expansão da imigração, a profissionalização do exército, o término da Monarquia e começo da República, enfim, a conjugação desses fatores deu ensejo a uma situação propícia à instalação do positivismo, tendo este sido influenciado por August Comte, por seus seguidores, por outras correntes de pensamento ligadas à ciência e ao seu desenvolvimento no país. Essa influência também foi sentida nas reformas educacionais ocorridas na Primeira República (COUTINHO, 2019).

Dessa forma, o positivismo era visto pelas elites brasileiras como uma forma de se alcançar a modernidade. Nesse sentido, até mesmo os meios autoritários usados para atingi-la eram justificáveis. Os cidadãos aceitavam a hierarquia administrativa que lhes era posta, pois acreditavam que assim poderiam banir o atraso de suas vidas, e, por meio da utilização da ciência, alcançariam o progresso (COUTINHO, 2019).

Então, se a mudança histórica de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna ocorre de forma alheia aos anseios individuais, isso quer dizer que o aumento da interação social fará um país, como o Brasil alcançar o desenvolvimento, o despertar para a cultura científica (BONTEMPI JÚNIOR, 2005).

Destaca-se aqui o posicionamento de Bruno Bontempi Júnior (2005, p. 51), que na obra *Pensadores Sociais e Educação*, estabelece que:

“Se cada sociedade localizada em seu tempo e espaço, possui um sistema de educação, que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível, que resultou dos costumes e das ideias produzidos pela vida comum, que depende de causas históricas e que expressa as necessidades das gerações passadas, então, para que se possa determinar em que deve consistir a educação e quais devem ser as suas finalidades, faz-se necessário saber em que o preparo das gerações mais jovens consistiu e a que necessidades atendeu ao longo da História”.

Para Fernanda Coutinho (2019, p. 1), a existência de relevantes universidades com seus renomados professores era necessária para a edificação do conhecimento, que traria o desenvolvimento das ciências e o conseqüente progresso. Mesmo assim, os positivistas viam no ensino mantido pelo Estado uma forma de controle e censura por parte do poder político, de natureza conservadora, que representava um óbice à pesquisa livre e à fundamentação do progresso.

Coutinho (2019, p. 1) tem a seguinte consideração:

"Contrários à criação de uma universidade, os positivistas desenvolveram enorme influência no pensamento produzido nas escolas técnicas, militares e faculdades, destacando-se, em particular, a Escola Politécnica e a Escola Militar do Rio de Janeiro, assim como a Faculdade de Direito do Recife, não só pela sua defesa da importância das ciências exatas e naturais, modelos do pensamento objetivo de Comte, como pelo projeto de transformação social capaz de superar o atraso a que o Brasil estava relegado".

Ocorreram várias discussões acerca da instituição de uma universidade no Brasil, contudo, elas não tiveram muito relevo, sendo que a situação permaneceu a mesma até o final do século XIX, destacando-se que nas primeiras décadas do século XX poucos estudiosos preocuparam-se com o tema e apenas em 1915, com a Reforma Carlos Maximiliano, a questão relativa à criação de uma universidade ganhou destaque legal, por meio da edição do Decreto nº 11530, de 18 de março, que, em seu Art. 6º, dizia:

Art. 6º: O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade as Escolas Polytechnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar.

O referido decreto continua em seus parágrafos:

§ 1º O Presidente do Conselho Superior do Ensino será o Reitor da Universidade.

§ 2º O Regimento Interno, elaborado pelas três Congregações reunidas, completará a organização estabelecida no presente decreto.

(BRASIL, Decreto nº 11530, de 18 de março de 1915).

No entanto, os franceses revolucionários não viam a universidade com bons olhos: eles mantinham um espírito corporativo, defensor de uma cultura clássica, que afastava a utilização do enciclopedismo e das ciências experimentais. Dessa forma, é possível dizer que, no Antigo Regime, a universidade representava um aparelho ideológico. Existiram sucessivos os decretos que trouxeram mudanças no panorama educacional superior. Surgiram as Faculdades de Letras e Ciências e a Escola Politécnica, além das Escolas de Medicina e de Direito, que foram promovidas a faculdades, e, juntamente com a Faculdade de Farmácia, passaram por uma rigorosa regulamentação profissional.

Luiz Antônio Cunha (2007, p. 17) entende que:

“Tudo isso se justifica perfeitamente pelo positivismo difuso da burguesia francesa (*avant la lettre*), para quem a fragmentação da universidade em instituições de ensino profissional, ainda que formalmente pertencentes à universidade, resolvia ao mesmo tempo dois problemas: a demolição de um dos aparelhos de formação dos intelectuais da antiga classe dominante e a preparação dos novos para a viabilização do bloco histórico em formação”.

Grandes filósofos do idealismo escreveram acerca da ideia de universidade e a sua realização, tendo produzido em pouco tempo considerável reflexão acerca da instituição universitária, sendo que esta abarca desde a sua criação, no século XIII, até os nossos dias. Dessa forma, conforme CUNHA (2007, p. 17):

“Os cinco filósofos pensadores da universidade em gestação tinham em comum a concepção de que se tratava de realizar, na prática, a Universidade, isto é, a ideia de Universidade. Para uns, essa ideia implicava a manifestação diversa do saber uno; para outros, a totalização sistemática do saber diverso. Conforme abraçassem uma ou outra variante da concepção ideal de universidade, as propostas para a universidade real brotavam com marcas liberais ou autoritárias”.

De acordo com esse mesmo autor no Brasil a primeira instituição de ensino superior a possuir status universitário foi a Universidade do Rio de Janeiro. Epiácio Pessoa, então Presidente da República, por meio do Congresso Nacional, autorizou o

seu funcionamento em 1915, sendo que sua fundação somente aconteceu cinco anos mais tarde.

Cunha (2000, p. 163) menciona que:

“A nova universidade resultou da reunião das faculdades federais de medicina e de Engenharia (descendentes das cátedras criadas em 1808 e 1810), e de uma faculdade de Direito, resultado da fusão e da federalização de duas instituições privadas existentes na capital do país. Ou seja, a reunião das faculdades de Medicina, de Engenharia e de Direito deu origem à primeira universidade duradoura no Brasil, modelo para a quase totalidade das que se seguiram. O procedimento utilizado para a constituição da Universidade do Rio de Janeiro foi paradigmático para as que vieram depois dela: a reunião das faculdades profissionais preexistentes”.

Nesse raciocínio, Cunha (2000, p. 161) assevera que no Brasil, a primeira universidade criada explicitamente com esse nome foi a de Manaus, no estado do Amazonas, em 1909. No entanto, esse estabelecimento vigorou pouco tempo: apenas durante o período de prosperidade da borracha.

E continua: a Universidade de Manaus surgiu como resultado da iniciativa de grupos privados e oferecia os cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e formação de oficiais da Guarda Nacional. Ocorre que essa instituição não teve vida longa: o esgotamento econômico da região provocou, em 1926, a cessação das suas atividades. Apenas a faculdade de Direito continuou funcionando, e, em 1962, foi incorporada à Universidade Federal do Amazonas.

Luiz Antônio Cunha (2000, p. 162) ainda considera que:

“A política de desoficialização do ensino, pretendida pela Reforma Rivadávia Corrêa, de 1911, abriu caminho para a criação de outras duas universidades, também elas resultantes das tentativas de grupos privados que não tiveram sucesso”.

O citado professor diz ainda que naquele ano – 1911 – houve a fundação da Universidade de São Paulo, a segunda do Brasil. Ela oferecia os seguintes cursos: Medicina, Odontologia, Farmácia, Comércio, Direito e Belas Artes. Esta instituição era mantida com recursos provenientes de um sócio capitalista, que tinha nas taxas cobradas dos estudantes uma forma de recuperar os investimentos ora empregados na citada universidade (CUNHA, 2000).

O mencionado autor diz que a terceira universidade instalada no país localizava-se no Paraná e tinha cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia e

Comércio. Ela ficava em Curitiba e se originou a partir da iniciativa de profissionais locais, que receberam apoio do governo do Estado, por meio de dotações orçamentárias, além de privilégios profissionais que se destinavam aos graduados em determinados cursos. No entanto, este projeto de universidade não vigorou por muito tempo, em razão da proibição de equiparação de instituições de ensino superior em cidades com menos de cem mil habitantes. Permaneceram apenas as faculdades de Medicina, Engenharia e Direito, que funcionavam como faculdades livres, sendo que em 1950, elas foram incorporadas à Universidade do Paraná.

## **1. 2 Sobre a Universidade do Rio de Janeiro (Universidade do Brasil)**

A década de 1920 foi marcada por alguns acontecimentos importantes no tocante ao ensino superior, a exemplo dos congressos e inquéritos realizados sobre o tema naquele período. Tais eventos abordaram o ensino secundário e superior na República, e ainda apresentaram sugestões para a reformulação da Universidade do Rio de Janeiro. Ademais, esses acontecimentos tinham por escopo a discussão sobre a melhoria no ensino superior (FÁVERO, 1977).

A autora citada diz que em 1920, o Decreto nº 14343, de autoria do Presidente Epitácio Pessoa, contemplou a primeira instituição universitária no Brasil, sendo este um marco na história da educação brasileira. O decreto determinava que essa instituição, localizada no Rio de Janeiro, fosse formada por faculdades profissionais já existentes na capital: as Faculdades de Medicina, de Direito, e pela Escola Politécnica. O decreto fixava o prazo de trinta dias para a elaboração do Regulamento desta Universidade. Determinava ainda que as escolas componentes da nova instituição teriam autonomia didática e administrativa.

Em 1924, políticos, intelectuais e educadores criaram a Associação Brasileira de Educação (ABE), que promoveu eventos que incentivaram o debate acerca das problemáticas educacionais, dentre os quais se destacam as Conferências Nacionais de Educação, que entre 1927 e 1929, foram realizadas em Curitiba, Belo Horizonte e em São Paulo (PIANA, 2006).

Em 1926, Fernando de Azevedo, professor, educador, ensaísta e sociólogo crítico, esteve à frente do Inquérito sobre Educação Pública em São Paulo. Este documento propunha uma avaliação dos problemas essenciais pertinentes ao ensino (em

todos os graus e tipos). O citado inquérito também deu ensejo à realização de uma campanha nacional em prol da criação de universidades no Brasil e da instituição de uma nova política de educação. Ele possuía três sessões: na primeira, tratou-se sobre o ensino primário e normal; na segunda, foi abordado o ensino técnico e profissional e, por fim, a terceira fase, que contemplou o ensino secundário e superior. Essas sessões discorriam de forma conjugada dos itens ali tratados. É importante anotar que esse inquérito foi encomendado pelo Jornal O Estado de São Paulo e trouxe à tona uma triste realidade da educação brasileira, que não possuía diretrizes culturais, sociológicas ou científicas no ensino primário e normal, nem propunha articulação entre a prática e teoria educacionais. A resistência às mudanças, seja no corpo docente ou em outras partes, revelaram-se pontos de destaque no inquérito (BOMERY, 2019).

A autora fomentada entende que o que justificou a crise no campo educacional brasileiro foi a tradição, que padronizava os métodos de ensino. Dessa forma, o inquérito propunha a realização de uma reforma no ensino normal, que se baseava mais em formalidades do que em conteúdos. O que os especialistas mais defendiam naquele momento era a extrema necessidade de uma renovação educacional no Brasil, entendendo que o Inquérito sobre Educação Pública em São Paulo tenha motivado a ocorrência do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

### **1.3 Criação da Universidade de Minas Gerais.**

Foi em 1927 que o Estado de Minas Gerais usou a mesma forma de organização em sua universidade: o Governo Estadual, por meio da concessão de subsídios reuniu, em Belo Horizonte, as faculdades de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia. Essa iniciativa recebeu apoio dos professores, que doaram parte de seus vencimentos, visando formar um fundo de organização da Reitoria (CUNHA, 2000).

A Lei nº 956 de 07 de setembro de 1927 criou a Universidade de Minas Gerais. No referido documento, há a indicação de que esta universidade, com sede em Belo Horizonte – MG é uma pessoa jurídica de direito público. Sua manutenção é feita pela União. A lei ainda dispõe que a universidade é dotada de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

É necessário lembrar que a UFMG foi a segunda universidade que conseguiu desenvolver suas atividades com êxito. Nos dizeres de Luiz Antônio Cunha (2007, p.110), a UFMG:

Tornou-se um modelo alternativo atraente para a modernização das demais. Primeiro, porque tinha a estrutura brasiliense, sem que os dirigentes das demais universidades tivessem que evocar a UnB, cercada de suspeitas desde a sua fundação e desmoralizada pelas sucessivas crises mais de caráter policial do que acadêmico, Segundo, porque permitia às outras universidades, criadas de unidades preexistentes e independentes, encontrar soluções para problemas similares, ao contrário da UnB, erigida sob um plano diretor sem antecedentes institucionais.

A lei ainda dispõe que esta universidade é regida por legislação federal, por esta lei, pelo Regimento Geral, pelas resoluções de seus órgãos de deliberação superior e pelos regimentos específicos, elaborados em consonância com os itens anteriores. A legislação ainda determina que a UFMG é composta por professores, alunos e pessoal técnico e administrativo e seus objetivos maiores são: a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma indissociada entre si e integrados na educação do cidadão, na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica.

É garantida por lei a gratuidade do ensino. Além disso, esse documento prevê a utilização de ideais de liberdade e de solidariedade humana. Com isso, fica claro o caráter inovador e diferenciado possuído pela Universidade Federal de Minas Gerais.

O professor Luiz Antônio Cunha diz que mesmo com a existência de esforços das universidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, a instituição universitária ainda era muito fraca: além dos recursos governamentais serem destinados a cada universidade, os diretores e o reitor eram escolhidos pelo Presidente da República, e ainda, havia o fato de o Conselho Universitário não ser tão efetivo, já que era formado por diretores das faculdades integrantes e por dois professores catedráticos de uma delas, tornando simbólica a atuação do citado conselho.

No Brasil, os anos de 1930 não foram fáceis, em razão da crise mundial vivenciada no ano anterior, quando o café, maior produto de exportação, sofreu uma queda em seus preços no mercado internacional, o que gerou o exaurimento das reservas cambiais, com a conseqüente crise nas finanças públicas (PIANA, 2006).

Essa autora afirma que naquele ano, houve o desenvolvimento da indústria, com a adoção, pelo Governo Vargas, de ações redutoras do prejuízo dos cafeicultores em razão da crise: foram impostas restrições das importações dos bens de consumo, pela falta de divisas, gerando o fortalecimento da produção industrial e dos grupos econômicos e da nova burguesia urbano-industrial, provocando mudanças no poder do Estado, em especial, política e socialmente, momento em que o país passou a adotar uma política de industrialização, que trouxe uma reestruturação da sociedade política e civil, a partir do nascimento da burguesia industrial e financeira e do operariado.

Dessa forma, quando Getúlio Vargas assumiu o poder, em 1930, houve uma mudança no ensino, marcando uma nova era na história do Brasil, que perdurou até os anos de 1945, quando esse presidente foi deposto (CUNHA, 2000).

Em consonância com Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (2003, p. 92):

O movimento de 1930 foi interpretado durante muito tempo como a tomada de poder por um grupo social específico, a burguesia industrial. Hoje autores concordam em considerá-lo como um movimento heterogêneo do ponto de vista de suas bases sociais e de suas aspirações.

#### **1.4 A Revolução de 1930 e a Criação do Ministério da Educação e Saúde**

Para Luiz Antônio Cunha (2000), durante os primeiros anos da Era Vargas, duas políticas educacionais foram desenvolvidas, quais sejam: uma liberal, liderada pelo governo do estado de São Paulo e uma autoritária, da qual esteve à frente o Governo Federal.

O Ministério da Educação é um órgão pertencente à Administração Federal Direta. Sua criação aconteceu em 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder. Inicialmente, recebeu a denominação de Ministério da Educação e Saúde Pública, que desenvolvia atividades relativas a vários ministérios, como meio ambiente, esporte, saúde e educação. É importante registrar que, até então, as matérias relacionadas à educação eram tratadas pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. A área de competência deste ministério abrangia assuntos como:

I - política nacional de educação;

- II - educação infantil;
- III - educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;
- IV - avaliação, informação e pesquisa educacional;
- V - pesquisa e extensão universitária;
- VI - magistério; e
- VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes (BRASIL, 2019).

Luiz Antônio Cunha (2007, p. 20) considera que:

“A criação do Ministério da Educação e Saúde (1930) e a decretação do Estatuto das Universidades Brasileiras (1931) fecham o período de predominância do positivismo na orientação das questões do ensino superior e inauguram outro, no qual o fascismo o substituiu; finalmente, 1938 e 1948 definem os limites de um intervalo no qual um novo período emerge”.

Em conformidade com o citado autor (2000, p. 160), na década de 1930, existiam as seguintes universidades brasileiras: a primeira, do Rio de Janeiro, fundada em 1920 e a segunda, em Minas Gerais, criada em 1927, já mencionadas em momento anterior nesta obra.

### **1.5 O Estatuto da Universidade Brasileira**

As escolas superiores existentes no país até 1930 estavam desempenhando bem sua função e formavam a pequena elite existente no país. O ensino superior dessa época passou por um período de tranquilidade e foi frequentado por poucos alunos com raros conflitos (ROMERO, 2019).

Medicina e Direito eram os cursos de maior prestígio nas escolas superiores, seguido de Engenharia, que se baseava na Escola Politécnica Francesa. Aqui o ensino era enciclopédico, não havia especialização e, em regra, era anterior à prática profissional (ROMERO, 2019).

Dessa forma, pode-se dizer que essa situação foi modificada a partir de 1930 e o campo educacional sentiu as mudanças daí oriundas, principalmente com a Reforma

Francisco Campos, que instituiu o Estatuto das Universidades, sendo este considerado um dos primeiros marcos estruturais de regulação legislativa no país. Ele foi promulgado em 11 de abril de 1931, na gestão de Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde Pública. Dois decretos-leis foram baixados nessa época, eles tratavam da criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e o da Organização da Universidade do Rio de Janeiro (URJ). José Carlos Rothen (2019, p. 1) entende que esses três decretos possuem uma relação entre si, pois:

"O Estatuto define o modelo de universidade a ser adotado no Brasil; a Organização da Universidade do Rio de Janeiro foi, por um lado, a primeira aplicação do modelo organizacional previsto no decreto, por outro, a definição dos "moldes" para o ensino nas diversas faculdades; e a "criação do CNE" aponta para a instalação de um "conselho técnico" com a atribuição de um órgão consultivo do Ministério".

O mesmo autor assevera que os conflitos sociais surgidos no Brasil na primeira metade da década de 1930 levaram à adoção de políticas educacionais liberais e autoritárias, características que se fizeram presentes também na sociedade civil e nos diversos eventos ocorridos e liderados por educadores.

Para ele, com essa mesma natureza ambígua e assumindo ora uma postura liberal, ora autoritária, encontra-se o Estatuto. Os decretos contemplavam um único modelo de universidade, mas, o Estatuto permitia a existência de variantes regionais. Assim, essa legislação, por vezes, mascarava a realidade.

O próprio Francisco Campos assinou a Reforma do Ensino Superior, que já na exposição de motivos dos primeiros decretos se apresentava como uma obra literária de considerável clareza literária e com elegante linguagem. E, apesar de alguns exageros contidos na redação e na defesa da função revolucionária da educação, sua importância ainda é de grande destaque na educação brasileira (ROMERO, 2019).

Em conformidade com Arnaldo Romero (2019, p. 7):

"Observe-se nesse sentido, a afirmativa de que foram ouvidas todas as autoridades em matéria de ensino, individuais e coletivas, assim como auscultadas todas as correntes e expressões de pensamento, desde as mais radicais às mais conservadoras".

Cumprido frisar que na exposição de motivos, Francisco Campos contemplou duas premissas básicas que orientaram a elaboração do Estatuto das Universidades

Brasileiras: a não determinação do rompimento com o presente e a manutenção do equilíbrio entre tendências opostas. Salienta-se que os atos legislativos de então contemplavam os propósitos informados pela introdução da exposição de motivos, mostrando a utilização dos já citados princípios ambíguos (ROMERO, 2019).

De acordo com Francisco Campos (apud, Romero, 2019, p. 7):

"A Universidade constituirá, assim, ao menos como regra geral, e em estado de aspiração enquanto durar o regime transitório de institutos isolados, a unidade administrativa e didática que reúne, sob a mesma direção intelectual e técnica, todo o ensino superior, seja o de caráter utilitário e profissional, seja o puramente científico e sem aplicação imediata, visando assim, a Universidade o duplo objetivo de equiparar tecnicamente as elites profissionais do país e de proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura".

O autor indicado salienta que Francisco Campos tinha uma visão moderna e integradora para as novas unidades de ensino superior. Ele sugeriu um novo modelo para as instituições já existentes que se destinavam à formação das elites profissionais do país e tentou criar locais mais adequados para a prática da investigação científica, buscando construir um capital cultural e social mais adequado aos novos tempos.

O Estatuto das Universidades Brasileiras era dividido em cento e dez artigos e distribuído em treze capítulos, tinha como foco a organização do ensino superior do Brasil e, para tanto, criou um sistema universitário nacional, junto com o qual havia uma reitoria, cuja função era administrativa, voltada à coordenação das faculdades (ROMERO, 2019).

O mencionado autor considera que já em seu título introdutório, o decreto que regulamenta o ensino superior traz os fins a que o mesmo se destina, determinando como sua competência a elevação do nível da cultura geral, o estímulo à investigação científica, em qualquer domínio do conhecimento humano, habilitação ao exercício de atividades cujo preparo técnico e científico superior sejam necessários. Enfim, concorrer pela educação pessoal e coletiva, pela harmonia de objetivos entre professores e aluno e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

Diz-se, assim, que foi atribuída grande função revolucionária à educação brasileira. Porém, não se pensou que essa educação revolucionária seria aplicada em uma sociedade desigual, em um país atrasado em termos de economia. A universidade

tinha natureza liberal, apostava-se na construção de um cidadão consciente, capaz de atuar ativamente na sociedade livre, avançada e moderna, que colaborasse para o progresso do país, para o aperfeiçoamento da humanidade. As novas universidades deveriam atender às necessidades nacionais, porém, também tinham que respeitar as variantes regionais por ventura existentes na administração e nos modelos didáticos a serem implementados (ROMERO, 2019).

Diante disso, mostram-se convenientes as palavras de Francisco Campos (apud ROMERO, 2019, p. 130), para quem:

“A organização universitária esposada pelo projeto não padece, pois, dos vícios da intolerância e rigidez, que tornariam difícil ou precária a sua adaptação à diversidade de circunstâncias do ambiente brasileiro. Ela se distingue e recomenda, ao contrário, pela flexibilidade das suas linhas e pela capacidade de adaptação resultante da amplitude e da liberdade dos seus planos administrativos e didáticos”.

O Decreto nº 19.851/1931 regula em seu título II a Constituição das Universidades, subdividindo-as em dois capítulos, quais sejam: um que traz as determinações gerais para todas as instituições e o outro, que contempla a equiparação das universidades. Esse decreto estabelece que uma instituição, para ser considerada de nível universitário, deve possuir em seu rol de cursos, pelo menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras (ROMERO, 2019).

Continuando, o decreto estabelece as condições sobre a organização interna das universidades, tratando, inclusive, sobre a personalidade jurídica, e ainda, sobre a sua autonomia didática, disciplinar e administrativa. Ressalte-se que essa legislação restringe qualquer alteração à aprovação dos respectivos governos, ouvido o Conselho Nacional de Educação (Art. 9º, § único) (ROMERO, 2019).

No tocante à equiparação das universidades já existentes ao novo projeto, nos dizeres de Romero (2019), deve-se destacar que essas, sendo livres ou estaduais, teriam a possibilidade de equiparação às universidades federais, no tocante à concessão de títulos, de dignidades, e ainda, de demais privilégios universitários por meio de prévia inspeção pelo Departamento Nacional de Ensino e desde que ouvido o Conselho Nacional de Educação (ROMERO, 2019).

O citado autor assevera que a Administração Universitária era tratada no capítulo III, que continha os artigos 14 a 23. Eles versavam sobre a nomeação e as atribuições do reitor. Também falavam da formação e das atribuições do Conselho Universitário. Por fim, traziam regulamentações acerca da Assembleia Universitária. A grande inovação ficou com o reitor, pessoa a quem foram atribuídas as competências administrativas, para que o mesmo pudesse gerir a instituição, guiando-a com coesão.

Em conformidade com o mesmo raciocínio, pode-se dizer que o Estatuto tratava adequadamente da estrutura da Universidade, discorrendo acerca da Assembleia Universitária, de sua composição e suas competências; do órgão representativo dos docentes universitários; da administração dos Institutos Universitários, por intermédio do seu Diretor, do Conselho técnico-administrativo e da Congregação. Cuidava também da organização didática e das normas regulamentadoras dos cursos (ROMERO, 2019).

## **1.6 O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**

Já em 1932, teve início o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, movimento que lançou um documento, que propunha a elaboração de um programa de política educacional amplo e integrado, que foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores, como Anísio Teixeira. Havia uma proposta para o Estado: que este elaborasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita (BRASIL, 2019).

Com o advento da Constituição Federal de 1934, a educação começou a ser vista como um direito de todos, cabendo à família e aos poderes públicos sua administração. A partir desse ano, Gustavo Capanema Filho atuou como Ministro da Educação e Saúde Pública. Sua gestão foi marcada pela reforma dos ensinos secundário e universitário. Nessa época, o Brasil já começava a estruturar as bases da educação nacional.

Também em 1934, houve a fundação, no Rio Grande do Sul, da terceira instituição universitária do país. Ela foi criada por meio de um processo diferente das anteriores. Nas palavras de Luiz Antônio Cunha (2000, p. 164):

“Em vez de resultar da reunião de faculdades preexistentes, ela surgiu da diferenciação de uma única faculdade, a Escola de Engenharia de Porto Alegre. Esta foi criada em 1896, com base no mecenato de uma baronesa,

que permitiu a contratação de 50 professores estrangeiros, principalmente alemães. Em vez do já tradicional paradigma francês, esse estabelecimento de ensino superior tomou como referência uma *Technische Hochschule* alemã”.

O mencionado autor (2000, p. 168) diz ainda que em 25 de janeiro de 1934 o decreto de nº 6283 criou a Universidade de São Paulo (USP). Nesse momento, Armando de Sales Oliveira (interventor federal do estado de São Paulo) expediu o decreto de sua fundação. Esse ato foi referendado pelo secretário Cristiano Altenfelder Silva. A USP tentava se espelhar na Universidade de Brasília. Saliente-se que a criação da Universidade de São Paulo baseou-se, principalmente, nos anseios sociais e na necessidade do aprimoramento da cultura do estado de São Paulo.

O Decreto nº 6283/1934 que rege a criação da USP tem o seguinte teor:

Art. 1º — Fica criada, com sede nesta Capital, a Universidade de São Paulo.

Art. 2º — São fins da Universidade: a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.

Já a Universidade do Distrito Federal criada em 1935 por Anísio Teixeira teve vida curta, pois em 1939, foi dissolvida, sendo que parte de suas faculdades foi incorporada pela Universidade do Brasil (CUNHA, 2000).

Cumprido frisar que a citada universidade foi criada quando o Rio de Janeiro ainda era a capital do Brasil. Seu idealizador foi Anísio Teixeira, então secretário de Educação. Essa universidade caracterizava-se por ser inovadora e por possuir uma Faculdade de Educação, que pela primeira vez dotou o magistério de formação específica de nível superior. Essa instituição não contava com os tradicionais cursos de Direito, Engenharia e Medicina (SOUZA; MIRANDA; SOUZA, 2019).

A citada universidade foi considerada como uma grande vitória. Destaque-se que ela foi fruto da atuação de educadores liberais. Contudo, não houve apoio do governo e em 1939, com a edição do Decreto nº 1063, de 20 de janeiro, a instituição foi extinta (FÁVERO, 2006), sendo que seus cursos foram transferidos para a Universidade do Brasil (Universidade do Rio de Janeiro) (SOUZA; MIRANDA; SOUZA, 2019).

Registre-se que a Universidade do Distrito Federal tinha caráter liberal e, por isso, não foi bem aceita pelos setores mais conservadores da sociedade, como a Igreja Católica que alegava que a crise pela qual o Brasil passava era decorrente da dissociação entre Estado e Igreja. Visando alterar esse quadro e trazer de volta a “re Cristianização” das elites brasileiras, foi editado o decreto nº 8681 de 1946, que criou no Rio de Janeiro, a primeira universidade católica do Brasil, a Pontifícia Universidade Católica (PUC) (SOUZA; MIRANDA; SOUZA, 2019).

Os mencionados autores consideram que, com o objetivo de formar bacharéis e licenciandos, em 04 de abril de 1939, foi editado o decreto federal de nº 1190. Este documento criava o primeiro curso de Pedagogia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

De acordo com o mesmo raciocínio, a UNE (União Nacional dos Estudantes) foi criada ainda em 1937, sob a égide do Estado Novo. Em 1948, foi fundada a SBPC (Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência). Então, o ministro da educação, seguindo influências pedagógicas liberais, deu o primeiro passo rumo ao anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No período da Nova República (a partir do fim da Ditadura), vinte e duas universidades federais foram criadas. Elas integravam o chamado sistema de universidades públicas federais, no qual cada unidade da federação passou a contar, em suas respectivas capitais, com uma universidade pública federal. Também foram fundadas nove universidades religiosas, sendo uma presbiteriana e oito católicas. Com isso, houve um aumento do número de matrículas, o que contribuiu para a mobilização dos universitários, que, tiveram a seu favor, um importante instrumento de organização - a UNE (União Nacional dos Estudantes) (SOUZA; MIRANDA; SOUZA, 2019).

Segundo os citados autores, a partir de 1940, as faculdades de Filosofia começaram a ser frequentadas por mulheres. Elas tinham o objetivo de trabalhar como professoras no ensino secundário. Destaque-se que esta foi uma consequência da entrada da mulher no mercado de trabalho e também da expansão do ensino.

Ainda nesse raciocínio, no final da década de 1940 e início dos anos de 1950, vieram algumas tentativas de se buscar a autonomia integral das universidades, mas elas não foram bem sucedidas. A partir de 1950, houve uma expansão da rede federal de Ensino Superior, em especial com a federalização de instituições estaduais e privadas. O

Brasil desenvolveu-se econômica e industrialmente, fato que contribuiu para uma maior conscientização de várias esferas da sociedade que passaram a enxergar a verdadeira realidade das universidades brasileiras. Isso deu ensejo à discussão e elaboração de propostas para a criação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, confrontando escola pública e privada.

Diante disso, pode-se dizer que as várias reivindicações e debates já não eram mais exclusividade de professores e estudantes: esses movimentos ganharam novos adeptos e assumiram uma nova realidade. Destarte, a universidade brasileira passou a ser analisada crítica e sistematicamente (FÁVERO, 2006).

Com isso, a Universidade Federal do Rio de Janeiro foi criada, ato formalizado pela Lei nº 3848 de 18 de dezembro de 1960. Posteriormente, ela foi transformada em Universidade Federal Fluminense (UFF), sendo que a sua fundação teve o escopo de incentivar o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro, em um momento em que este estado enfrentava forte crise na agricultura, com a formação de engenheiros, médicos, dentistas, advogados e outros profissionais. Foi então que a UFRJ decidiu melhorar a situação da população, que estava esmorecida em razão da transferência do Distrito Federal para Brasília.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) – de nº 4024 foi publicada em 1961, confirmando o modelo tradicional de instituições de Ensino Superior existentes no Brasil, mediante a manutenção da preocupação com o ensino em relação à pesquisa. Não foram propostas muitas interferências: foram concedidos plenos poderes ao Conselho Federal de Ensino. Além disso, houve um reforço da ideia de centralização do sistema de Educação Superior.

## 1.6 Criação da Universidade de Brasília (UNB)



Fotografia 1: Discurso do Presidente João Goulart, anunciando a lei responsável pela criação da UnB. Fonte: Memorial da Democracia, 2019.

"Em 1959, o Darcy Ribeiro, que era vice-diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos- INEP- no Ministério da Educação, cujo diretor era o professor Anísio Teixeira, sonhou uma Universidade Brasileira que fosse a mais importante da América Latina. E insistia com o Presidente Juscelino para que a mesma fosse criada em Brasília (BRANT, Vera, 2019)".

Desde a sua concepção, a história da UNB (Universidade de Brasília) é marcada por lutas. Esta universidade nasceu a partir do sonho de educadores, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Sua criação foi autorizada pela Lei nº 3998 de 15 de dezembro de 1961 (esta instituiu a Fundação da Universidade de Brasília como mantenedora). Sua história confunde-se com a própria história da capital do país: a inauguração oficial do seu campus ocorreu no dia do aniversário de dois anos da cidade - em 21 de abril de 1962 (VIEIRA, 2016).

A construção da UnB nasceu de mentes revolucionárias: Darcy Ribeiro (antropólogo) projetou as estruturas da instituição, enquanto Anísio Teixeira planejou seu modelo pedagógico e o arquiteto Oscar Niemeyer transformou as ideias em prédios (UnB, 2019).

O Plano Orientador da UNB foi publicado em 1961. Nele, o ex-Presidente da República - João Belchior Marques Goulart - dizia que esta não seria mais uma universidade, mas sim que seria uma instituição modelo, que serviria de base para as próximas que surgissem a partir daquela data, consistindo, pois, em um estímulo às demais instituições (VIEIRA, 2016).

Vieira (2016, p. 1) diz que a Universidade de Brasília foi desenhada por Oscar Niemeyer. O arquiteto, urbanista e professor Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro de Lima

Costa a edificou em uma das asas do Plano Piloto. Ela possui campus em Ceilândia, Gama e Planaltina. Além disso, mantém mais de quatro mil e trezentos hectares destinados à preservação ambiental e à produção acadêmica na Fazenda Água Limpa.

Ainda segundo esta autora, a UNB é uma instituição reconhecida em âmbito nacional e internacional, estando inserida no rol das melhores universidades do país, destacando-se no tocante à gestão de processos garantidores da tríade ensino, pesquisa e extensão, afirmação que pode ser comprovada a partir das posições alcançadas em avaliações nacionais e internacionais, o que mostra a qualidade oferecida, seja em pesquisa, seja em cursos de graduação, ou de pós-graduação.

A criação da UNB teve forte significado para o país. Sua proposta foi discutida por muitos intelectuais e cientistas e sua ideia principal continha questões culturais sérias e desafiantes, que precisavam ser tratadas, com propostas de inovação, nas quais os estudantes deveriam cursar matérias básicas, disciplinas introdutórias às ciências, artes e humanidades, e, só então, terem formação profissional em faculdades especializadas. Essa inovação foi muito comemorada, mas não durou muito, pois a rígida política vivenciada em 1964 provocou o afastamento de muitos professores da UNB e a demissão de tantos outros. Com isso, houve a desfiguração do projeto educacional traçado para esta universidade (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2019).

Frente a toda essa situação, Cunha (2007, p.12) diz que houve intensa propagação das instituições privadas de ensino superior, que se uniram em universidades, e, com isso, alcançaram os benefícios materiais proporcionados pela facilidade de ajustamento ao mercado candidatos-vagas. É válido registrar que, desde 1997, essa situação sofreu uma modificação e esses estabelecimentos passaram a se unir centros universitários.

Conforme Araújo (2019, p. 261):

"Uma tarefa a ser ensaiada seria a de perspectivar, por meio do comparatismo, o ensino superior no Brasil, quando se constituíram em alguns estados as primeiras universidades brasileiras: no Rio de Janeiro, em 1920 (Universidade do Rio de Janeiro, URJ, com financiamento federal); em Minas Gerais, em 1927 (Universidade de Minas Gerais, UMG, com financiamento estadual); no Rio Grande do Sul, em 1932 (também com financiamento estadual), a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, que, em 1934, passou a ser denominada Universidade de Porto Alegre (Cunha, 1980, p. 206); e em São Paulo, em 1934 (Universidade de São Paulo, USP, com financiamento estadual)".

Para Cunha (2007) além das universidades criadas nos anos de 1920 e 1930, surgiram mais oito, fundadas entre 1943 e 1950; dezessete entre 1951 e 1960 e doze, entre 1961 e 1967, o que quer dizer que até o ano de 1968, surgiram quarenta e uma universidades, sendo que somente em Minas Gerais, foram três: em 1927, a Universidade de Minas Gerais; em 1959, a Universidade Católica de Minas Gerais e em 1960, a Universidade Federal de Juiz de Fora (1960).

Diante disso, é possível perceber que as universidades seguiram essa marcha de institucionalização, permanecendo da mesma maneira entre os anos de 1929 a 1967. Diz-se, pois, que uma característica importante do ensino superior no Brasil foi o fato de o mesmo ter deixado de ser exclusividade do Estado, o que aconteceu na última década do século XIX, quando a República transferiu a competência de legislar sobre o ensino superior também aos Estados, o que deu ensejo à criação de instituições privadas de ensino superior (ARAÚJO, 2019).

Em 1945, com o fim da Era Vargas, o Brasil contava com cinco instituições universitárias, além de várias faculdades isoladas. A Universidade do Rio de Janeiro, que fora transformada em Universidade do Brasil, servia como modelo para as demais escolas e faculdades nacionais. Enquanto isso, a Universidade de Minas Gerais continuou com o seu status e em 1934, a Escola de Engenharia de Porto Alegre foi reconhecida como universidade e, neste mesmo ano, a Universidade de São Paulo foi criada (CUNHA, 2000).

As consequências advindas da reforma no ensino superior foram inovadoras: trouxeram a modernização de parte das universidades federais e de algumas estaduais e confessionais, que incluíram, de forma progressiva, as mudanças acadêmicas então sugeridas, como a criação de condições favoráveis para que certas instituições pudessem aliar atividades de ensino e de pesquisa, que estavam sendo isoladamente aplicadas; abolição das cátedras vitalícias; institucionalização da carreira acadêmica, com o consequente ingresso e progressão docente à titulação acadêmica, tendo ocorrido, também, a introdução do regime departamental. Segundo Martins (2009), pode-se dizer que se, de um lado a mencionada reforma trouxe efeitos inovadores, de outro, ela deu margem à criação de um ensino privado qualitativamente diferente, seja em natureza, seja em objetivos, que visa, preponderantemente, à obtenção de lucro, além de pretender suprir as demandas do mercado educacional, modificando, com isso, a concepção de ensino superior baseada na busca da articulação entre ensino e pesquisa, no compromisso com o interesse público e na preservação da autonomia acadêmica do

docente, transformando seu público, que agora assume o papel de consumidor educacional. No mesmo sentido está o posicionamento de Luiz Antônio Cunha (2007, p. 11), para quem o aumento das instituições de ensino superior passou por uma completa mudança, tendo ocorrido a federalização de faculdades privadas e estaduais, bem como a junção em universidades, fenômeno que se fez presente neste cenário, até 1962, quando se deu a criação do Conselho Federal de Educação.

Seguindo essa tendência, a Lei nº 452 transformou a Universidade do Rio de Janeiro, dando-lhe a denominação de Universidade do Brasil e em 05 de novembro de 1965, ela passou a ser Universidade Federal do Rio de Janeiro, alteração feita pela Lei nº 4831 (FÁVERO, 1977).

É relevante o argumento de alguns autores que consideram que a ausência de um sistema educacional de um país implica em um obstáculo para o seu desenvolvimento econômico (PIANA, 2006).

A autora comentada assevera que havia a preocupação em conservar as instituições padrão para as demais escolas secundárias brasileiras. Contudo, não se conseguiu suprir aos anseios republicanos de ampliação das oportunidades educacionais: o sistema continuava com as mesmas características, sendo que o ensino foi se expandindo desigual e lentamente, pois não havia uma política educacional eficiente, e mesmo com o transcorrer dos anos, essa situação não mudou: apenas o ensino superior foi expandido, tendo-se criado escolas destinadas à formação de profissionais liberais, que atenderiam aos interesses da classe dominante que ocupava o poder. Com relação ao ensino secundário, o Estado estava ausente, fato que motivou a iniciativa privada a assumi-lo.

## Capítulo 2: Contexto Sócio-Histórico e Econômico da Cidade de Uberaba e as Primeiras Instituições de Ensino Superior

### 2.1 Origem Sócio-Histórica de Uberaba

A origem histórica de Uberaba é controvertida: vários autores tentam desvendá-la, contudo, ainda não se conseguiu chegar a um ponto comum sobre a sua origem exata. Pode-se dizer que o início de sua história remonta ao século XVIII, quando, visando à exploração do interior brasileiro e buscando ouro, abriu-se, em 1722, a primeira estrada que dava acesso ao Triângulo Mineiro - a Anhanguera - situada entre o Rio Grande e o Paranaíba (CASANOVA, 2019).

De acordo com Casanova (2019, p. 1):

“A exploração e o povoamento de todo o Triângulo Mineiro, de modo geral, se fez como em todo o Brasil - Colônia, pelo amansamento e extermínio das populações indígenas e dos negros nos quilombos; as estradas para Goiás tornaram-se palco de batalhas, entre os exploradores dos sertões e os nativos”.

Segundo essa mesma autora, o governo de Goiás providenciou a segurança das estradas, tendo nomeado o Coronel Antônio Pires de Campos, em 1742, para conduzir a situação, policiando, contendo e, em alguns casos, matando os silvícolas rebeldes. É importante destacar que este acontecimento pode ser comprovado por meio da matança dos índios caiapós.

O Julgado de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque foi fundado no ano de 1776 e ficava sob a administração de Goiás, lugar rico em minas de ouro e que era altamente explorado, afinal, essa capitania estava livre do pagamento da derrama - imposto sobre minerais, cobrado em Minas Gerais (CASANOVA, 2019).

O Desemboque foi alvo de interesse de exploradores até o ano de 1781, quando as minas de ouro acabaram. Conforme Casanova (2019, p. 2).

“Prosseguindo a exploração das terras, o governo de Goiás para dinamizar a administração dos Sertões, nomeou pela Portaria de 1809, Antônio Eustáquio da Silva Oliveira (natural de Ouro Preto) para a função de Comandante Regente dos Sertões da Farinha Podre (Triângulo Mineiro), e em 1811 foi nomeado pelo Ato Governamental, Curador de índios. Em 1810, Major Eustáquio liderou uma Bandeira até o Rio da Prata, passando por terras de Uberaba”.

Segundo a historiadora Marta Zednik de Casanova (2019, p.2), alguns fazendeiros e outros tantos aventureiros vieram com Major Eustáquio nesta expedição, sendo que eles começaram a produzir e a comercializar com as caravanas que ligavam Goiás a São Paulo. Nas novas terras, Major Eustáquio estabeleceu sua residência tempos depois, motivo ensejador da vinda de tantas outras pessoas para este lugar. Comerciantes, ferreiros, criadores de gado, mascates, boiadeiros e uma gama de profissionais também veio, mirando-se na segurança oferecida pelo Comandante Major Eustáquio.

Segundo Borges Sampaio (1971):

“No grande ribeirão então desconhecido, mas hoje atravessado pela via férrea Mojiana nas proximidades da Estação Engenheiro Lisboa, Município do Sacramento, deixavam os entrantes alguma provisão de víveres, que lhes devia servir de conforto, no regresso para o Desemboque. Encontraram, porém, ao voltarem, alguns deles avariados, entre os quais a farinha de milho apodrecida”.

Por este motivo, o ribeirão foi chamado de “Farinha Podre”, denominação conservada e atribuída também ao território que abrange os rios Grande e Paranaíba.

Sabe-se, ainda, que o princípio de tudo está na ocupação do Triângulo Mineiro, que se deu, provavelmente, em 1816, sendo que esta região ficou sob a jurisdição da capitania de Goiás, o que se justificava à época em razão do interesse da Coroa Portuguesa: o governador das Capitanias de São Paulo e de Minas Gerais tinha interesse nas riquezas contidas naquelas terras (CASANOVA, 2019).

Conforme a autora acima mencionada, foi Bartolomeu Bueno da Silva Filho que conduziu esta missão de desbravar as novas terras. Para concretizar seu intento, ele contou com cento e cinquenta e dois homens, que partiram de São Paulo pelos rios Atibaia, Camanducaia, Moji-Guaçu, Rio Grande, Rio das Velhas, entrando em Goiás pelo Corumbá.

Ainda segundo a citada historiadora, essa expedição ficou conhecida como Estrada Real ou Anhanguera e passou por terras de Uberaba, que, então, era um lugar importante para as autoridades portuguesas, que viam ali uma boa possibilidade de instalar a colonização, a produção e o escoamento dos minerais preciosos; em verdade,

grande parte das riquezas minerais do Brasil foi para Portugal, destinando-se ao pagamento de suas dívidas para com a Inglaterra.

Segundo Casanova (2019, p. 2), não demorou muito para que os moradores construíssem uma capela, estabelecendo-se, pois, o reconhecimento do povoado pela Igreja, instituição de grande influência junto aos governos. Ela foi dedicada a Santo Antônio e a São Sebastião e benzida em 1818 pelo padre Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick, do Desemboque.

A autora continua dizendo que o Rei Dom João VI decretou a elevação do povoado à condição de Freguesia, o que aconteceu em 02 de março de 1820. Este decreto trouxe grande avanço para a comunidade, tendo proporcionado a sua emancipação, além da gerência própria em assuntos de natureza civil, militar e religiosa. Ele ainda significou o reconhecimento oficial pela Igreja e pelo Governo Real.

Uberaba experimentava o crescimento e suas terras foram sendo ocupadas: grandes propriedades também iam se formando, pois, as terras possuíam baixo valor. Em pouco tempo, agricultores, pecuaristas, comerciantes e outros profissionais vieram para as terras uberabenses, constituindo uma população considerável, o que fez o Governo Provincial de Minas Gerais criar, em 1836, o Município de Santo Antônio de Uberaba (CASANOVA, 2019).

De acordo com o professor e advogado Guido Bilharinho (2016, p. 53), nos fins da década de 1850, Uberaba revelava-se como uma das cidades mais importantes do país e estava em vias de participar da guerra contra o Paraguai, que aconteceu no século XIX.

O ano de 1850 também foi significativo para a cidade, porque Antônio Borges Sampaio, primeiro historiador de Uberaba, nascido em Portugal, emigrou para o Brasil vinte anos depois e fixou residência em Uberaba, desenvolvendo estudos relevantes sobre a cidade. Tornou-se um dos correspondentes de um dos principais jornais do país – o Correio Mercantil – que era editado no Rio de Janeiro. Inicialmente, ele enviava seus textos ao Correio Mercantil, para depois mandá-los a jornais de Niterói e, até a sua morte, em 1908, ele escrevia ao Jornal do Comércio, que tinha grande renome no Brasil do século XX, localizado no Rio de Janeiro (BILHARINHO, 2014).

A historiadora Marta Zednik de Casanova entende que a Vila de Santo Antônio de Uberaba tornou-se próspera, destacando-se por sua importância regional. Assim,

ganhou o título de cidade em 1856, tendo se transformado em um destacado centro comercial, fato que ganhou maior relevo a partir de 1889, com a inauguração da Estrada de Ferro, o que facilitou a imigração europeia para a cidade. Além disso, contribuiu para o desenvolvimento da pecuária zebuína.

Sobre esse assunto, Francisco Marcos Reis (2009, p. 3) considera que:

“A posição geográfica da cidade nascente transformou-a num ponto estratégico para reunião, abastecimento e reorganização das tropas brasileiras que se dirigiam ao Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai, em 1865. Parte do contingente de soldados permaneceu na cidade, contaminada por uma forte epidemia de varíola ocorrida naquele mesmo ano. A abolição da escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, são eventos marcantes, que influenciaram sobremaneira a forma com que a cidade se estabelece e procura se consolidar como referência numa vasta região do Brasil Central. Os sertões da Farinha Podre se transformam numa das principais rotas comerciais do interior do Brasil, garantindo o crescimento da cidade instalada no caminho obrigatório para São Paulo, Goiás, São João Del-Rey e, de lá, para o Rio de Janeiro”.

O professor e educador Renato Muniz Barreto de Carvalho (2004, p. 1) dispõe que:

Uberaba, no Triângulo Mineiro, começou a se formar como núcleo urbano no início do século XIX. Foi distrito, freguesia, vila e, em 1856, alcançou a prerrogativa de cidade adquirindo grande destaque na região. Por ser ponto de confluência de estradas e por desempenhar uma centralidade política e econômica tornou-se importante entreposto comercial no Brasil Central. No final daquele século, com eventos como a abolição da escravidão e a Proclamação da República, era propósito político a criação de uma identidade nacional coerente à imagem de um país de progresso e civilização.

Em Informação sobre Uberaba, Guido Bilharinho (2016, p. 53) afirma que:

“A notável projeção alcançada por Uberaba, ao longo da primeira metade do século XIX, pode ser mais bem compreendida com base no modelo geométrico-espacial. O arraial posicionou-se, como vimos, num entroncamento entre dois sistemas dendríticos: o que partia de São Paulo e o que partia de São João Del Rei [...] Uberaba consolidou-se como boca do sertão, com características muito especiais: era intermediária entre duas cidades primazes - Rio de Janeiro e São Paulo - e três regiões - Triângulo, Goiás e Mato Grosso. Daí seu excepcional crescimento, a ponto de se transformar numa das principais cidades do interior do Império do Brasil, tornando-se centro regional do Império”.

Marta Zednik Casanova (2019, p. 3) considera que, ao passar à condição de cidade, surgiram finas construções, que seguiam o estilo eclético, com tendências distintas, que eram viabilizadas em razão da riqueza econômica da população local.

### **2.1.1 Instalação Oficial do Ensino em Uberaba**

Os Frades Dominicanos chegaram a terras uberabenses em 1881, enquanto as Irmãs da mesma ordem, vieram diretamente da França em 1885 e por aqui fixaram sua casa matriz. Imediatamente, elas se dedicaram a lecionar. Em 1895, inauguraram o Colégio Nossa Senhora das Dores, ainda em funcionamento (BILHARINHO, 2016).

Esse mesmo autor diz que os Irmãos Maristas deveriam ter vindo diretamente da França para Uberaba no final da década de 1890, no entanto, tiveram suas correspondências extraviadas e somente chegaram em 1903, quando fundaram o seu colégio – o segundo estabelecimento de ensino no Brasil, também em funcionamento.

Cumprir frisar que em meados da década de 1890 esteve presente em Uberaba o Instituto Zootécnico, que teve como professor o alemão Frederico Maurício Draenert, pessoa que, segundo Guido Bilharinho, no livro Informação sobre Uberaba p. 63, destacou-se por seus feitos, sendo o principal deles a descoberta da existência de bactérias no reino vegetal.

Em sua outra obra, Personalidades Uberabenses (2014, p. 133), o mesmo autor afirma que essa descoberta se deu em razão da estadia de Draenert na Bahia, quando tal localidade passava por uma moléstia na cana de açúcar, o que deu ensejo a estudos e, em 1868, Draenert, descobriu a existência das citadas bactérias, tendo publicado suas conclusões no Jornal da Bahia e em outros periódicos estrangeiros e nacionais.

Ele também foi pioneiro no ensino agrícola superior no Brasil: participou, em 1877, da inauguração da Escola Agrícola da Bahia, onde exerceu atividades antes de ir para o Rio de Janeiro e para Campinas e posteriormente para Uberaba.

### **2.1.2 Instalação da Linha Telegráfica e da Companhia Mogiana**

A cidade conquistou grandes realizações em 1889. Em Janeiro daquele ano recebeu a visita de engenheiros que começaram a construir uma linha telegráfica, que se estenderia até Mato grosso. Ainda veio a inauguração da estação ferroviária da Companhia Mojiana, fato este que trouxe para a cidade discursos de civilização e de progresso. A instalação da ferrovia realmente provocou evolução, pois afastou a precariedade das estradas de rodagem, além de tantos outros benefícios à região (CARVALHO, 2004).

Carvalho (2004, p. 2) tem a seguinte consideração acerca da ferrovia:

“A chegada dos trilhos era a promessa de um novo tempo em que seria facilitado o escoamento de produtos por meio de importações e exportações comutadas entre municípios e estados vizinhos”. Além de agradecer a facilitação dos deslocamentos era preciso agradecer a todos que se empenharam para a construção da ferrovia cuja inauguração representava a “festa do progresso”.

Esse mesmo autor diz que a construção e consequente inauguração da ferrovia significavam para a região uma verdadeira festa do progresso. Da mesma forma o era o serviço de tráfego de navegação a vapor realizado no Rio Grande entre Uberaba e Franca, pela Companhia Mojiana.

Embora na prática não se estendesse para além do Porto da Ponte Alta, o tráfego foi mantido apenas entre os anos de 1888 e 1889, tendo trazido vantagens à cidade, pois permitiu aos comerciantes um contato direto com as praças comerciais de Campinas, São Paulo e Santos, e também com as praças da capital de Goiás e Mato Grosso (CARVALHO, 2004).

Para Francisco Marcos Reis (2009, p. 3):

“O final do século XIX foi bastante intenso na cidade. Foi instalada a primeira Câmara Municipal Republicana; a ferrovia estendeu seus trilhos até o município; as Irmãs Dominicanas instalaram o seu educandário; vários jornais foram criados, entre eles o Lavoura e Commercio. O período marca, ainda, a chegada do primeiro exemplar de Zebu importado da Índia. Um detalhe importante é a ausência de fotos com negros na condição de escravos. O registro existente mostra membros da comunidade num terno de congada, publicada nessa seção. Por outro lado, é preciso observar que não existem muitas fotos de pessoas consideradas pobres, operários, lavradores e braçais, que aparecem, ocasionalmente em fotos de obras ou de logradouros públicos”.

O século XX chegou e Uberaba já alcançava aproximadamente dez mil habitantes, tendo passado por consideráveis transformações, que a tornaram a cidade mais importante daquela região. Ainda se usavam lampiões para iluminação: eram os primeiros anos daquela urbe, que se aprontava para a crescente urbanização dos seus logradouros, então já se viam paralelepípedos, que se multiplicavam progressivamente e iam se distribuindo pelas principais vias urbanas (REIS, 2009).

Segundo o autor fomentado, em razão da movimentação política, que se mostrava intensa, partidos políticos municipais foram surgindo, a exemplo do republicano Partido

da Lavoura. Também havia o Partido Monarquista. Nos idos de 1900, algumas pessoas influentes demonstravam interesse em transformar a região em estado.

Ainda conforme suas palavras, o ano de 1904 foi marcado por eventos artísticos, que aconteceram no Theatro Municipal São Luiz. A cantora Candelária Couto e artistas das companhias dramáticas locais fizeram suas apresentações. O futebol foi mais uma atração naquele ano e se fez presente nestas terras, tendo vindo para cá por meio de dois irmãos maristas, que o trouxeram da Europa (REIS, 2009).

Também houve o crescimento da imprensa escrita, que se expandiu, pelas vias do Jornal Lavoura e Comércio. Houve ainda a publicação de variados almanaques e tantas outras revistas (REIS, 2009).

Já em 1905, as ruas centrais da cidade estavam iluminadas. A construção da Usina Monjolo foi concluída pela empresa Ferreira & Cia, equipada com turbinas adquiridas na Alemanha. Nessa mesma época, vieram para a cidade os irmãos Finholdt, que trouxeram maquinários e fixaram residência em Uberaba. A luz elétrica chega à cidade e, aos poucos, vai substituindo as luminárias de querosene. Estas, porém, permanecem acesas nos lugares mais periféricos (REIS, 2009).

Em sua obra *Uberaba 100 Anos de Olhares e Memórias*, Francisco Marcos Reis (2009, p. 13) assevera que:

“A primeira década de 1900 vai incorporar à cidade conquistas definitivas, como a instalação da telefonia, do Batalhão da Polícia Militar, do Grupo Escolar Brasil, da Diocese de Uberaba, e se inicia a construção da penitenciária – prédio que, posteriormente, foi cedido à Faculdade de Medicina. Ao mesmo tempo, são intensificadas as viagens de pecuaristas à Índia em busca de exemplares de zebuínos e se realiza, em propriedade privada, a primeira exposição de gado”.

Seguindo os passos da evolução, Uberaba conquista sua primeira Biblioteca Municipal, que segundo afirma Guido Bilharinho (2016, p. 87):

“A Biblioteca Municipal, como instituição, foi criada pela lei municipal nº 231, de 08 de abril de 1909, na administração de Filipe Aché, em decorrência da doação que, ao se extinguir, o Grêmio Literário Bernardo Guimarães fez, no mês de março anterior, à Câmara Municipal dos mil e duzentos volumes de sua biblioteca e três contos de réis, com a condição de manter a biblioteca aberta ao público”.

Esta biblioteca passou por várias reformas durante a vigência dos tantos governantes que estiveram à frente da Prefeitura de Uberaba. Ela ganhou novos

exemplares, maior espaço físico, ventiladores e poltronas, balcões de aço que expandiram o local de atendimento ao público, reparos variados, aquisições de equipamentos, pintura, além de ampliação do acervo e de novas estantes, sempre visando garantir que o público tivesse acesso à cultura (BILHARINHO, 2016).

O mesmo autor assevera que as instalações da biblioteca foram ampliadas na gestão do Prefeito Luís Guaritá Neto (1993-1996). No ano seguinte, ela foi aberta ao público, na gestão de Marcos Montes. Já em 2006, sob a direção de Anderson Adalto, novo prefeito, ela passou por completa reforma, sob o projeto arquitetônico de Paulo Trajano, que propôs uma alteração, transferindo seu aspecto e funcionamento do início da década de 1970 inserindo-os no âmbito da modernidade do século XXI.

Todavia, por volta de 1910, com aproximadamente doze mil habitantes, Uberaba enfrentava sérios problemas estruturais, encarando um cenário nada positivo na segunda década do século XX: não existia a oferta de água nem de esgoto tratados, o que comprometia a saúde pública da cidade, que passava por inúmeras epidemias, como varíola, varicela e a gripe espanhola, sendo que esta fez mais de duas centenas de vítimas fatais em 1918. A este fato somava-se o excesso de cães de rua, que aumentava os casos de hidrofobia. Nessa época esses acontecimentos eram comuns no Brasil, o que incentivou a criação de medidas destinadas a minimizar os problemas de infraestrutura: foram lançadas iniciativas para se calçar as ruas centrais (REIS, 2009).

Também em 1910, outro fato chamava atenção em Uberaba: a Odontologia era exercida nesta cidade somente por “práticos”. Profissionais com experiência teórica e científica escolhiam os grandes centros para exercerem suas profissões e, em consequência disso, a população, a maior parte rural, ficava sem assistência odontológica, restando-lhe os serviços dos pioneiros da Odontologia – os dentistas práticos (CASANOVA, 2012).

### **2.1.3 Exposição Agropecuária - Expozebu**

A organização da Exposição Agropecuária teve início em 1911. Em momento posterior, essa exposição transformou-se em Expozebu, tendo aumentado, com isso, as expedições à Índia em busca de exemplares de zebuínos. Em 1915, foi editada uma lei autorizando a abertura de negociação para a instalação do serviço de água e esgoto. (REIS, 2009).

### **2.1.4 Lançamentos e Cultura**

Aconteceram muitos lançamentos de novas publicações, seja de livros, além de espetáculos de teatro e de eventos relativos à política. Ainda houve a criação do Clube Republicano, sendo que todos esses eventos movimentaram a vida cultural da cidade, tornando-a ativa (REIS, 2009). Que tempo foi esse?! Ver Reis, 2019.

Em 1917, Uberaba dispunha de cinemas: o Triângulo e o Polyteama. Localizavam-se, respectivamente, nas atuais Ruas Artur Machado e Coronel Manoel Borges. Eles ofereciam lazer à população: exibiam as melhores fitas vindas da capital. De acordo com a Revista Via Láctea, famosa na época (1917), esses cinemas ficaram em pleno funcionamento até 1918 e, mesmo tendo vida breve, foram queridos do povo, sendo o Polyteama o que mais se perpetuou na memória popular (REIS, 2009).

Segundo Reis, (2009, p. 29), naquela mesma época, intelectuais aproveitaram para lançar livros, maestros regiam, compositores escreviam suas partituras, promovendo seus concertos. Os alfaiates cuidavam com sofisticação das roupas encomendadas.

Conforme o citado autor, a ferrovia foi a linha do desenvolvimento, no entanto, São Paulo saiu na frente com a construção da Estrada de Ferro Noroeste, reduzindo, assim, a participação, não só de Uberaba, mas também de todo o Triângulo Mineiro. Um ponto importante é o que se refere à conclusão da Ponte de Delta sobre o Rio Grande integrou os Estados de Minas e São Paulo, que aconteceu em 1915, trazendo inovações, tanto que no ano seguinte agência nº 015 do Banco do Brasil foi inaugurada. Ela veio antes mesmo das agências de São Paulo e de Belo Horizonte.

Ele ainda considera que mesmo com todos os percalços relatados, a cidade continuava a se desenvolver. Surgiram questões relativas ao trânsito: o tema era delicado, a ponto de ser necessária a edição da Lei Municipal nº 342 de 16 de junho de 1916 (BILHARINHO, 2010), que proibia a circulação de carros de boi, pois estes atrapalhavam o tráfego dos motorizados.

### **2.1.5 Mercado Municipal de Uberaba**

O Mercado Municipal de Uberaba foi definitivamente inaugurado em 02 de agosto de 1924, sob a administração do agente executivo Geraldinho Rodrigues da Cunha.

Registre-se, porém, que em 1882, o mercado municipal teve a sua primeira sede, então localizada no Alto do Rosário, na Rua Alegre, atual Rua Lauro Borges. Este foi demolido em 1912 para a construção do Fórum Melo Viana (SAAD, 2019).

Com a inauguração do Mercado Municipal, grande parte do comércio passou a se concentrar naquela região, mesmo com a existência de lama e poeira em seu entorno e mesmo com os moradores incomodados com a existência de uma penitenciária (onde hoje funciona um dos campi da UFTM) (REIS, 2009).

De acordo com Hildebrando Pontes, no século XX, por volta do ano de 1928, Uberaba era um dos duzentos e quinze municípios que se localizava na parte média sul do Triângulo Mineiro, sendo que, cronologicamente, ocupava o vigésimo nono lugar na ordem de criação das cidades do estado.

### **2.1.6 Mudanças Estruturais na Cidade de Uberaba**

O jornalista Francisco Marcos Reis (2009, p. 47) diz que a cidade começa a passar por mudanças em sua estrutura: a Igreja do Rosário e o antigo prédio da Câmara são demolidos, sendo este último reconstruído, permanecendo com a atual estrutura. Na década de 1920, a Sociedade de Medicina e a Associação Comercial e Industrial foram criadas, representando grande avanço para a cidade.

Em 1922, Fidélis Reis, uberabense, apresentou um projeto de lei que tinha o objetivo de preparar as futuras gerações para a sociedade industrial e tecnológica cujo avanço começava a chegar ao país e tornava o ensino técnico profissionalizante obrigatório em tempo integral no Liceu de Artes e Ofícios (SOUZA, 2010).

Em conformidade com Ioneide Piffano Brion de Souza (2010, p. 1):

Aprovada após cinco anos de difícil tramitação, a lei deixou de ser aplicada por falta de recursos orçamentários. Serviria de embrião para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que, embora socialmente relevante, nunca teve a dimensão do projeto original.

O Deputado Fidélis Reis escreveu um livro sobre esta temática, intitulado Ensino Profissional – Em Torno de Um Projeto. Esta obra, tamanha sua importância, tornou-se um símbolo no tocante ao ensino profissionalizante no país (REIS, 2009).

O citado autor ainda considera que Orlando Ferreira lançou em 1926 o livro *Terra Madrastra – Um Povo Infeliz*. Nesta obra, ele tece severas críticas aos políticos locais, dirigindo-se especialmente às famílias mais ricas e ao clero, alegando que os mesmos defendiam a manutenção da fé, afastando, com isso, o progresso.

Segundo Reis (2009, p. 63), a guerra aproximava-se com as tensões sócio-políticas existentes no final da primeira república. Os conflitos rondavam a cidade de Uberaba. De um lado, viam-se os conservadores, apoiadores do candidato Júlio Prestes. Estes logo se dissiparam. A ala oposta era ocupada pela Aliança Liberal, do candidato Getúlio Vargas. Este conflito foi denominado “Revolução de 30”.

Para o jornalista acima mencionado, os liberais resolveram aderir à luta armada, o que ganhou apoio popular em Uberaba, quando foram criados na cidade: milícias e o Batalhão Patriótico Alaor Prata (que tinha mais de dez mil adeptos). Nessa época, a cidade foi dirigida por um governo militar e por um governo civil, e teve à sua frente o engenheiro Guilherme Ferreira. A revolução iniciada em março de 1930 termina em outubro, com a vitória da Aliança Liberal de Getúlio Vargas.

### **2.1.7 Visão Prévia da Odontologia e a Primeira Instituição de Ensino Superior - Escola Superior de Farmácia e Odontologia de Uberaba - MG**

Por volta de 1912, Alfredo Godofredo da Silva entrou no cenário de Uberaba. Em conformidade com Edmundo Rodrigues da Cunha Filho (1943, p. 89), ele era: "homem de caráter rígido, trabalhador incansável na árdua luta pela vida, começou sua carreira de dentista com um modesto consultório ambulante. Naquela época, era hercúlea a dificuldade de locomoção".

Alfredo, então, saía rumo às fazendas, andando a cavalo, com seu equipamento de trabalho, na região de Igarapava e de Ituverava. Nesses locais, ele se deparava com lugares rudes e pessoas hostis com as quais tinha que saber lidar. Muitas vezes, ele instalava seu consultório em paióis, sem qualquer conforto, e, frequentemente, ficava meses, sem ver sua família (CUNHA FILHO, 1943).

Segundo esse mesmo autor (idem):

"Ao voltar de uma dessas incursões, teve uma dolosa surpresa que o feriu profundamente: sua filhinha Nazica, de dois anos de idade, havia falecido três dias antes, sem que seus familiares conseguissem meios de o avisar. Foi

então que Alfredo decidiu fixar seu consultório na cidade. Uma nova fase de lutas o esperava. Sem medir sacrifício, atirou-se ao trabalho. Em pouco tempo impôs-se pela perfeição de seu trabalho e pela maneira cavalheiresca de tratar seus clientes".

Cunha Filho (1943, p. 89) ainda considera que foi nessa época que Alfredo Godofredo resolveu fundar uma escola prática de odontologia e prótese, pois tinha íntima convicção de que poderia repassar os seus conhecimentos, afinal, apresentava facilidade em fazê-lo. Além disso, todos o respeitavam.

De acordo com o citado autor, a mencionada escola era frequentada por alunos de Uberaba, Campo Belo (onde hoje é a cidade Campina Verde), Araxá, Ituiutaba e Prata. As aulas eram efetivamente práticas: os alunos iam em pequenos grupos e assistiam aos atendimentos dos clientes: enquanto o Dr. Alfredo trabalhava ia explicando o processo de seu trabalho.

Por seu turno, Marta Zednik de Casanova (2002, p. 53) afirma em sua obra Associação Brasileira de Odontologia Regional Uberaba - Pioneirismo e Liderança - que a Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba surgiu em 1926. Enquanto isso, Willian Douglas Guilherme (2016, p. 12) afirma que esta instituição de ensino funcionou entre os anos de 1926 e 1936, mas teve suas atividades interrompidas pela reforma educacional acontecida em 1931 no Governo Vargas.

Em 1932, o Estado de Minas Gerais regulamentou as profissões de Farmacêuticos e de Cirurgiões Dentistas, até porque havia um movimento contrário aos dentistas práticos, provavelmente liderado por competidores profissionais, que, então, denunciaram aqueles à Saúde Pública. De acordo com Marta Zednik Casanova (2012, p. 53): "O fim, visado pelo denunciante, geralmente, era afastar os práticos do campo de atividade clínica para ficar só e absorver e assenhorear-se de toda clientela".

Ao mesmo tempo em que os dentistas práticos eram questionados em juízo, nascia a ideia de se fundar uma Escola de Farmácia e Odontologia em Uberaba, o que foi amplamente incentivado, pois a mesma era bem localizada - no Triângulo Mineiro, rica região que até então só havia tido a experiência de ensino superior com o Instituto Zootécnico, que, segundo Machado (2009, p. 13) funcionou na cidade em 1895 e teve inicialmente uma turma composta por dezenove alunos, dos quais apenas oito formaram-se como engenheiros agrônomos, em 1898. Além disso, um grande número

de práticos atuava na cidade, desenvolvendo a profissão sem diploma, situação que não podia continuar (CASANOVA, 2012).

Ainda conforme a autora acima citada, diante dessa celeuma, realizou-se, em 07/08/1926 a primeira Assembleia de profissionais, em que estiveram presentes pessoas de prestígio social, como farmacêuticos, cirurgiões dentistas, médicos, professores, bacharéis e outros visando à criação de uma Escola Superior de Farmácia Odontologia em Uberaba.

É importante destacar que na citada assembleia, foi discutida e aprovada, por unanimidade, a fundação da primeira Escola Superior de Farmácia e Odontologia na cidade de Uberaba, cujos fundadores foram: José de Oliveira Ferreira, João Henrique Sampaio Vieira da Silva, João Nicolau de Oliveira, Jorge Alonso Frange, Dídimo Napoleão, Olavo Rodrigues da Cunha e Francisco Mineiro Lacerda (todos médicos); José de Souza Prata e Levy Cerqueira (bacharéis em direito); Guilherme de Oliveira Ferreira e Horácio César Jordão (engenheiros); Oswaldo Guimarães (agrônomo); Ernesto Cerqueira e José Ribeiro de Castro (professores); Evandro Americano do Brasil e Assis Moreira da Silva Júnior (cirurgiões dentistas) (CASANOVA, 2012).

Segundo a mesma historiadora, naquela época, dizia-se que uma “crença” pairava em Uberaba, a qual foi registrada no relatório da Escola de Farmácia e Odontologia. A população acreditava que a escola era um negócio fadado ao insucesso - o entendimento dominante era o de que "aqui nada vae adiante", crença essa que não fez os fundadores da Escola de Farmácia e Odontologia desistirem de seu ideal e, por acreditarem nele, investiram na citada escola, sendo que esta teve efeitos positivos, que se espalharam pelo Triângulo Mineiro afora, fazendo crescer o número de matrículas entre os alunos de ambos os sexos.

Essa autora diz que frente ao seu crescimento, a escola recebeu apoio do Governo Estadual de Minas Gerais, tendo sido reconhecida pelo Decreto nº 1004, de 21 de setembro de 1927. Por sua vez, para que a escola alcançasse o reconhecimento federal, seria necessária uma fiscalização federal, durante dois anos, o que foi feito pelo Dr. T. Edílson Couto, médico graduado em Paris.

Ela continua dizendo que, inicialmente, a diretoria da Escola foi composta pelo Dr. Olavo Rodrigues da Cunha (tesoureiro); pelo Dr. Francisco Mineiro Lacerda (secretário geral) e pelo Dr. José de Oliveira Ferreira (diretor), tendo passado por algumas

mudanças na estrutura em sua direção. Finalmente, em 1929, a Escola de Farmácia e Odontologia foi reconhecida como de "Utilidade Pública", em ato promovido pela Câmara Municipal de Uberaba, mediante a instituição do Projeto de Lei nº 28 de 20 de maio e da Lei nº 652, de 06 de setembro daquele mesmo ano.

A citada lei, de nº 652, publicada em 06 de setembro de 1929, asseverava:

O povo do município de Uberaba, por seus vereadores, votou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. I - Fica a Escola de Farmácia e Odontologia reconhecida como de utilidade pública.

Art. II - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA, 6 DE SETEMBRO DE 1929.

“Cumpra-se. O diretor da Secretaria Registre e Publique”.

Dr. Olavo Rodrigues da Cunha – Presidente da Câmara e Agente Executivo.

Registrada e publicada nesta Secretaria da Câmara Municipal de Uberaba, aos seis dias do mês de setembro de mil novecentos e vinte e nove. (CASANOVA, 2012, p. 56).

A mesma autora diz que a Escola de Farmácia e Odontologia teve seu primeiro fiscal efetivo - Dr. Álvaro Guaritá - nomeado por ato do Presidente do Estado de Minas Gerais, o que aconteceu em 20 de novembro de 1929. Ele permaneceu em suas funções até 4 de dezembro de 1930. Outro acontecimento importante do ano de 1929 foi a fundação do Centro Acadêmico Rui Barbosa, que tinha por escopo a defesa e propagação dos interesses dos estudantes da cidade de Uberaba.

Frisa-se que a Escola de Farmácia e Odontologia, inicialmente, foi instalada em prédios alugados, que não eram próprios para as aulas, mas adaptados, na medida do possível, para as suas finalidades específicas. Foi elaborada uma planta para a construção da Escola, contudo, a obra, cuja inauguração estava prevista para o ano de 1933, não foi efetivamente construída (CASANOVA, 2012).

Nesse mesmo ano, o Conselho nacional de Educação aprovou o Regimento da Escola, o que foi feito mediante a emissão de pareceres contendo exigências de modificações. Para Marta Zednik de Casanova (p. 77): “Este Regimento constituiu uma verdadeira fotografia da Escola, e foi corrigido em alguns artigos, sendo posteriormente, aprovado de acordo com os parâmetros legais”.

Para esta mesma autora, o Conselho Nacional de Educação nada considerou de irregular na escola em 1934. Apenas reafirmou a concessão preliminar que havia dado

no ano anterior. Dessa forma, a última turma matriculada no Curso de Odontologia da mencionada escola foi nesse ano, sendo que em 1935, foi editado o Decreto Federal nº 1003 de 01 de agosto, que cassou a inspeção preliminar da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba, sob a alegação de irregularidades acadêmicas e administrativas.

O Parecer nº 206/1935 do Conselho Nacional de Educação solicitou a cassação da inspeção preliminar conferida à escola. Diante disso, a Diretoria Nacional de Educação decidiu pela demissão do Dr. Carlos Moraes, então inspetor da escola, em razão da falta de exatidão no tocante ao cumprimento de seus deveres. Determinou, ainda, a cassação da regalia de inspeção preliminar outorgada à escola e, por fim, a revisão do registro dos diplomas da escola visando ao cancelamento daqueles que não estivessem em conformidade com as prescrições legais (CASANOVA, 2012).

A mesma autora assevera ainda (2012, p. 78):

“O Inspetor Federal Carlos Moraes enviou, em 01/05/1934, uma carta ao Presidente Getúlio Vargas informando sobre as injustiças e falsas denúncias, além da cobiça de alguns pelo cargo que ocupava e solicitava solução. Os relatórios da escola eram enviados e não recebiam respostas sobre as instruções que deveriam seguir. Solicitou que seus vencimentos fossem pontualmente pagos, pois não recebia seu salário há quatro meses, e se fosse necessário se retiraria da inspeção da escola e que outra colocação fosse arranjada”.

Essa historiadora assevera que, diante de todos esses fatos, os alunos entraram em greve e reivindicaram que fosse realizada uma fiscalização na escola e que, enquanto esta não fosse feita, eles não retornariam às aulas. A essa questão o Diretor Francisco Mineiro Lacerda respondeu que nada havia de errado com a escola, pois o parecer do Conselho Nacional de Ensino opinando pela cassação da fiscalização federal da escola sequer havia sido homologado pelo Senhor Ministro.

No entanto, em 1935, a Escola de Farmácia e Odontologia não ofereceu exames para novos ingressantes. Dessa forma, a mencionada historiadora diz que nesse ano apenas houve a revalidação das matrículas de 1934, sendo válido registrar que durante a existência dessa escola foram diplomadas cinco turmas. Ademais, em conformidade com os registros da escola, é provável que ela tenha funcionado até 1936, ano em que foram expedidos boletins e exames.

Segundo Casanova (2012, p. 79), pode-se dizer que a Escola de Farmácia e Odontologia teve suas atividades encerradas por alguns motivos, tais como: irregularidades administrativas e pedagógicas, disputa entre dentistas práticos e profissionais graduados, e ainda, disputa pelo cargo diretivo da escola.

### **2.1.8 Primeira Faculdade de Direito de Uberaba**

Um ponto de grande relevância para a cidade de Uberaba nas décadas de 1920 e 1930, foi a criação das primeiras escolas superiores de Odontologia e de Direito em 1929 e 1934, respectivamente, sendo ambas posteriormente, fechadas. Nesse sentido, Guilherme (2016, p. 15) tem a seguinte opinião: “As Escolas de Pharmacia e Odontologia foram as preferidas dentre os produtos educacionais ofertados pelas iniciativas particulares no momento da criação da Escola de Uberaba”.

É válido registrar que segundo Casanova (2012, p. 59), a primeira Faculdade de Direito de Uberaba foi fundada no mesmo prédio em que funcionava a Escola de Farmácia e Odontologia. Algumas autoridades representaram verdadeiras bases para a concretização daquele curso na cidade. São elas: Dr. Francisco Mineiro de Lacerda (Diretor da Escola de Farmácia e Odontologia); Sebastião Fleury (Presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Uberaba); Vitório Guaraciaba (Tesoureiro); Manoel Líbano Teixeira (Presidente do Conselho Técnico da Escola) e Amélia Guaraciaba (secretária).

A referida escola era composta pelos seguintes membros: doutores Francisco Mineiro de Lacerda (Presidente), Sebastião Fleury (diretor), Moacir Medina Coeli (Presidente do Conselho Técnico), Manoel Libânio Teixeira (Membro do Conselho Técnico), Pelópidas Fonseca (Membro do Conselho Técnico) e a senhora Amélia Lacerda Guaraciaba (Secretária). Destaque-se que em 23 de novembro de 1934, a escola foi declarada de Utilidade Pública, tendo sido reconhecida pelos Decretos de nº 20.179 e 23.305, ambos do Governo Federal (CASANOVA, 2012).

É necessário destacar que não foram encontrados dados referentes à cessação das atividades dessa faculdade de Direito. Também não se sabe por quanto tempo ela funcionou, pois não foram encontradas informações a esse respeito, seja no Arquivo

Público Municipal, nas bibliotecas públicas e privadas da cidade ou em qualquer outro meio de informação.

### **2.1.9 Teatros, Serviço Postal, Educação**

Um fato marcante acontecido ainda em 1931 foi a inauguração do novo Teatro São Luís e os aviões do Serviço Postal colocam Uberaba no seu roteiro. Em 1932, foi criada a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos. Em 1934, a VASP começou a operar uma linha aérea entre Uberaba e São Paulo. Nascia nesse mesmo ano, a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, atual ABCZ (REIS, 2009).

Segundo esse mesmo autor, a população mobilizava-se em busca de melhorias, dessa vez na parte estrutural urbana da cidade que, em 1935 já tinha quase dez mil imóveis, mas apenas mil e quinhentos com serviços de água e esgoto, o que acentuava a presença de epidemias como varíola, tifo e tuberculose, gerando calamidade pública, com muitas mortes.

De acordo com o entendimento do jornalista comentado, ainda na década de 1930, aconteceram vários espetáculos teatrais promovidos pelo Grupo Dramático Artur Azevedo. Nesse período, a cidade começava a ser referência em educação e já atraía a atenção de alunos de todo o Brasil. Na mesma época, a Rádio Sociedade do Triângulo Mineiro, uma das primeiras do interior do país, foi criada e a década se finda com a chegada da indústria de laticínios e com a inauguração da nova sede do Jockey Clube, além da Casa de Saúde São José. A cidade ainda assistiu à expansão da Avenida Leopoldino de Oliveira (REIS, 2009).

De acordo com Francisco Marcos Reis (2009, p. 81):

“O mundo passa por uma dolorosa transformação. A guerra eclode na Europa no finalzinho da década de 30. E se mantém até meados dos anos 40. Enquanto no teatro as operações revelam os horrores daquela insanidade, Uberaba se firmava entre as cidades mais prósperas da região. A população somava 59 mil pessoas, sendo que 31 mil viviam no perímetro urbano, ainda que enfrentando sérios problemas estruturais, relacionados, sobretudo ao saneamento básico e seu inevitável impacto na saúde pública”.

E continua o citado autor:

A existência da guerra se fez presente no cotidiano da cidade a partir de 29 de outubro de 1943, quando o primeiro grupo de pracinhas da cidade embarcou

para a frente da batalha na Europa. A imensa comoção registrada naquela data se converteu numa festa sem precedentes com o retorno dos pracinhas, que desembarcaram dos trens em Uberaba em Julho de 1945, e desfilaram pela Rua Arthur Machado até a Praça Ruy Barbosa, onde foram recebidos por uma multidão (REIS, 2009, p. 81).

Os primeiros anos da década de 1940 foram marcantes para a cidade: tiveram muitos investimentos, como a construção de cinemas com a projeção de grandes obras cinematográficas, além da inauguração do Grande Hotel, que foi considerado o primeiro arranha-céu do Brasil Central (REIS, 2009).

## **2.2. A Disseminação do Ensino Superior em Uberaba – MG**

A história da atual Universidade de Uberaba, instituição sem fins lucrativos, mantida pela Sociedade Educacional Uberabense, remonta ao ano de 1940, com a fundação, por Mário Palmério, do Lyceu do Triângulo Mineiro, com sede inicial na Rua Manoel Borges. A partir daí, Palmério pretendia dar a Uberaba novos ares, dotando-a com uma escola que ofertasse o ensino superior (FONSECA, 2018).

Em 1943, a Escola do Comércio foi reconhecida pelo Governo Federal, tendo-se instalado o Curso Comercial Básico e o Curso Técnico de Contabilidade, que somente começaram a funcionar em 1944, depois de passarem pelas adaptações exigidas pela Lei nº 6141 de 28 de dezembro de 1943, instrumento responsável pelo reconhecimento federal da escola (PASCOALINI, 2019).

De acordo com Francisco Marcos Reis (2009, p. 97),

“Uberaba toma contornos mais modernos. A arquitetura apresenta os primeiros prédios, símbolos de prosperidade e crescimento da cidade, que vê seu cotidiano mudar com a chegada de centenas de estudantes, matriculados em suas faculdades e renomados colégios. O comércio e a agropecuária são as atividades econômicas mais relevantes, a produção artística impõe a cidade como a mais culta dos sertões que se avizinham em regiões próximas e distantes do imenso território do Brasil Central”.

Segundo Azevedo (2010, p. 166), em 05 de agosto de 1947, o Jornal Lavoura e Comércio anunciava a criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, pelo professor Mário Palmério. O curso ainda não havia sido oficialmente autorizado, pois que suas dependências não estavam prontas. Porém, foi utilizada a estrutura física do Colégio do Triângulo Mineiro (também de propriedade de Palmério) e foram feitas

algumas adaptações em pavilhões já existentes, que foram transformados em salas especiais, laboratórios e anfiteatros e também uma série de equipamentos necessários ao ensino de Odontologia.



**Fotografia 2:** Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio, edição de 05 de agosto de 1947.

Em 1947, a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro foi fundada, fixando as bases que organizariam, em 1950, um complexo de Escolas Superiores – a Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro – embrião da futura FIUBE (Faculdades Integradas de Uberaba) – posterior UNIUBE. Em 1952, Mário de Ascensão Palmério inaugurou em Uberaba a Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, que funcionava ao lado da Escola e do Colégio do Comércio (FONSECA, 2016).

Para este mesmo autor, com a instalação da faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, a Cidade ganhou um expressivo número de estudantes, que aqui chegavam visando alcançar realizações pessoais e profissionais.

Ele continua dizendo que, ao criar uma faculdade, Mário Palmério pretendia trazer para Uberaba o desenvolvimento das ciências, queria alcançar o progresso da

humanidade. Para tanto, ele contava com o apoio de inúmeros educadores, que, com pensamento semelhante ao seu, estavam criando escolas técnicas em outras cidades do país, visando, com isso, ao crescimento intelectual da população.

E ainda, discorre que Palmério não queria que seus cursos fossem confundidos com uma instrução profissionalizante. E alegava que Uberaba já tinha condições para receber cursos mais elaborados. A explicação para a escolha do Curso de Odontologia dava-se em razão da necessidade desse tipo de profissional na cidade, que já tinha grande população, que, por vezes, passava por necessidades nesta área.

Justificava também a escolha pela Odontologia em razão da relativa facilidade para a sua instalação: já existia o patrimônio representado pelo Colégio Triângulo Mineiro e pelos edifícios que o compunham. Além disso, praticamente todo o material didático já estava na escola.

Fonseca (2016, p. 168) diz que:

“Os gabinetes para a Policlínica e as outras salas especiais, motores elétricos e os outros aparelhos necessários já se acham nos seus lugares”, garantia o professor. “O mobiliário para os anfiteatros, laboratórios, etc., também já está tomando o seu destino, terminados que já foram, praticamente, os serviços indispensáveis de reforma e de readaptação dos edifícios”.

Mas para que esta Faculdade de Odontologia tivesse sucesso, teria que superar a imagem deixada pela Escola de Odontologia, inaugurada em Uberaba onze anos antes. Esta, como já se salientou, fora uma instituição fundada na cidade, porém, fechada tempos depois (1936), fato que deixou na população uma noção de promessa não cumprida, de projeto proposto, mas não terminado (FONSECA, 2016).

Por tudo isso, onze anos depois, naquele ano de 1947, o jovem Mário Palmério ainda precisava de muito empenho para reconquistar a confiança dos uberabenses na viabilidade de uma nova escola de Odontologia em Uberaba. Assim, para muitos, aquela nova promessa não passava da quarta tentativa inútil de um projeto historicamente irrealizável.

Este autor ainda assevera que depois de passar por inspeção, a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro foi autorizada a funcionar em Uberaba. A autorização foi efetivada pelo decreto 24.132 de 27 de novembro de 1947. Este fato foi amplamente divulgado pela imprensa local.

Com a queda do Governo de Getúlio Vargas em 1945, a democracia se restabeleceu, permitindo a realização de eleições municipais, em que Boulanger Pucci foi eleito para prefeito. Em 1948, as avenidas margeavam os córregos na área central. Nascia a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, fundada por Mário Palmério, professor, escritor e político, que, junto com a Fundação Lyceu Triângulo, deu origem à Universidade de Uberaba (REIS, 2009).

Há que se falar também da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que foi criada nos anos de 1948, por iniciativa das Irmãs Dominicanas. Em conformidade com Gleicemar Barcelos de Carvalho, (2016, p. 16) a chegada dessa faculdade trouxe grandes conquistas tanto para o município, como para a região em geral, pois a mesma dispunha de uma filosofia de educação que levava em consideração as necessidades e as aspirações de determinados grupos sociais. A autora ainda destaca o fato de a instituição ter como preocupação fundamental proporcionar um sólido conhecimento aos seus alunos, além de lhes garantir uma formação baseada em princípios cristãos e éticos.

Também em 1948, Uberaba contou com a presença da Escola de Comércio José Bonifácio. Essa instituição teve reconhecimento do Governo Federal. Ela foi fundada pelos Professores Valdemar Vieira, e Enoque de Moraes e Castro e se localizava na Rua Coronel Manoel Borges (PASCOALINI, 2019).

Essa escola, até junho de 1931, era dependente do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Nessa época, funcionava o Curso Geral de Guarda de Livros, que era regulamentado pelo Decreto nº 17329 de 26 de maio de 1926 e cuja duração era de três anos. Ele passou a seguir regime de inspeção federal a partir de 30 de junho de 1931, quando o Decreto nº 20158 assim o determinou, passando a manter os cursos Propedêuticos e de Guarda-Livros. Em 1931, o Decreto nº 20158 instituiu o Curso de Perito Contador, que somente foi instalado em 1933 (PASCOALINI, 2019).

Nos anos cinquenta, a cidade já contava com setenta mil habitantes, sendo quarenta e três mil no perímetro urbano e já se fazia notar no Brasil por ser um relevante centro médico na área de pesquisas em saúde, tendo sido desenvolvida aqui a primeira campanha nacional contra o mal de Chagas. Em 1950 o Brasil vivia um processo eleitoral no qual se findava o governo de Eurico Gaspar Dutra (REIS, 2009).

Conforme Francisco Marcos Reis (2009, p. 97):

“Getúlio Vargas, apeado do poder com o fim da ditadura do Estado Novo, está em campanha e coloca Uberaba em seu roteiro. Em 10 de setembro de 1950, uma multidão espera Vargas no aeroporto local e entre estes está o prefeito Boulanger Pucci. Subitamente, são disparados vários tiros. Um deles atinge o prefeito, que sobrevive após cirurgia de reparação do intestino. Na disputa local, o médico Antônio Próspero ganha a eleição para a prefeitura de Uberaba, enquanto o professor Mário Palmério é eleito deputado federal, ambos pelo PTB, partido de Getúlio”.

Ainda segundo este autor:

“A década de 50 marca a afirmação de Uberaba como referência na área educacional. Nasce (ou começam a funcionar as faculdades de Direito e Engenharia pertencentes à recém-criada Sociedade Educacional do Triângulo Mineiro, de Mário Palmério). A Faculdade de Medicina surge pela iniciativa pessoal de Juscelino Kubitschek, que chega a Uberaba com a proposta de sua criação e, inclusive, com a definição do local (a antiga penitenciária, ao lado do mercado municipal). No mesmo período, nascem os colégios Dr. José Ferreira, Oswaldo Cruz e a Escola Agrotécnica Federal, entre muitos outros” (REIS, 2009, p. 97).

Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se dizer que os anos de 1950 trouxeram a fundação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro para a cidade de Uberaba, sendo este o primeiro curso de Medicina instalado na região, o que significou grande desenvolvimento para o campo médico, já que até a sua criação aqueles que quisessem se formar em tal curso, deveriam procurar as capitais, em especial o Rio de Janeiro. Essa iniciativa partiu dos advogados da cidade, dos médicos e de um deputado federal – Mário Palmério – sendo válido registrar que a maioria dos professores veio de indicação dos mestres das Escolas de Medicina das capitais do sudeste.

Esses autores afirmam que a fundação dessa instituição deu-se por iniciativa de um grupo de médicos que também estavam envolvidos na política local. E nesse sentido, eles tiveram papel fundamental.

“Pode-se afirmar que o embrião da FMTM surgiu com a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba que era uma entidade de classe, mas ao mesmo tempo, de socialização dos saberes médicos produzidos por profissionais e instituições científicas da área. Nos Congressos Médicos promovidos pela SMCU surgiram as primeiras inspirações no sentido de se criar uma faculdade de medicina na cidade. Muito embora, no processo de criação da FMTM todas as evidências indiquem que foi um processo basicamente desenvolvido na esfera política, entendemos que atendeu também aos anseios mais amplos da sociedade local, interessada em melhores condições de atendimento a saúde no município”.

Destaque-se que as faculdades de Medicina foram palco de debate em um movimento liderado por médicos do Rio de Janeiro. Neste movimento, eles buscavam autonomia pedagógica e administrativa das escolas dessa área e propuseram menor intervenção do Estado. Também queriam que fossem fundadas mais faculdades de Medicina. Os citados anseios eram repassados aos estudantes da Escola do Rio de Janeiro e a alguns uberabenses (LOPES; SOUZA, 2018)

Para Chapadeiro e Lopes (2019, p. 1), no século XX Uberaba já era vista como um centro avançado, em especial no ramo da Medicina. Nesse sentido, é válido notar que desde 1927 a Sociedade Médica já havia sido criada, cabendo a ela a realização do Congresso do Triângulo Mineiro, durante quatro anos nas seguintes cidades: Uberaba, Uberlândia, Araxá e, novamente, Uberaba. Já em 1951 aconteceu o 5º Congresso em Goiânia, tendo-se alterado o nome para Congresso Médico do Triângulo Mineiro e Brasil Central, o que teve como objetivo a inclusão dos estados de Goiás e Mato Grosso neste evento. É importante destacar a presença neste evento de profissionais e professores de grande renome. Eles apresentaram trabalhos científicos, em especial sobre o mal de chagas, o que atribuiu caráter de pioneirismo à cidade de Uberaba nessa linha de pesquisa e de estudo. A cidade também foi pioneira no tocante à realização de campanhas de prevenção da citada doença, tendo ocorrido entre 1949 e 1950 uma repercussão internacional neste sentido, que acarretou na vinda do professor argentino Cecílio Romaña, que tinha o objetivo de conhecer, de perto aquela proposta.

A Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro teve sua fundação sustentada em bases políticas, sendo que o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social Democrata estiveram à frente de sua instituição. Os citados autores (2019, p. 2) consideram que:

“Havia, então, descontentamentos latentes na sociedade uberabense, em relação à política tributária do Estado de Minas Gerais, governado, entre 1950 e 1954, por Juscelino Kubitschek de Oliveira, declaradamente candidato à sucessão de Getúlio Vargas, na Presidência da República, pela aliança daqueles dois partidos. Ao mesmo tempo, crescia na cidade o número de adeptos da candidatura do paulista Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP).”

Eles continuam alegando que, diante disso, o governador do Estado resolveu fazer uma consulta para saber quais eram as principais necessidades, os maiores desejos da população de Uberaba, utilizando, para tanto, uma associação de classe da cidade. Em abril de 1953, houve uma reunião entre o Governador e as lideranças políticas locais,

que lhe garantiram que o maior anseio da população era a criação de uma faculdade de Medicina, já que a cidade era vista como um centro médico avançado, com isso, precisava tornar-se também um centro universitário.

Seguindo a linha de evolução acadêmica, é interessante pontuar que essa urbe já havia conquistado, entre 1947 e 1951, também pelas mãos do Deputado Mário Palmério, os Cursos de Odontologia e Direito, sendo válida a lembrança da primeira Escola de Enfermagem das Irmãs Dominicanas, de 1948 e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, das mesmas irmãs, criada em 1949 (CHAPADEIRO; LOPES, 2019).

Com relação ao citado Curso de Enfermagem, Chapadeiro e Lopes (2019, p. 10) dizem que ele fora fundado pelas Irmãs Dominicanas, e permaneceu em Uberaba entre os anos de 1948 e 1980, na Escola de Enfermagem Frei Eugênio. No início, de 1948 a 1955, as atividades desse curso aconteciam na Santa Casa de Misericórdia, mas logo a escola passou a funcionar em prédio próprio, juntamente com o Hospital São Domingos. Destaque-se que a verdadeira intenção era a de trazer para Uberaba uma faculdade, que dispusesse de mais cursos superiores.

Esses autores entendem que, de acordo com a proposta inicial do Governador Juscelino Kubitschek de Oliveira, feita por Mário Palmério e por Lauro Fontoura (seu correligionário), a faculdade seria composta por dezoito profissionais, sendo dezesseis médicos, um político e um advogado, que, inicialmente, criaram uma Faculdade de Medicina Privada, mantida pela Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, oficialmente fundada em 27 de abril de 1953. Em seguida, a Assembleia Legislativa fez a doação de um patrimônio inicial, constituído por vinte milhões de cruzeiros em títulos da dívida do Estado, cujos juros serviriam para mantê-la e pelo prédio da penitenciária do Estado, que, posteriormente, tornou-se sede da FMTM.

Eles continuam dizendo que, com isso, deu-se o primeiro passo para a criação e construção da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro na cidade de Uberaba. Em 27 de abril, uma reunião foi realizada. Nela se estabeleceram o presidente (Dr. Lauro Savastano Fontoura) e o vice-diretor da faculdade (Dr. Mozart Furtado Nunes). Ademais, a autorização para funcionamento desta instituição foi assinada pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, e pelo então Ministro da Educação, Antônio Balbino. Este ato se concretizou por intermédio do Decreto nº 35.249, de 24 de março

de 1954, sendo que o Jornal Lavoura e Comércio, de grande circulação na cidade, divulgou, em primeira mão, em sua edição de 1º de abril de 1954 (quinta-feira), uma manchete de primeira página, cuja ideia principal traduzia-se em: "Rumo a Universidade".



**Figura 3:** Chegada da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, com expectativas de transformação dessa instituição em uma universidade - a partir da criação de mais cursos superiores.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio. Edição de 1º de abril de 1954, quinta-feira.

Segundo Chapadeiro e Lopes (2019, p. 5), em março de 1954, a instituição foi autorizada a funcionar e o Conselho Técnico Administrativo (CTA) convocou e realizou o primeiro exame vestibular. Nele foram inscritos cento e sessenta e oito candidatos, que vieram de várias partes do país. Deste número, apenas cinquenta e dois obtiveram aprovação no certame.

Em 28 de abril, o Governador do Estado Juscelino Kubitschek de Oliveira ministrou a aula inaugural no Salão Nobre da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Frise-se que no decorrer de 1954, as aulas foram proferidas nessa mesma faculdade, que aguardava a reforma do prédio da Penitenciária do estado, para transformá-lo em Escola de Medicina. Vale citar a frase do Presidente Juscelino, para quem "ainda farei desta cadeia uma grande faculdade". Sendo relevante também a consideração de Monsenhor Juvenal Arduini (um dos primeiros professores) "um local onde as algemas foram substituídas pelo bisturi" (CHAPADEIRO; LOPES 2019).

Segundo os mencionados autores, para o progresso do ensino médico, era essencial estabelecer o regime de tempo integral na faculdade, exigência que a FMTM vinha conseguindo cumprir e que, ao mesmo tempo, gerava surpresa e admiração, pois isso era difícil de ser alcançado. Essa característica permitiu a abertura de espaços, de novos caminhos à faculdade que, com isso, conquistou novos recursos e, a partir de então, tornou-se possível equipar melhor seus laboratórios e construir novas acomodações. Pode-se dizer que os recursos, apesar de poucos, eram valiosos: vinham das mensalidades pagas pelos alunos (que, se comparadas às despesas de uma escola médica, eram irrisórias). Vinham também da renda das apólices do Estado. Por isso, foi preciso muito trabalho para angariar mais renda junto ao MEC e outras fontes. Por meio da atuação do Ministro da Educação, Clóvis Salgado, garantiu uma dotação de cinco milhões de cruzeiros durante cinco anos e uma verba do Ministério da Saúde foi concedida, em 1959, ao Hospital da Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central (ACCBC), uma das unidades que já funcionava como hospital-escola.

Entre 1956 e 1960, a comunidade acadêmica (alunos, professores e o diretor) promoveu um movimento pela federalização da Escola, visando à sobrevivência da FMTM, frente às dificuldades financeiras e à falta de possibilidades de obter recursos para a manutenção do Hospital de Clínicas (CHAPADEIRO; LOPES 2019).

Uma extensa campanha foi feita ao longo do ano de 1956 em prol dessa federalização. Esse movimento passou por momentos de avanços e retrocessos, enfrentou resistências e também teve grandes exemplos de solidariedade, que se fizeram presentes entre os anos de 1956 a 1960 (CHAPADEIRO; LOPES 2019).

Em síntese, pode-se dizer que anteriormente esta instituição de ensino era denominada Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro – FMTM, tendo sido transformada em Universidade Federal do Triângulo Mineiro em 2005, uma Instituição Federal de Ensino Superior constituída sob a forma de Autarquia, vinculada ao Ministério da Educação agregando vários outros cursos.

Diante disso, é possível perceber que Uberaba experimentava crescimento em vários aspectos, sendo relevante citar a seara educacional que estava em destaque: na década de 1950, a cidade já contava com três Faculdades do Triângulo Mineiro, de iniciativa de Mário Palmério e uma Faculdade de Medicina, também do Triângulo Mineiro, que teve a iniciativa de vários setores/profissionais, inclusive de Palmério.

## **CAPÍTULO 3: UBERABA E O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR**

### **3.1 Breve Contexto Social de Uberaba**

Em razão de sua localização geográfica, de suas pastagens de qualidade e das boas terras, além do esgotamento do solo nas regiões de extração de ouro, deu-se acentuada procura por glebas que se encontravam abandonadas. Deve-se dizer que, na maioria das vezes, esses espaços eram vendidos por um valor muito baixo, ou mesmo doados e, na verdade, nem eram onerados com impostos. Em alguns casos, as citadas terras eram trocadas por animais, o que fez com que poucos proprietários de terras de maior destaque viessem para essa região, concentrando-as nas mãos de clãs familiares. Dessa forma, o predomínio da pecuária fortaleceu o poder dos fazendeiros. Mais tarde, esses atores também monopolizaram as atividades de cunho comercial, fazendo com que a população se dedicasse à agricultura de subsistência e às atividades pastoris. Em verdade, a primeira atividade econômica da região foi a pecuária e não a agricultura. Pode-se dizer que na segunda metade do século XIX a pecuária foi a marca da sociedade e da cultura que estavam nascendo (FONSECA, 2014)

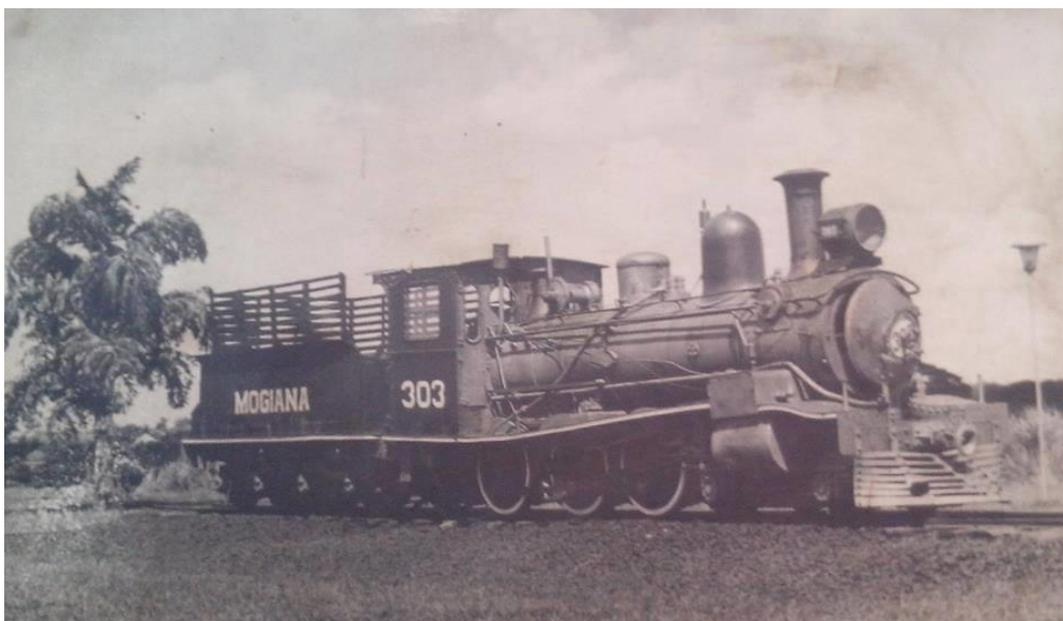
Fonseca (2012, p. 201) registra que naquele cenário de cultura de subsistência a produção agrícola não tinha valor econômico, afinal, não existiam condições de escoamento, levando-se em consideração a precariedade dos meios de transporte. É válido dizer que Uberaba estava crescendo e se destacando, frente ao aumento de sua população e à sua projeção como grande polo do comércio de gado, fatores esses que levaram a cidade a se sobressair como centro abastecedor das regiões entre o Triângulo Mineiro e as fronteiras de Goiás e Mato Grosso. Esses acontecimentos também deram ensejo à preocupação com melhorias para os meios de transporte, preocupação essa vinda dos fazendeiros. Em razão de tudo isso, foi necessária a inauguração de algumas estradas e outras rotas fluviais ligando Uberaba a São Paulo, Goiás e Mato Grosso, o que proporcionou o desenvolvimento da economia na cidade.

A pecuária crescia, enquanto isso, o sal usado na ração e na conservação da carne, tornou-se uma mercadoria bastante valiosa, sendo que, então, os negociantes mineiros traziam ferro e sal do Rio de Janeiro e, noutra ponta, compravam gado e algodão na região. No Oeste Paulista, a produção de café expandia-se, tornando-se necessária a

solução da questão do transporte até o Porto de Santos. Com isso, foram estabelecidas vias de acesso partindo da província de São Paulo rumo ao Rio Grande, na fronteira com o Triângulo. Diante dessa nova situação, o sal e outros gêneros importados pelos portos fluminenses e pelo Porto de Santos passaram a chegar em Uberaba por preços mais baixos do que aqueles praticados pelos mineiros, fortalecendo, com isso, a ligação da cidade com os paulistas (FONSECA, 2012).

O professor André Azevedo da Fonseca (2014, p. 202) diz que em meados do século XIX, Uberaba transformou-se em um agitado mercado salineiro, e, em razão disso, firmou relações econômicas com algumas regiões de Goiás, onde havia criação de gado. Sendo assim, os goianos estabeleceram forte relacionamento com os uberabenses. Alguns comerciantes do Mato Grosso também começaram a se interessar por outros produtos manufaturados da região. Mas, a economia perdeu forças a partir de 1858, pois Goiás passou a utilizar novos caminhos comerciais pelo Rio Araguaia, tirando Uberaba da rota. Em razão disso, o comércio uberabense estagnou e apenas com o advento da Guerra do Paraguai (1865 - 1870), a cidade se recuperou, tornando-se ponto de passagem para as tropas que seguiam para o Mato Grosso e São Paulo, além de ser a principal ligação entre as províncias e a Corte. Pode-se dizer, pois, que com o advento da Guerra do Paraguai, Uberaba tornou-se um grande centro urbano comercial. Apesar dessa característica, ainda se mantinha o estilo provinciano, permanecendo com traços eminentemente rurais.

A cafeicultura foi outro fator que despertou a atenção de imigrantes, tendo contribuído com a economia, o que incentivou a industrialização, bem como a urbanização daquela região, fazendo nascer a necessidade de se investir em infraestrutura de transportes. Fonseca (2014, p. 203) diz que depois que a ferrovia foi construída, houve maior desenvolvimento. Foi um instrumento muito importante, pois facilitou o escoamento da produção cafeeira para outras regiões, como São Paulo e Rio de Janeiro.



**Figura 4:** Antiga Maria Fumaça. Era usada na Linha da antiga Mogiana.

Praça Rebouças – Praça da Mogiana.

**Fonte:** Uberaba em Fotos.

O Município de Uberaba - MG, no início do século XX, baseava-se em uma economia em que predominava, basicamente, a criação de gado. Houve um tempo – século XIX – no qual a cidade fora marcada por um dinamismo comercial, neste período ela era considerada como centro político da região do Triângulo Mineiro. No entanto, determinados elementos provocaram o declínio da economia e a consequente interrupção da modernização, com a posterior decadência da área urbana e perda de influência regional por esta urbe (FONSECA, 2014).

Francisco Marcos Reis (2009, p. 29) apresenta a situação de Uberaba no século XX, que não era positiva, já que a cidade estava crescendo, porém, havia grandes problemas estruturais, que iam desde a falta de água tratada e de rede de esgoto, até a proliferação de epidemias como varíola, varicela e outras.

Convém lembrar que no período acima mencionado o Brasil passava por fortes transformações em diversas searas: políticas, sociais e econômicas, que modificaram sua estrutura, que passou de rural a urbana, provocando, com isso, mudanças na sociedade, sobretudo em seus costumes (GONÇALVES NETO; CASTRO, 2011).

Os mencionados autores entendem que características urbano-industriais começaram a fazer parte da sociedade brasileira, principalmente em razão da difusão da

economia cafeeira, movimento que se intensificou e fez gerar ainda mais desenvolvimento urbano e crescimento industrial, destarte, favorecendo a população. Com isso, a sociedade desenvolveu-se e se destacou. Cumpre lembrar que esse desenvolvimento decorreu da economia cafeeira, que estava em ascendência e assim permaneceu ainda por longo período (GONÇALVES NETO; CASTRO, 2011).

Para Fonseca (2014, p. 217) a partir de 1940, houve um processo de modernização para Uberaba, provocando certo orgulho em seus habitantes, que se mostravam animados com aquela situação, já que a cidade voltou a ocupar um lugar de destaque no cenário do interior mineiro. Envolvidas por essa ideia, as pessoas não enxergavam o estado de pobreza urbana. Ao revés, preferiam acreditar que aquela localidade tornar-se-ia no principal condutor de civilização de toda a região central do Brasil, e assim, a imprensa e algumas associações incumbiram-se de projetar as elites agrárias, políticas e econômicas, mascarando a realidade, confirmando, pois, no imaginário da população, a existência de líderes natos naquela cidade.

É de Fonseca (2012, p. 10) a seguinte afirmação:

“Para isso, inicialmente, essas figuras procuraram montar uma cenografia deslumbrante para que pudessem atuar com plena desenvoltura no imaginário daquela cidade empobrecida. Assim, passaram a realizar festas “luxuosas” e jantares “magníficos” para atribuir aos seus espaços privativos um aspecto de prosperidade e exuberância. Em seguida, no intuito de povoar esse cenário com a imagem de uma elite virtuosa, culta e civilizada, esses personagens passaram a teatralizar um ideal de altruísmo, requinte e sofisticação, inspirado nos modelos de civilidade e bom-tom expressos nos principais manuais de etiqueta da época. Por fim, esse grupo instituiu uma espécie de circuito de amabilidades para que cada um confirmasse o prestígio do outro, de modo que eles pudessem ser beneficiados por essa seleta distribuição de símbolos e de privilégios sociais”.

De acordo com o mencionado professor e pesquisador, tudo isso acontecia com a finalidade de se manter essa crença de liderança da sociedade, sendo que, para tanto, os dirigentes precisavam conservar uma cenografia, buscando maquiagem a aparência empobrecida daquele lugar. Eles também tinham o intuito de dar um aspecto culto e civilizado à cidade, por isso, usavam os principais manuais de etiqueta da época. Havia ainda a necessidade de se firmar amizades, já que essas pessoas precisavam do apoio umas das outras, sobretudo, precisavam dos privilégios sociais umas das outras.

### **3.1.2 O Personagem Fundador: Mário de Ascensão Palmério**

Ainda segundo Azevedo (2012, p. 12) nesse cenário, um jovem professor, filho de um imigrante italiano, em uma complexa atuação profissional que jamais deixou de lado a busca pela consagração pública, aprendeu a transitar com muita desenvoltura nos circuitos da elite da cidade e, operando com habilidade os principais símbolos de status daquela cultura, alcançou uma posição privilegiada no imaginário regional. Amparado por um capital de prestígio acumulado em dez anos de atuação profissional, em meio às crises sociais, econômicas, políticas e identitárias que dominavam aquela região e ameaçavam a autoimagem que as elites queriam construir, esse personagem empenhou-se de forma consciente para encarnar o papel de um verdadeiro herói, pronto para conduzir o seu povo a uma nova era de prosperidade. Por fim, ao expressar em um discurso vibrante todo um conjunto de crenças, valores e aspirações históricos de sua região, ele foi eleito deputado federal em uma campanha considerável que o elevou à condição de verdadeiro mito político regional. Mais tarde, em 1956, Mário Palmério, professor, político e escritor alcançou renome nacional com o lançamento do romance Vila dos Confins.

O autor mencionado diz que Mário Palmério, ao examinar as estratégias incutidas no imaginário popular consegue adaptar uma imagem pública, alcançando distinção social, inserindo-se em meio à população, entendendo os seus anseios, suas angústias, tornando-se um personagem da cultura política regional. Envolvido por mudanças e usando de um discurso vivaz, Palmério expressava-se por meio de aspirações, crenças e valores contidos naquela região, característica essa que o aproximou ainda mais do povo, projetando-o politicamente (FONSECA, 2012).

### **3.1.3 Vila dos Confins**

O lançamento de Vila dos Confins, romance regionalista, foi um acontecimento inovador, no qual Mário Palmério trouxe em seu enredo os trâmites de uma eleição ocorrida em um lugarejo no sertão mineiro – o município de Vila dos Confins – e mostrou os bastidores do processo eleitoral. Diante disso, fica nítida a natureza de denúncia e romance político da obra, que deixa transparecer interesses particulares e

lutas político-partidárias, representando uma ocasião importante na evolução política, histórica e social acontecidas no início da década de 1950 (MICALI, 2020).

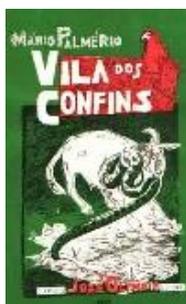
Cumprido frisar que ao apresentar a trajetória do sistema eleitoral corrompido, Vila dos Confins não foge da realidade histórica, apenas traz uma amostra do que verdadeiramente se passa nas eleições ocorridas na maioria dos pequenos municípios. Na opinião de Micali (2020, p. 12), a obra de Mário Palmério influenciou, inclusive, a alteração do Código Eleitoral daquela época – década de 1950 – construindo novos rumos para a política social do país.

As características da literatura de Mário Palmério tornaram-no referência, pois que com suas palavras ele conseguia mostrar a brutalidade da cultura política presente no interior. Nesse sentido, é importante registrar o entendimento de Fonseca (2012, p. 12), para quem:

“Não existiam pesquisas no campo da história que investigassem com profundidade as vivências políticas que antecederam sua produção literária. Além disso, tampouco havia trabalhos que analisassem as condições históricas regionais que favoreceram a emergência de um líder político com as suas características”.

Para Danilo Luiz Carlos Micali (2020, p. 11), Vila dos Confins ultrapassa o sentido de um romance político, pois traz em seu contexto a natureza, como personagem principal seja ela vegetal, mineral, animal, ou humana, revelando aspectos e acontecimentos dos bastidores de uma eleição em uma cidade do interior de Minas Gerais.

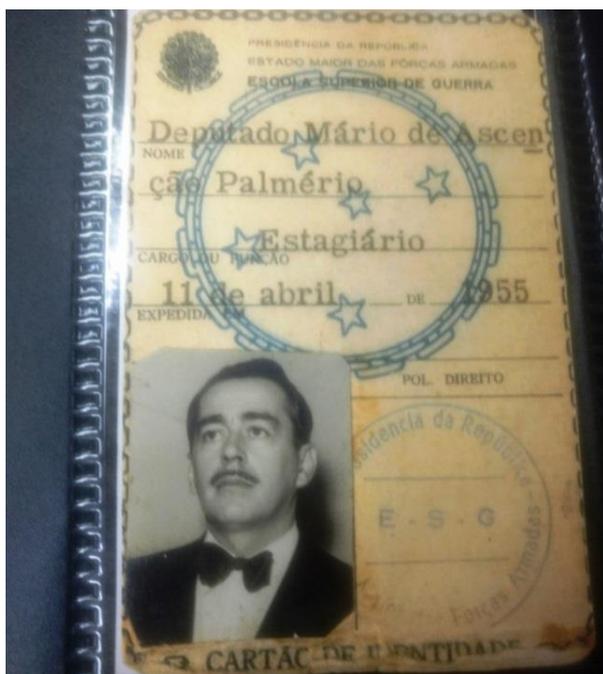
Conforme esse autor, este livro faz os leitores perceberem o que se passa na realidade política brasileira. Dessa forma, Vila dos Confins acabou assumindo a condição de documento histórico, pois deixou ver o lado corrupto existente na política dos vilarejos brasileiros, que não estão livres da mácula da corrupção, nem das falcatruas e das fraudes que acontecem nos grandes centros urbanos.



**Figura 5:** PALMÉRIO, Mário de Ascensão. Vila dos Confins, 1956. Editora: J. Olympio.

**Fonte:** Acervo – Academia Brasileira de Letras.

Em 1955, o deputado Mário de Ascenção Palmério foi diplomado pela Escola Superior de Guerra, honraria dada apenas àqueles que se dedicam ao desenvolvimento e consolidação dos conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento (BRASIL, 2020). Abaixo, segue seu cartão de quando foi diplomado.

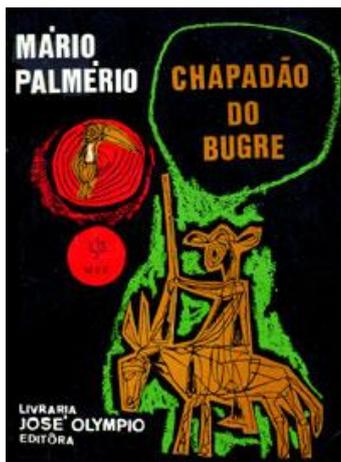


**Figura 6:** Cartão de Identidade – Presidência da República – Estado Maior das Forças Armadas Escola Superior de Guerra – 1955.

**Fonte:** Arquivo Memorial Mário Palmério.

### 3.1.4 Chapadão do Bugre

Já em 1965, foi publicado o romance Chapadão do Bugre. Este livro baseou-se em uma chacina acontecida em Passos – Minas Gerais, no início do século XX. Mais uma vez, houve o relato detalhado dos costumes políticos regionais, além de uma descrição linguística bem delineada, atributos que elevaram o seu reconhecimento para a história da literatura brasileira (FONSECA, 2012).



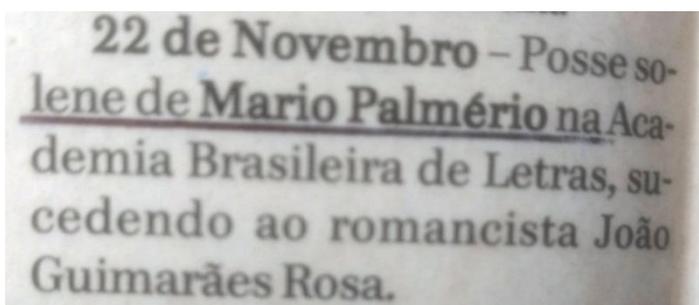
**Figura 7:** PALMÉRIO, Mário de Ascensão. Chapadão do Bugre, 1965. Editora: J. Olympio.

**Fonte:** Arquivo Memorial Mário Palmério.

### 3.1.5 Uberaba: de Pacata e Ruralizada a Cidade Universitária

A psicóloga, professora e articulista Ilcéa Sônia Maria de Andrade Borba Marquez (2016, p. 6) considera que Mário Palmério concretizou o sonho de redirecionar Uberaba, que antes era eminentemente ruralizada e, por meio de sua influência, a cidade passou a assumir definitivamente características universitárias, o que deu novo perfil aos uberabenses e à região, instituindo-se o desenvolvimento cultural, a independência de pensamento e, sobretudo, a adesão à produção científica. Diante dessa nova realidade, a cidade ganhou um número considerável de estudantes, que aqui chegavam em busca de realizações pessoais.

Conforme Bilharinho (2016, p. 19), público e notório, Palmério sobressaiu-se na seara dos romances, tendo publicado dois deles com maior relevo, quais sejam: Vila dos Confins, de 1956 e Chapadão do Bugre, de 1965. Esses livros proporcionaram a sua eleição como membro da Academia Brasileira de Letras, lugar onde ocupou a cadeira em que antes ficava Guimarães Rosa e foi sucedido por Tarcísio Padilha. Cumpre lembrar que Vila dos Confins permitiu-lhe assumir uma cadeira na Academia de Letras do Triângulo Mineiro, fundada em 15 de Novembro de 1962, após a realização de uma reunião na sede da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, atual ABCZ (Associação Brasileira Dos Criadores de Zebu), localizada em Uberaba – MG. Note-se que ele foi um dos fundadores desta instituição, tendo escolhido o contista regionalista gaúcho Simões Lopes Neto para patrono.



**Figura 8:** Posse de Mário Palmério para a Academia Brasileira de Letras.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio. Edição de sexta-feira, 22 de novembro de 1968.

Vários ensaios, estudos e artigos vieram depois da publicação de Vila dos Confins. Por sua vez, Chapadão do Bugre, lançado nove anos mais tarde, foi um pouco menos expressivo. Ainda assim, ganhou oportunos comentários da crítica e dos periódicos culturais especializados (BILHARINHO, 2016).

O fomentado advogado e escritor diz que a tendência de Mário para ensinar era tão evidente, que ele buscou outras escolas, outros educandários para lecionar, desviando-se do foco bancário, o que o fez afastar em definitivo das atividades dessa natureza, matriculando-se em 1939 no Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Com isso, ele também passou a dar aulas no Colégio Universitário da Escola Politécnica.

Segundo esse autor, em 1940, Palmério instalou-se definitivamente em Uberaba – MG. Foi nessa época que ele organizou o Curso de Madureza, que era dado em uma sala na casa de seu pai. Ainda na década de 1940, ele fundou o Liceu do Triângulo Mineiro, situado no segundo quarteirão da Rua Manoel Borges, local onde funcionou durante longa data o famoso Hotel Regina. Mais tarde, aos 31 de agosto de 1948, neste mesmo lugar, foi instalada a Escola Normal Oficial de Uberaba, que, então, vivia sua nova fase, sob a direção do professor Leôncio Ferreira do Amaral.

Bilharinho (2016, p. 14) continua dizendo que naquela época havia os colégios particulares: Nossa Senhora das Dores, fundado em 1885, comandado pelas Irmãs Dominicanas e o Diocesano, cujos fundadores - os Irmãos Maristas (todos franceses) - chegaram em Uberaba em dezembro de 1902 e, liderados pelo bispo Dom Eduardo

Duarte Silva inauguraram o colégio em 1903. O primeiro destinava-se às meninas, enquanto o segundo, aos meninos.

Por sua vez, o Liceu de Mário Palmério era inovador, pois continha a proposta de um ensino misto (para homens e mulheres), o que despertava o interesse dos jovens.



**Figura 9:** Colégio Nossa Senhora das Dores. Fundado em 1883. Descrito como o grande educandário que honra o progresso educacional de Minas e do Brasil.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio. Uberaba. Ano XLIX. Edição de domingo, 06 de julho de 1947.



**Figura 10:** Colégio Diocesano de Uberaba.

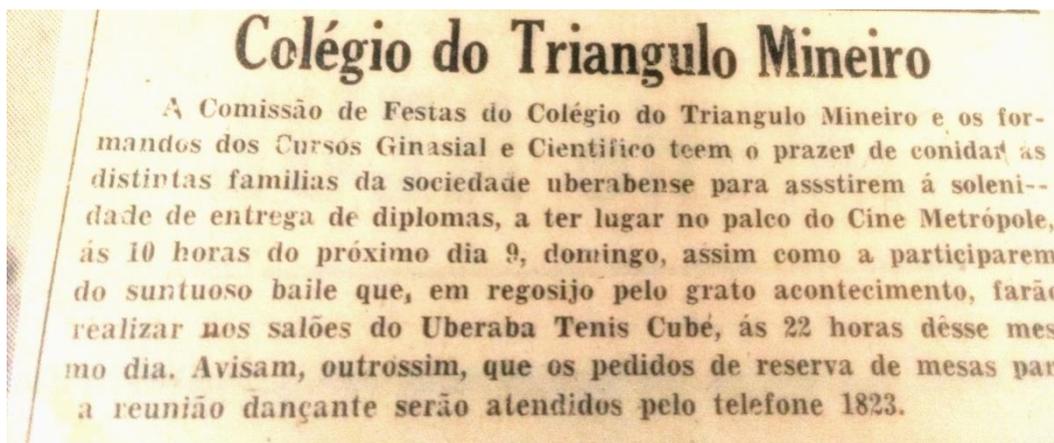
**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio. Uberaba. Ano XLIX, domingo, 06 de julho de 1947.

### 3.1.6 Liceu do Triângulo Mineiro e Colégio do Triângulo Mineiro

O advogado e escritor Guido Bilharinho assevera que em 1940 o Liceu do Triângulo Mineiro foi ampliado, tornando-se Colégio do Triângulo Mineiro. Ele foi transferido para a Avenida Guilherme Ferreira, onde hoje funciona o campus I da Universidade de Uberaba. Já em 1945, a Escola Técnica de Comércio somou-se ao Colégio do Triângulo Mineiro.

O Jornal Lavoura e Comércio trouxe a seguinte notícia:

“A Comissão de Festas do Triângulo Mineiro e os formandos dos cursos ginásial e científico, tem o prazer de convidar as distintas famílias da sociedade uberabense para assistirem à cerimônia de entrega de diplomas, a ter lugar no palco do Cine Metrópole, às dez horas do próximo dia 9, domingo, assim como participarem do suntuoso baile que, em regozijo pelo grato acontecimento, farão realizar nos salões do Uberaba Tênis Clube, às 22 horas desse mesmo dia. Avisam, outrossim, que os pedidos de reserva de mesas para a reunião dançante serão atendidos pelo telefone 1823”.



**Figura 11:** Colégio do Triângulo Mineiro: Informativo da Comissão de Festas, anunciando a formatura e entrega dos diplomas dos formandos de 1951.

**Fonte:** Jornal Lavou e Comércio. Ano III. Nº.793. Uberaba, sexta-feira, 07 de dezembro de 1951.

Diante disso, procede a afirmação de que a obra produzida por Mário de Ascensão Palmério é bem vasta e ganhou popularidade, seja em nível regional, seja nacionalmente falando. Na década de 1940, já fixado em Uberaba, ele construiu seu primeiro estabelecimento de ensino, que era secundário.



**Figura 12:** Anúncio do Colégio do Triângulo Mineiro e Escola Técnica do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Jornal Lavou e Comércio. Ano XLIX. Uberaba, nº 11479, de 06 de julho de 1947.

É de Cesar Venci (2016, p. 30) a seguinte consideração:

"A moradia de Palmério e Dona Cecília estava plantada no centro do vasto terreno, rodeada dos pavilhões reservados às salas de aula. O Liceu, da noite para o dia, virou Colégio e Escola Técnica do Comércio Triângulo Mineiro. Oferecia ginásial, científico, clássico e contabilidade em três turnos, além da novidade das salas mistas".

Esse autor continua dizendo que as ideias novas trazidas por Palmério causavam choque nos tradicionalistas: com espírito empreendedor, fez nascer um conjunto educacional ainda não visto na cidade e região, para os domínios da iniciativa privada, era um edifício ainda inédito. A essa obra, que começou em 1947, com a Faculdade de Odontologia e sua policlínica, rapidamente, foram-se somando outras faculdades.

As construções eram bem modernas para a época, o que gerava admiração da população e, por outro lado, certa desconfiança, a ponto de fazer suscitar em algumas pessoas certo grau de desconfiança que, nas palavras de Vanucci (2016, p. 31) assim diziam:

"Onde é que esse cara, simples professor de Educação Física e de Matemática, pouco conhecido, pretende, afinal de contas, chegar com tantas "iniciativas temerárias" e esse jeito de ser ousado, rebelde a ponto de negar o indispensável tributo de vassalagem às elites dominantes?"

Ainda seguindo as ideias desse autor, é possível dizer que as iniciativas de Mário de Ascenção Palmério transformaram a cidade de Uberaba, que antes era pacata, baseada na agricultura e na pecuária, e após os anos de 1940, com a implantação de suas escolas, tornou-se um polo vanguardeiro no tocante à irradiação do ensino superior em se tratando do Território de Minas Gerais e dos Estados mais próximos.

É importante destacar que Palmério não se limitava aos estabelecimentos de ensino secundário, mas ao contrário, ele buscava superar limites, queria ir onde seus contemporâneos ainda não tinha ido, sobressaindo-se em campos ainda não descobertos naquela região. Mirando-se neste ideal, ele fundou a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro (BILHARINHO, 2016).

Nesse sentido está a afirmação de Gessy Carísio de Paula (2016, p. 27), para quem:

"Desde a década de 1940, Mário Palmério já se mostrava visionário, construindo imponente conjunto de edifícios na cidade de Uberaba, para a instalação da sede do Colégio do Triângulo Mineiro e da Escola Técnica, já visando à criação da primeira escola de ensino superior a se instalar na

região, culminando em 1947 com a autorização do Governo Federal para o funcionamento da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, fundada por ele, sendo o início do que viria a ser mais tarde a transformação da cidade de Uberaba em cidade universitária".

Sobre esse assunto, Marta Zednik de Casanova (2012, p. 81) diz que Palmério construiu um conjunto de edifícios localizado na Avenida Guilherme Ferreira. Depois disso, o Liceu transformou-se em Colégio Triângulo Mineiro e passou a oferecer formação em áreas como: Biológicas, Humanas e Exatas. Além disso, foi criada a Escola Técnica do Triângulo Mineiro.

Palmério via a necessidade de uma Faculdade de Odontologia em Uberaba e região, que eram repletas de profissionais práticos, por isso, resolveu criá-la, tendo feito-o em 1947, o que foi noticiado pelo Jornal Lavoura e Comércio de 05 de agosto daquele ano (CASANOVA, 2012).

### **3.1.7 A Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro**

O primeiro passo dado em direção à construção da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro foi a escolha do corpo docente que comporia a mesma, sendo válido pontuar que as aulas eram ministradas em espaço disponibilizado pelo Colégio Triângulo Mineiro. Para a prática dos alunos, foram comprados os melhores equipamentos, todos da marca “Ritter” (REZENDE, 2016).

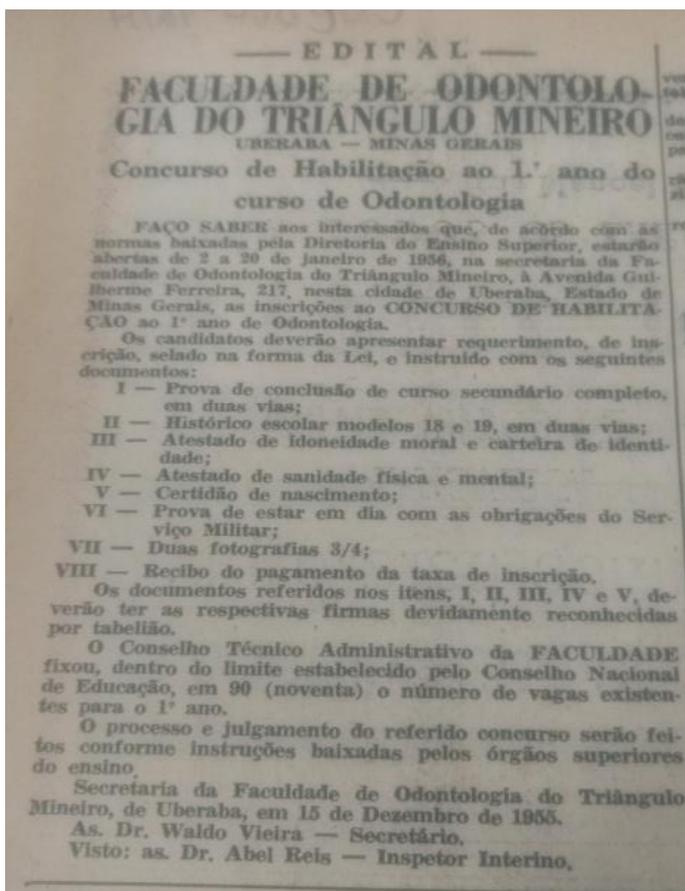
A autora citada diz que em vinte e sete de novembro de 1947, foi autorizado o funcionamento da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. A referida autorização foi concedida pelo Decreto Federal de nº 24.132 daquele ano. Em 05 de agosto de 1947, o Jornal Lavoura e Comércio noticiou a instalação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, dizendo que a mesma estava em sua fase final de instalação. Que contava com notável aparelhagem, fato que fez Uberaba projetar-se em nível nacional. O jornal ainda dizia que essa conquista fora alcançada em razão de mais uma iniciativa do Professor Mário Palmério. Há ainda a indicação de que a reportagem do Jornal Lavoura e Comércio visitara a nova faculdade uberabense e sua Policlínica.



**Figura 13:** Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio. Uberaba. Ano XLIX, nº 11505. Terça-feira, 05 de agosto de 1947.

A edição de 13 de fevereiro de 1948 do Jornal Lavoura e Comércio trouxe a publicação do primeiro Edital de Chamada para os exames vestibulares da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. É importante pontuar que tais exames aconteceram em sessão pública, no Salão Nobre do Colégio Triângulo Mineiro. O mesmo jornal publicou o resultado dos exames: uma lista com dezenove aprovados.



**Figura 14:** Edital de chamadas para o primeiro vestibular da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, com data de 15 de dezembro de 1955.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio. Uberaba. Ano XLIX, nº 11505. Sexta-feira, 13 de fevereiro de 1948.

Marta Zednik de Casanova (2012, p. 81) afirma que no início, participaram da estruturação do Curso de Odontologia os seguintes profissionais: Dr. Edmundo Rodrigues da Cunha Filho; Dr. Feliciano Henriques; Dr. Paulo Sepúlveda; Dr. Sultam Mattar e Dr. Jorge Henrique Furtado.

A mencionada autora comenta que uma importante personalidade – o Dr. Ubiratan Novaes – catedrático de Prótese Buco-Facial da Faculdade de Odontologia da Universidade de Minas Gerais também compôs a estrutura e montagem do ensino de Odontologia. Este fato foi de grande significado para a instituição e demonstrou a influência de Mário Palmério, fazendo elevar o nível cultural da única escola superior de Uberaba e região.

Casanova (2012, p. 83) assevera que a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro teve sua aula inaugural proferida em 03/03/1948 pelo professor Ubiratan Novais. Na ocasião, estavam presentes estudantes e autoridades.

Essa historiadora ainda salienta os motivos que levaram Mário Palmério a fundar um curso de Odontologia em Uberaba, mencionando dentre eles as condições culturais possuídas pela cidade para receber tal faculdade, além da utilidade que a mesma exerceria para a sociedade. Ela ainda assevera que a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro contava com uma policlínica de atendimento que era considerada a terceira mais bem aparelhada do Brasil.

O Memorial Mário Palmério dispõe de um arquivo com fotos desta Policlínica na qual ocorriam os atendimentos diários ao público, que eram feitos pelos odontólogos daquela faculdade. Este público, em geral, era de classe baixa e, o comentário da época era de que a referida instituição prestava serviços de caridade à comunidade. Note-se que o espaço reservado à Policlínica era amplo e que havia muitos profissionais atuando.



**Figura 15:** Policlínica da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** acervo Memorial Mário Palmério.

A escritora e poetisa Gessy Carísio de Paula (2016, p. 27) diz que nesse período intensificou-se a carreira profissional, política e cultural de Palmério, sendo sua atuação de destaque voltada principalmente para a comunidade de Uberaba, lugar escolhido por

ele para residir. Ressalte-se que foi na década de 1940 que ele fomentou a instalação de cursos superiores, sendo o primeiro o de Odontologia em 1947.

No ano seguinte, as Irmãs Dominicanas instalaram a Escola de Enfermagem Frei Eugênio e ainda em 1948, elas fundaram a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino (FISTA). Em 1951, foi a vez do Curso de Direito, também recebido por influência de Palmério (CHAPADEIRO; LOPES, 2020).

Mostra-se, pois, interessante falar da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino. Essa instituição significou uma conquista para Uberaba e região, afinal, suas aspirações e sua filosofia de educação representavam os anseios e as necessidades de alguns grupos sociais desse público (SANTOS, 2006).

Para esse mesmo autor, essa instituição foi implantada na cidade em 1948, tendo-se consolidando-se em 1961. Ela é fruto da atuação da Igreja Católica, que sempre exerceu considerável função no âmbito da Educação. Além disso, foi uma referência no ensino, destacando-se pelo desenvolvimento político, social, econômico e cultural da região. É possível inferir, pois, que, em 1948, a mencionada faculdade deu início às suas atividades acadêmicas, oferecendo os cursos de Filosofia, Geografia e História e Letras Clássicas. A primeira turma era composta por vinte e três alunos e até 1954, a instituição funcionou em dois prédios, depois disso, ela foi unificada. Instalou-se definitivamente em 1961, tendo-se consolidado. Registre-se que a principais preocupações desta instituição eram a de dar conhecimento aos alunos, bem como transmitir uma formação baseada em princípios cristãos e éticos. É importante lembrar que esta faculdade foi inaugurada em um período em que ocorriam muitos conflitos e contradições e, ainda assim, ela desenvolvia suas atividades com foco no ensino.

### **3.1.8 Mário Palmério: Primeira Campanha para Deputado Federal**

Na década de 1950, Palmério passou pela primeira campanha para deputado federal, e, eleito, exerceu, na Câmara dos Deputados, a Vice-Presidência da Comissão de Educação e Cultura, cargo que ocupou durante todo o seu primeiro mandato, que foi de 1950 a 1954. Nesse ano, ele foi reeleito e passou a integrar a Comissão de Orçamento e a Mesa da Câmara. Mário tinha outras atividades pertinentes ao seu mandato, as quais exercia no Rio de Janeiro. Contudo, este fato não o afastou de seu

trabalho educacional em Uberaba, ao qual ele continuou se dedicando (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2019).

Mário Palmério visava à expansão de seu patrimônio educacional, por isso, deixou bases estabelecidas para a organização de um complexo de escolas superiores e em 1950, fundou a Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro, o que significou o primeiro passo para a futura mantenedora da Federação de Escolas Superiores (Fiube) em trânsito para a criação da Uniube (BILHARINHO, 2016).

De acordo com o mencionado autor, na década de 1950, Palmério, candidato a deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mesmo partido de Getúlio Vargas, elegeu-se e se reelegeu duas vezes e defendeu relevantes pautas para Uberaba. Um importante cargo por ele exercido já no primeiro mandato foi o de Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura.

Sobre o acontecimentos dessa década, Eliane Mendonça Marquez de Rezende (2016, p. 43) faz a seguinte afirmação:

“No dia 26 de julho de 1950, a faculdade foi reconhecida pelo Ministério da Educação e pelo Governo brasileiro. Em 1951, foi a formatura da primeira turma da Faculdade de Odontologia. De forma espantosa e surpreendente, dadas a dedicação e sensibilidade dos diretores e professores, o nome da faculdade atravessou divisas, atraindo jovens de todos os cantos do Brasil”.

A primeira turma da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro concluiu seus estudos em 1950. No acervo do Memorial Mário Palmério, foi encontrada a fotografia da primeira turma de Odontolandos.

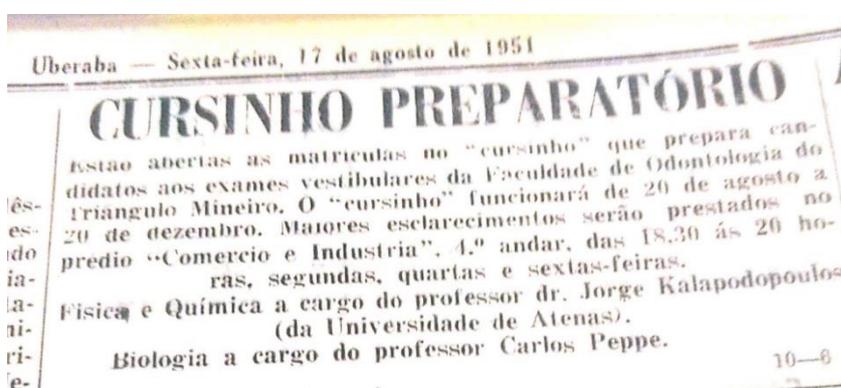


**Figura 16:** Quadro de formandos dos Odontolandos da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

A partir dessa fotografia, foi possível extrair as seguintes informações: a turma possuía cinquenta alunos, dos quais três eram do sexo feminino e quarenta e sete do sexo masculino. Saliente-se que a oferta inicial foi de cento e vinte vagas, porém elas não foram preenchidas em sua integralidade. Os alunos dividiam-se entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Apenas um deles era do Paraná.

Em 17 de agosto de 1951, o Jornal Lavoura e Comércio informava a abertura de matrículas para o Curso Preparatório destinado aos exames vestibulares da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro (após o reconhecimento pelo Governo Federal).



**Figura 17:** Anúncio do curso preparatório destinado aos vestibulares da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Jornal Lavou e Comércio. Ano III. Nº 12.778. Uberaba, sexta-feira, 17 de agosto de 1951.

Nesse mesmo ano, o mencionado periódico também noticiava a solenidade de colação de grau da primeira turma do citado curso, conforme se pode visualizar na fotografia a seguir.

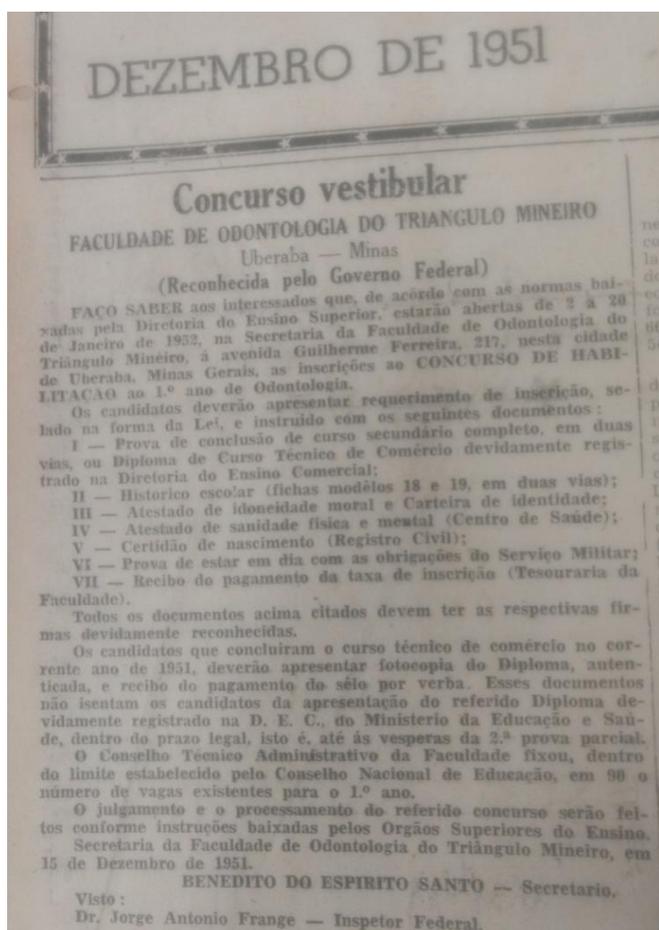


**Figura 18:** fotografia dos Odontolandos de 1951.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio Nº 12.778. Uberaba, quarta-feira, 19 de dezembro de 1951.

### 3.1.9 Dos Requisitos de Ingresso na Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro

Posteriormente ao reconhecimento da faculdade pelo Governo Federal, o Jornal Lavoura e Comércio, Ano III, nº 12.778, edição de segunda-feira, 31 de dezembro de 1951, trouxe o edital contendo alguns requisitos destinados aos candidatos que tivessem interesse em ingressar na Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, tais como: provar a conclusão de curso secundário; apresentar certidão de nascimento (registro civil) e histórico escolar; além de atestado de idoneidade moral e de sanidade física e mental. Esses, em regra, não são mais exigidos de candidatos em exames pré-vestibulares. Essa edição pode ser visualizada a seguir.



**Figura 19:** Anúncio do Concurso Vestibular para a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio, Ano III, nº 12.778, segunda-feira, 31 de dezembro de 1951.

Na mesma edição e página, havia a indicação de abertura das inscrições para o concurso de habilitação ao primeiro ano do Curso de Direito. Segundo o edital, as inscrições foram abertas no período de 02 a 20 de janeiro de 1952, na secretaria da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, à avenida Guilherme Ferreira, nº 217, na cidade de Uberaba.

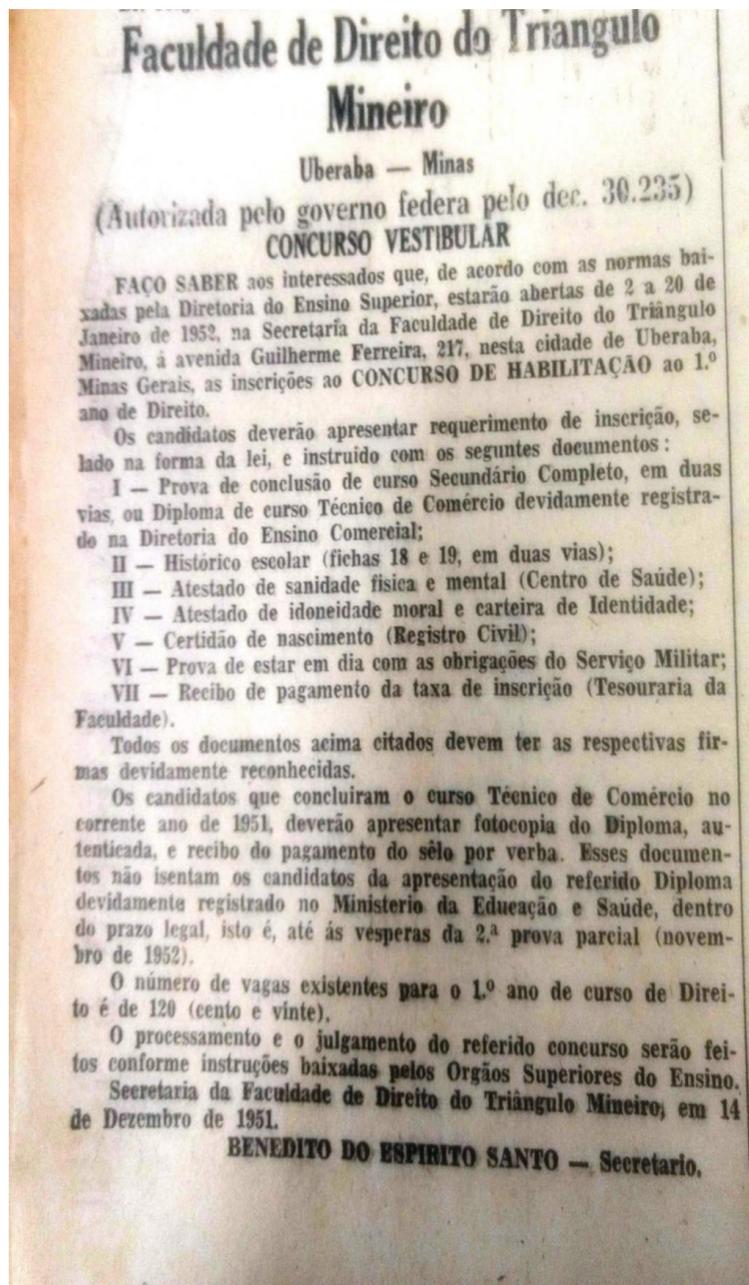
O edital, na mesma edição do citado jornal, ainda dizia que:

"Os candidatos deverão apresentar requerimento de inscrição, selado na forma da lei e instruído com os seguintes documentos:

- I. Prova da conclusão de curso secundário completo em duas vias, ou diploma de Curso Técnico de comércio devidamente registrado na Diretoria do Ensino Comercial;
- II. Histórico escolar;
- III. Atestado de idoneidade moral e Carteira de Identidade;
- IV. Atestado de sanidade física e mental (Centro de Saúde);
- V. Certidão de nascimento (registro civil);
- VI. Prova de estar em dia com as obrigações do Serviço Militar;
- VII. Recibo de pagamento da taxa de inscrição (Tesouraria da faculdade)."

Destaque-se que os cursos foram anunciados no final de 1951 e o documento trazia expressamente a previsão para o seu início no ano subseqüente - 1952, quando houve a fundação da Faculdade de Direito, que funcionava ao redor ao redor do Colégio e da Escola do Comércio (BILHARINHO, 2016).

### 3.2 A Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro



**Figura 20:** Edital de chamadas para o primeiro concurso vestibular da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio, Ano III, nº 12.778, segunda-feira, 31 de dezembro de 1951.

O edital contendo a oferta de vagas destinadas à primeira turma da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro foi publicado em 14 de dezembro de 1951 e trouxe os mesmos requisitos exigidos para ingresso na Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Inicialmente, foram ofertadas cento e vinte vagas para o curso de Direito.

No acervo do Memorial Mário Palmério, foi encontrada uma fotografia de formatura da primeira turma da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro. A partir dela foi possível extrair algumas informações: em 1956, graduaram-se sessenta e três alunos, dos quais sessenta e dois eram do sexo masculino e apenas uma era do sexo feminino. Não foi possível visualizar os nomes dos graduandos, pois a fotografia da turma não está nítida, ela está rasgada, sendo que foi necessário recorrer a um fotógrafo profissional para recuperar, ainda que parcialmente, a foto. Também não foi possível determinar a quantidade de ingressantes em razão da ausência de notícias ou de registros acadêmicos a esse respeito. Na foto também se pode ver que naquela ocasião, foram homenageados dezoito professores.



**Figura 21:** Quadro de formandos da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro - Bacharelados de 1956 - 1ª Turma.

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

Houve, ainda, uma homenagem póstuma feita ao Doutor Jorge Frange, responsável por grandes feitos na cidade: ele foi um dos fundadores da Casa de Saúde Santa Rita, atual Hospital São José e na seara educacional, foi nomeado por Getúlio Vargas para o cargo de inspetor federal, atuando em Uberaba e região. Ele também foi

professor nas Faculdades de Odontologia, Direito e, mais tarde, na de Medicina (UBERABA EM FOTOS, 2017).

Um fato importante a ser pontuado é o que diz respeito à aula inaugural da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, que foi proferida pelo então Ministro titular da Pasta da Justiça e Negócios Interiores – o Senhor Doutor Tancredo Neves, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, em Belo Horizonte - MG.

O periódico *Lavoura e Comércio* do dia 01 de abril de 1954 falava com entusiasmo que o Ministro – Dr. Tancredo Neves – aceitara atenciosamente o convite feito pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro para palestrar na referida aula inaugural, que aconteceu no salão nobre daquele estabelecimento.

Segundo o jornal, o ministro era uma das pessoas mais bem gabaritadas, uma das figuras de maior destaque nos meios sociais e culturais do país e, por isso, estava apto a dar uma aula magna, iniciando as atividades de um Curso de Direito em uma faculdade. Ainda em conformidade com a matéria jornalística, a promessa era de uma aula inaugural marcante, rica em cultura e conhecimento, que marcaria a ciência jurídica em Uberaba e região. Segundo a reportagem:

"Em dia que será marcado ainda esta semana, deverá vir a Uberaba o Exmo. Dr. Tancredo Neves, titular da Pasta da Justiça. S. Excia., atendendo a atencioso convite da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, deverá proferir no salão nobre daquele estabelecimento de ensino superior a aula inaugural do ano letivo.

O ilustre mineiro que ocupa uma das mais importantes pastas do Governo do Sr. Getúlio Vargas, é, sem dúvida, uma das figura de maior relevo no meios sociais e culturais do país, perfeitamente credenciado a iniciar com uma aula magna as atividades deste ano na faculdade de Direito do Triângulo Mineiro. Assim como nos outros anos, a abertura das aulas daquele já renomado estabelecimento de ensino será um acontecimento marcante nos anais da cultura e da ciência jurídica em Uberaba.

Ao Sr. Tancredo Neves serão prestadas, ainda, expressivas homenagens nesta cidade".



**Figura 22:** Aula Inaugural do Curso de Direito da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio, Ano LV, nº 13.450, Uberaba, quinta-feira, 01 de abril de 1954.

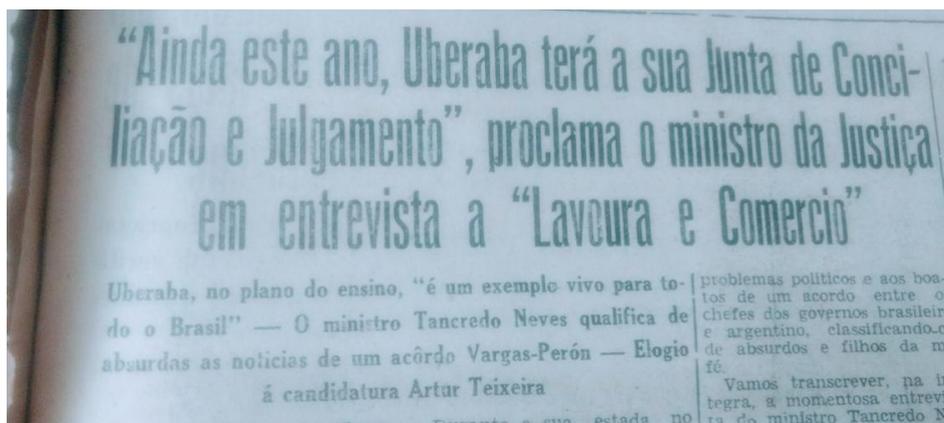
Nesse mesmo ano, os meios informativos de maior destaque na cidade, como Lavoura e Comércio e Correio Católico anunciavam a venda de livros na área de Odontologia e de Direito, pela Livraria Jardim, localizada na Rua Vigário Silva, nº 7.



**Figura 23:** Anúncio da Livraria Jardim sobre a venda de livros nas áreas de Odontologia e Direito.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio, Ano LV, nº 13.451, Uberaba, sexta-feira, 02 de abril de 1954.

Em 10 de abril de 1954, o periódico Lavoura e Comércio anunciava que Uberaba receberia naquele mesmo ano sua Junta de Conciliação e Julgamento. Este foi um acontecimento de grande relevo, que, acarretou elogios vindos do Ministro da Justiça e Negócios Interiores Tancredo Neves, que dizia que, em se tratando de ensino, essa cidade era um exemplo para todo o Brasil.



**Figura 24:** Junta de Conciliação e Julgamento de Uberaba - 1954.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio, Ano LV, nº 13.458, Uberaba, sábado, 10 de abril de 1954.

O ano de 1955 foi de grande importância: veio o reconhecimento da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, o que se deu por intermédio do Decreto nº 38461 de 20 de dezembro de 1955. Este foi um ato do Vice-Presidente do Senado Federal, Nereu Ramos, no exercício do cargo de Presidente da República. A gazeta Lavoura e Comércio trouxe essa informação em sua edição de 21 de dezembro de 1955. A notícia segue adiante; o decreto de reconhecimento do Curso de Direito está em anexo separado, pois a Secretaria do Conselho da Reitoria da Universidade de Uberaba (Uniube) forneceu uma cópia deste documento, que precisou de adaptação para que possa ser visualizada.



**Figura 26:** Reconhecimento oficial da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio, Uberaba, quarta-feira, 21 de dezembro de 1955.

Em razão da importância desse acontecimento, vários meios de comunicação, como o Correio Católico e Lavoura e Comércio, os de maior destaque, trouxeram essa notícia em seus folhetins.



Foto 27: Decreto nº 38461/1955 - contém o reconhecimento do Curso de Direito da Faculdade do Triângulo Mineiro.

Fonte: Jornal Correio Católico. Ano 59, nº 1985. Uberaba, quarta-feira, 04 de janeiro de 1956.

O periódico Correio Católico explorou a notícia do reconhecimento do Curso de Direito da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, salientando o seu grande significado para a população de Uberaba e região. O jornal expressou contentamento pela obra educacional trazida por Palmério, destacando a presença de políticos e personalidades da cultura brasileira na solenidade de reconhecimento. Há na reportagem menção ao discurso do ministro da Educação Abgard Renaut, que felicitou o reitor da faculdade por seus feitos na seara educacional.

De acordo com a citada gazeta, ao assinar o documento de reconhecimento da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, o ministro da Educação afirmou que esse ato trouxe amplas e benéficas perspectivas aos jovens estudantes do interior, principalmente, das cidades adjacentes a Uberaba.

No mesmo ano de reconhecimento do Curso de Direito, a gazeta Correio Católico relata a ocorrência de um protesto silencioso. A informação tinha o seguinte teor:

“Os estudantes saíram a rua num protesto silencioso: quase mil universitários e secundaristas participaram da passeata do silêncio. Transcorreu em absoluta

ordem o movimento promovido pelas entidades estudantis. O desfile saiu da Faculdade de Direito, percorrendo as principais ruas da cidade”.

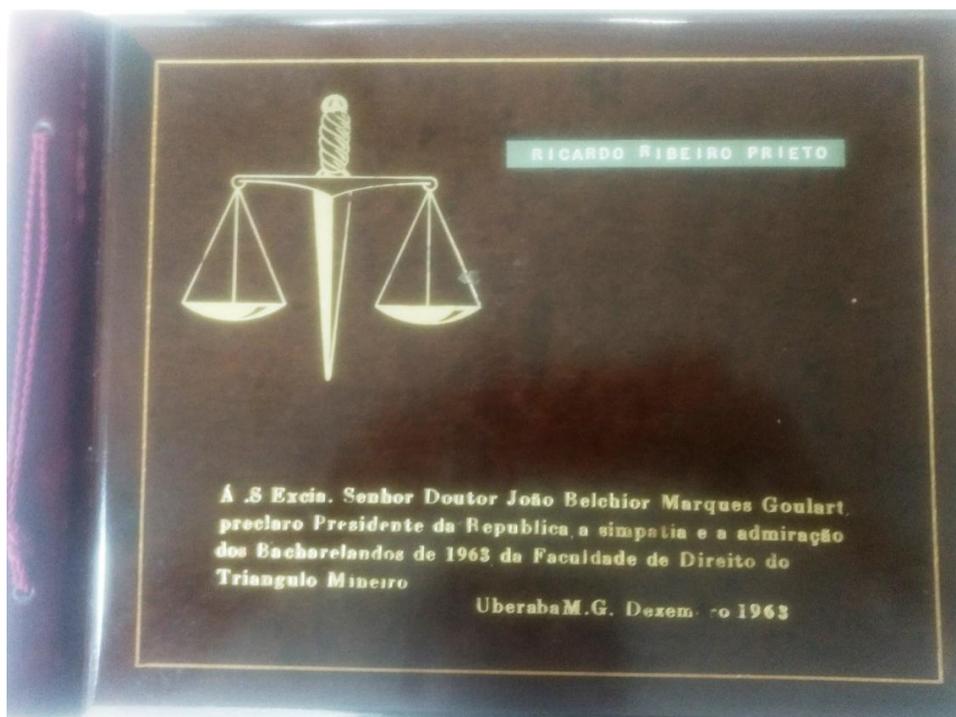
A notícia ainda dizia que mais de quinhentos jovens integraram a passeata, que representou o protesto da classe estudantil pelo espancamento de um estudante, ocorrido no interior de uma Delegacia de Polícia. O movimento foi realizado pelas entidades estudantis e saiu da Faculdade de Direito, percorrendo as principais ruas da cidade. O jornal não informou as motivações do espancamento.



**Figura 28:** Protesto silencioso de estudantes, motivado pelo espancamento do qual foi vítima um estudante da Faculdade de Direito no interior da Delegacia de Polícia.

**Fonte:** Correio Católico – 1955.

No Memorial Mário Palmério, também foi encontrado o livro dos formandos do ano de 1963, ou seja, da terceira turma do curso de Direito da mencionada faculdade. Havia cem formandos (noventa e sete homens e três mulheres), lembrando que a oferta inicial era de cento e vinte vagas. Não se sabe precisar se as referidas vagas não foram preenchidas, se houve alguma desistência, ou qualquer outra intercorrência que levasse ao não preenchimento do total das vagas, pois não foram encontradas informações nesse sentido.

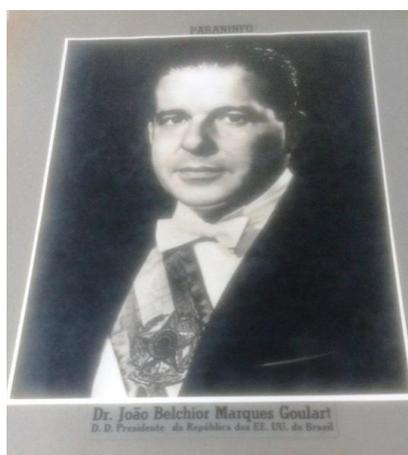


**Figura 29:** Livro de formandos da terceira turma da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

Nessa turma, havia estudantes de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, revelando, mais uma vez, a importância do Curso de Direito não só para Uberaba, como também para a região, pois o mesmo atraía a atenção de pessoas de várias partes do país, fazendo, com isso, circular a economia, movimentar a cidade.

Outro ponto de destaque foi o paraninfo escolhido pela turma – o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil – o Dr. João Belchior Marques Goulart.



**Figura 30:** Fotografia do Ex-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

### 3.3 Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro

Em 1956, Mário Palmério, então deputado federal, fundou a Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro, e, paralelamente, criou a Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central – o Hospital do Câncer – atualmente denominado Hospital Dr. Hélio Angotti, destinado às pesquisas de todos os ramos da Ciência da Saúde.



**Figura 31:** Primeiras providências de Mário Palmério visando à inauguração das Faculdade de Engenharia e Farmácia do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Jornal Correio Católico. Ano 59, nº 1985. Uberaba, terça-feira, 10 de janeiro de 1956. P. 02.

Por ter sido uma novidade de grande repercussão na cidade e região, a chegada da nova Faculdade de Engenharia foi anunciada várias vezes pelos noticiários locais. A foto acima, extraída do Acervo do Memorial Mário Palmério, dizia:

"Deputado Mário Palmério - tomando as primeiras providências no sentido da criação das Faculdades de Engenharia e Farmácia, o Deputado Mário Palmério tornou mais visível aos olhos uberabenses a futura presença da Universidade do Triângulo Mineiro. No ensino, sua participação estendeu-se, ainda, à criação do Instituto de Pesquisa do Brasil Central, terceira instituição, no gênero, do país, e à construção de dependências para a futura Biblioteca Pública".



**Figura 32:** Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro recebe subvenção inicial de Cr\$1.000.000,00.

**Fonte:** Jornal Correio Católico. Ano 59, nº 1985. Uberaba, terça-feira, 10 de janeiro de 1956. P. 05.

A reportagem dizia que já na solenidade de entrega dos diplomas aos odontólogos pela Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, o reitor Mário Palmério anunciou a criação da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro. Essa novidade trouxe expectativas à população e deu ensejo à realização de diversas palestras nos meios educacionais. A notícia dizia ainda que as fases iniciais para a fundação da Escola de Engenharia estavam concretizadas e que restava apenas uma iniciativa da Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro, que solicitou ao professor Jurandyr Lody (Diretor de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura) as primeiras providências no sentido da autorização do funcionamento da referida escola.

Diante de todas essas ações, ainda era necessário obter uma verba de um milhão de cruzeiros para a efetiva instalação da instituição, o que foi possível por meio da atuação de Palmério, que conseguiu a citada subvenção inicial, então incluída no orçamento da República para o ano de 1955. A Lei nº 2665 de 06 de dezembro de 1955 (Lei Orçamentária Anual) permite essa transação.

Para a direção da Escola de Engenharia, foi escolhido o Dr. João Guido, pessoa de destaque dentre os engenheiros do Triângulo Mineiro. Tratava-se de um profissional graduado pela Escola Politécnica de São Paulo, com cursos de aperfeiçoamento no Instituto de Pesquisa Tecnológica. Ele retornou para Uberaba assim que se formou, em 1943.

Cumprir frisar que ainda em 1956, foi realizado o primeiro exame vestibular destinado ao Curso de Engenharia. A seguir, pode-se visualizar uma foto do dia em que foi realizado o referido exame.



**Figura 33:** Realização do primeiro exame vestibular da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro – 1956.

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

Ainda no acervo do Memorial Mário Palmério, foi encontrada uma fotografia da Comissão organizadora do primeiro exame vestibular para o Curso de Engenharia, realizado em 1956. Ela era composta por doze autoridades, dentre engenheiros (como o Dr. João Guido), professores (Dr. Mário Palmério), matemáticos, arquitetos dentre outros profissionais, conforme constam de anotações nas fotos da época do vestibular.



**Figura 34:** Comissão avaliadora do primeiro vestibular da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro - 1956.

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

Também no acervo do Memorial Mário Palmério foi encontrado um livro dos formandos da primeira turma deste curso. Nele constam vinte e seis alunos, todos do sexo masculino: Arivaldo Antônio Afonso; Carlos Alberto Viana; Donato Fráguas; Francisco José Gatto; Francisco José leite de Oliveira; Francisco Luiz Giacoia; Hafes Hallal; João Geraldo Ruete; João José Zaia; João Rodrigues da Cunha; José Antônio Caramori Borges; José Avelino Fortes Esteves dos Reis; José Carnicelli Filho; José Henrique Santos; José Honorato Neto; José RISTUM; Jurandir Alves da Silva; Laize de Freitas; Leon Kossovitch; Milton Almeida Soares da Silva; Nilton Florest; Osório Corrêa Netto; Ricardo Imperatriz; Roberto Nogueira Fonseca; Saul Silva Souza; Sebastião Ribeiro de Castro Filho. O livro pode ser visualizado a seguir.



**Figura 35:** Livro de formandos da primeira turma da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

Nesse mesmo ano, a gazeta Correio Católico trazia anúncios da venda de livros em diversas áreas, como: Direito, Medicina, Odontologia, Engenharia, Filosofia, Farmácia e outros. O jornal falava sobre a facilidade de pagamento, com vendas em crédito ou à vista, remetendo o futuro consumidor ao Sr. Plauto, representante da livraria.



**Figura 36:** Anúncio de livros especializados nas áreas de Direito, Medicina, Odontologia, Engenharia, Filosofia, Farmácia e outros.

**Fonte:** Jornal Correio Católico. Ano 60, nº 2112, de 02 de julho de 1956. Página 05.

### 3.4 Uberaba e o Ensino Superior

O professor Renato Muniz B. Carvalho (2016, p. 33), diz que em Uberaba o ensino superior vinha se desenvolvendo lentamente por meio das Faculdades do Triângulo Mineiro e das Faculdades São Tomás de Aquino, que eram tradicionalmente dirigidas por Irmãs Dominicanas e, em 1982, passaram a ser administradas por Marcelo Palmério – filho de Mário Palmério – que pretendia transformá-las numa universidade, o que somente aconteceu a partir do reconhecimento como tal, pelo Ministério da Educação (MEC), em 1988, ano em que Mário Palmério retornava de sua viagem à Amazônia, tendo (re) assumido o cargo de reitor da nova universidade.

O Brasil vivenciava tempos de redemocratização, o que correspondeu a um fator favorável para as artes, para os negócios, enfim, para a educação. Cumpre frisar que apesar da existência de uma transição conservadora, o país passava por um período benéfico, com tendência ao desenvolvimento econômico e com a inclusão de vários setores da sociedade (CARVALHO, 2016).

Esse mesmo autor assevera que foi nesse período que Mário Palmério planejou uma comemoração conjunta: ele quis aliar a promulgação da Constituição Federal, que aconteceu em 1988 e a transformação do antigo Lyceu do Triângulo Mineiro em Universidade, o que significaria a ocorrência de um evento de grande porte na cidade, sendo que para concretizar seu intento, ele optou por uma palestra magna, que seria proferida por uma personalidade histórica brasileira, que soubesse aliar passado e futuro em um mesmo discurso, envolvendo o público, cativando-o. Essa personalidade, escolhida pelo próprio reitor, foi Luís Carlos Prestes, o líder comunista e deputado constituinte em 1946, que foi contatado, aceitou o convite para palestrar, no entanto, por razões alheias à sua vontade, a mencionada cerimônia não aconteceu.

Carvalho (2016, p. 36) entende que as décadas de 1980 e 1990 trouxeram para a Universidade de Uberaba grandes nomes, como jornalistas, escritores, intelectuais, além de cartunistas, como Henfil; geógrafos, como Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e Milton Santos e conceituados escritores como Caio Fernando Abreu, Inácio de Loyola Brandão, dentre outros, que prestigiaram a instituição em diferentes datas e circunstâncias.

Em síntese e diante de todo o material apresentado no decorrer deste capítulo, é possível perceber que em Uberaba o ensino superior veio crescendo e se aprimorando desde os anos quarenta, quando em 1947, ocorreu a fundação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, já lançando bases para a criação futura do ensino em outras áreas do conhecimento, como Direito em 1952 e Engenharia em 1956, somando-se a esses, mais tarde, outros cursos em várias áreas do conhecimento.

#### 4. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo fazer uma recuperação histórica do ensino superior existente em Uberaba - MG ao final da década de 1940 até os anos de 1950, abordando a gênese dos cursos superiores oferecidos pelas Faculdades do Triângulo Mineiro, quer dizer, Odontologia (1947); Direito (1952) e Engenharia (1956).

No primeiro capítulo, foi feita uma abordagem do panorama do ensino superior brasileiro. Falou-se aqui acerca da educação no Período Colonial, sendo que essa se mostrou importante, pois exerceu influência na construção da educação brasileira, dando-lhe bases sólidas. Também foi mencionada a atuação e influência exercida pelos jesuítas no âmbito educacional.

A educação no Império também foi tratada nesta obra, salientando-se que esta compreende os anos de 1822 (chegada da Família Real ao Brasil) até 1889 (data da Proclamação da República). Aqui foram construídos os primeiros passos rumo ao estabelecimento de uma universidade. Também foi neste período que chegaram em terras brasileiras instituições como a Academia Real Militar, os Cursos de Cirurgia e Anatomia, Cursos de Anatomia e Botânica, e ainda veio o Banco do Brasil.

Também se falou sobre o Ensino Superior na Primeira República, momento em que aconteceram as principais reformas no ensino, sendo a mais saliente delas a de Benjamin Constant, ocorrida em 1891, com nítida orientação positivista. Foi mencionada a criação das principais universidades: desde 1909 a de Manaus; 1911 a de São Paulo; 1920 a do Rio de Janeiro; 1927 a de Minas Gerais; 1934 a do Rio Grande do Sul; 1935 a do Distrito Federal. Pode-se dizer que a partir dos anos de 1950, houve a expansão da rede federal de ensino superior, movimento que se intensificou com a federalização de instituições estaduais e privadas. Com o desenvolvimento econômico e industrial do Brasil, emergiu um novo pensamento acerca da universidade Brasileira: a sociedade passou a ver a sua real importância para o crescimento do país. E, finalmente, em 1961, motivada pela luta de muitos educadores brasileiros, foi fundada a Universidade de Brasília.

Já no capítulo 2, foi falado sobre a história de Uberaba, sua origem, que é incerta, até mesmo entre os historiadores, que divergem com relação à data de fundação da referida cidade. Aqui foram mencionadas questões relativas à chegada da energia

elétrica, da Companhia Mogiana e da linha telegráfica, da fundação da Biblioteca Municipal, do Mercado Central, dos teatros, dos cinemas, dos jornais e das revistas, enfim, da chegada da modernidade e suas consequências na cidade.

Finalmente, no terceiro e último capítulo foi discutida especificamente a questão da chegada das Faculdades do Triângulo Mineiro em Uberaba, um acontecimento que marcou não só a cidade, mas toda a região.

O curso que inaugurou a fase das Faculdades do Triângulo Mineiro em Uberaba e marcou a chegada do ensino superior na cidade foi o de Odontologia. Ele teve autorização para funcionar do Governo Federal em 1947 e a primeira turma iniciou seus estudos no ano seguinte – em 1948 – graduando-se em 1951.

O segundo curso a chegar em Uberaba foi o de Direito. O edital contendo a chamada para a realização dos vestibulares data de 1951 e a primeira turma começou seus estudos em 1952, graduando-se em 1956, conforme provam as fotos disponíveis no terceiro capítulo desta obra.

A Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro veio para Uberaba em 1956, o que significou a ampliação dos cursos superiores oferecidos pela citada instituição, para o aumento da cultura educacional, além de ter contribuído para o progresso da cidade (e dos cidadãos).

Destaque-se que os três cursos iniciais das Faculdades do Triângulo Mineiro citados no decorrer dessa obra foram reconhecidos pelo Ministério da Educação.

É necessário esclarecer que todos os dados foram alcançados a partir de visitas à Superintendência do Arquivo Público de Uberaba – MG, mediante autorização e apoio da Senhora Marta Zednik de Casanova e ao Memorial Mário Palmério, onde para a realização deste trabalho, a pesquisadora contou com o auxílio da bibliotecária Tatiane da Silva Viana da Biblioteca Central da Universidade de Uberaba. Além disso, para o desenvolvimento adequado desta pesquisa foi necessário recorrer a outros locais públicos e privados, onde foi possível realizar as pesquisas, ainda que tenha havido várias negativas por parte de alguns dirigentes dessas instituições.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/mario-palmerio/biografia>>. Acesso: 10.12.2019.
- ALMEIDA, Admário Luiz. **Cristovam Buarque e a Unb: A (Re) Definição do Papel Social da Universidade (1985-1989). Uberlândia, 2005**. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13745>>. Acesso: 01.07.2019.
- ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi de. **A Educação Jesuítica no Brasil e o seu Legado para a Educação da Atualidade**. Revista Grifos - N. 36/37 – 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/W7/Downloads/2540-10850-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/W7/Downloads/2540-10850-1-PB%20(4).pdf)>. Acesso: 01.07.2019.
- BILHARINHO, Guido. **Informação sobre Uberaba**. -Uberaba: CNEC: Edigraf, 2016. 340p. : il -(Trilogia Sobre Uberaba).
- BILHARINHO, Guido. **Personalidades Uberabenses**. Uberaba: CNEC, 2014. 604p.: il.; 15 x 23 cm.
- BOMERY, Helena. **Reformas Educacionais**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>>. Acesso: 10.10.2019.
- BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. **A Presença Visível e Invisível de Durkheim na Historiografia da Educação Brasileira**. In: BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Pensadores Sociais e História da Educação. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005 (p. 49 – 64).
- BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Rio de Janeiro - RJ. Outubro de 1827. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/3\\_Imperio/lei%2015-10-1827%20lei%20do%20ensino%20de%20primeiras%20letras.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/lei%2015-10-1827%20lei%20do%20ensino%20de%20primeiras%20letras.htm)>. Acesso: 12.07.2019.
- BRASIL. **Ministério da Defesa: Escola Superior de Guerra – Institucional**. Disponível em: <<https://www.esg.br/a-esg/apresentacao#acontent>>. Acesso: 02.02.2020.
- BRASIL. **Ministério da Educação. CONAES - Comissão Nacional De Avaliação Da Educação Superior. História**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>>. Acesso: 20.09.2019.
- CABRAL, Dilma. **Academia Real Militar**. 2011. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/126-academia-real-militar>>. Acesso: 11.07.2019.

CARVALHO, Gleicemar Barcelos. **Fista e o Curso de Pedagogia em Uberaba, MG (1949-1955): História, Educação e Contextualização**. Universidade de Uberaba - 2016. Disponível em:  
<<https://repositorio.uniube.br/bitstream/123456789/1049/1/GLEICEMAR%20BARCELOS%20DE%20CARVALHO.pdf>>. Acesso: 12.07.2019.

CARVALHO, Renato Muniz B. **Mário Palmério e Luís Carlos Prestes: Um Encontro que Não Houve**. In: CARVALHO, Renato Muniz B. *Convergência: Revista da Academia de Letras do Triângulo Mineiro*. Ano 45, nº 29, junho de 2016. Uberaba - MG (p. 33-36).

CASANOVA, Marta Zednik. **ABO - Associação Brasileira de Odontologia/Regional Uberaba - Pioneirismo e Liderança**. Uberaba, MG: ABO - 2012. 472p.: il.

CHAPADEIRO, Edmundo; LOPES, Maria Antonieta Borges. **Retrospectiva Histórica dos 50 Anos da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro**. *Revista Médica de Minas Gerais*. Volume 13.4, Uberaba - MG. Disponível em:  
<<http://rmmg.org/artigo/detalhes/1544>>. Acesso: 08.02.2020.

COUTINHO, Fernanda. **Positivismo na Educação Brasileira**. Disponível em:  
<<http://positivismonaeducacao.blogspot.com/p/o-positivismo-na-educacao-brasileira.html>>. Acesso: 27.07.2019.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista**. – 3.ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformanda: O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior**. – 2.ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: O Ensino Superior, da Colônia à Era Vargas**. 3.ed. [revista]. – São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Faculdade Nacional de Filosofia: Origens, Construção e Extinção**. *Série Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*. Campo Grande - MS, n. 16, p. 107-131, jul/dez, 2003. Disponível em:  
<<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/511/405>>. Acesso: 29.03.2020.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das Origens à Reforma Universitária de 1968**. *Educar*, Curitiba, n. 28, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso: 29.03.2020.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

FGV – CPDOC. **Anos de Incerteza (1930 - 1937) > Criação da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/aeravargas1/anos30-37/revconstitucionalista32/usp>>. Acesso: 25.09.2019.

FONSECA, André Azevedo. **A construção do mito Mário Palmério: um estudo sobre a ascensão social e política do autor de Vila dos Confins [online]**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. A ascensão profissional. pp. 45-123. ISBN 978-85-393-0268-0. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/bg29q/pdf/fonseca-9788539302680-04.pdf>>. Acesso: 17.01.2020.

FONSECA, André Azevedo da. **Uma História Social de Uberaba (Mg)**. Hist. R., Goiânia, v. 19, n. 1, p. 197-235, jan./abr. 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/W7/Downloads/Dialnet-UmaHistoriaSocialDeUberabaMG-4852073%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/W7/Downloads/Dialnet-UmaHistoriaSocialDeUberabaMG-4852073%20(1).pdf)>. Acesso: 23.01.2020.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. **A Educação no Período Republicano em Minas Gerais: Promessa por Décadas Acalentada... e não Cumprida**. In: **História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República**. Volume 3: República. 2019. Disponível em: <<http://www.edufu.ufu.br/catalogo/ebooks-gratuitos/historia-da-educacao-em-minas-gerais-da-colonia-republica>>. Acesso: 23.09.2019.

LOPES, Sonia Maria Gomes. **A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO: PRIMEIROS ANOS (1953–1960)**. Universidade Federal de Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia – MG, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18119/1/HistoriaFaculdadeMedicia.pdf>>. Acesso: 13.02.2020.

MARQUES, Ilcéa Sônia Maria de Andrade Borba. **Apresentação**. In: MARQUES, Ilcéa Sônia Maria de Andrade Borba. **Convergência: Revista da Academia de Letras do Triângulo Mineiro**. Ano 45, nº 29, junho de 2016. Uberaba - MG (p. 6 - 12).

MARTINS, Carlos Benedito. **A Reforma Universitária de 1968 e a Abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil**. Educ. Soc. vol.30, nº 106, Campinas Jan./Apr. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100002)>. Acesso: 30/11/2019.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Para Transformar e Inovar, Nasce a UnB**. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/unb-e-criada-para-inovar-e-formar>>. Acesso: 25.09.2019.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. **A Universidade no Brasil**. Revista Brasileira de Educação: Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08>>. Acesso: 01.09.2019.

MENDONÇA, Bernardo de. **Lançamento Revê a Viagem de Mário Palmério na Amazônia**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx0809201113.htm>>. Acesso: 14.01.2020.

MICALI, Danilo Luiz Carlos. **Vila dos Confins, de Mário Palmério: Romance De Denúncia Política.** Disponível em: <[https://www.uniube.br/mariopalmerio/literatura/danilo\\_micali.pdf](https://www.uniube.br/mariopalmerio/literatura/danilo_micali.pdf)>. Acesso: 09.01.2020.

OLIVEIRA, Marcos Marques. **As Origens da Educação no Brasil: da Hegemonia Católica às Primeiras Tentativas de Organização do Ensino.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/0D/ensaio/v12n45/v12n45a03.pdf>>. Acesso: 01.07.2019.

PAIVA, José Maria de. **Educação no Período Colonial.** In: PAIVA, José Maria de. 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000 (p. 43 – 59).

PAULA, Gessy Carísio de. **A Diversidade do Pensamento de Mário Palmério.** In: PAULA, Gessy Carísio de **Convergência: Revista da Academia de Letras do Triângulo Mineiro.** Ano 45, nº 29, junho de 2016. Uberaba - MG (p. 26 - 28).

PIANA, Maria Cristina. **As Políticas Educacionais: dos Princípios de Organização à Proposta da Democratização.** Editora: UNESP. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-03.pdf>>. Acesso: 03.09.2019.

REIS, Francisco Marcos. **Uberaba, 100 Anos de Olhares e Memórias.** Uberaba: NF Editora Ltda.: 2009.

REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **História Rumo à Universidade: Síntese Histórica das Primeiras Faculdades da Universidade de Uberaba.** In: **Convergência: Revista da Academia de Letras do Triângulo Mineiro.** Ano 45, nº 29, junho de 2016. Uberaba - MG (p. 42 - 47).

ROMERO, Arnaldo. **O Sentido da Reforma: O Estatuto da Universidade de Francisco Campos em um Brasil em Transição - O Ensino no Brasil é um Ensino Sem Professores.** Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada10/\\_files/fo8OntIz.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/fo8OntIz.pdf)>. Acesso: 05.09.2019.

ROTHEN José Carlos. **A Universidade Brasileira Segundo o Estatuto de 1931.** Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Jose%20Carlos%20Sousa%20Araujo/Jose%20Carlos%20Rothen%20-%20Texto.pdf>>. Acesso: 06.09.2019.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro – 1808 – 1990.** Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>>. Acesso: 30.06.2019.

SANTOS, Maria de Lourdes Leal dos. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino: Um Marco Humanista Na História Da Educação Brasileira (1960 - 1980).** Universidade Federal de Uberlândia - Faculdade de Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia - MG, 2006. Disponível em:

<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14057/1/MLLSantosDIS01PRT.pdf>>. Acesso: 14.03.2020.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. **Breve Histórico Acerca da Criação das Universidades no Brasil. Educação Pública**, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>>. Acesso: 29.03.2020.

UBERABA EM FOTOS. Quem Foi Jorge. Arquivo Público de Uberaba, 24 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.uberabaemfotos.com.br/2017/06/quem-foi-jorge-frange.html>>. Acesso: 07.02.2020.

VANUCCI, Cesar. **Os Múltiplos Talentos de Palmério**. In: VANUCCI, Cesar. **Convergência: Revista da Academia de Letras do Triângulo Mineiro**. Ano 45, nº 29, junho de 2016. Uberaba - MG (p. 30 - 32).

VIEIRA, Vanessa. **Lei de criação da Universidade de Brasília completa 55 anos. Compromisso em ser uma instituição inovadora e de excelência acadêmica permanece norteando a Universidade. 2016**. Disponível em: <<http://www.noticias.unb.br/76-institucional/1137-universidade-de-brasilia-completa-55-anos>>. Acesso: 19.09.2019.

VILLALTA, Luiz Carlos. **A Criação do Seminário de Mariana, A Contrarreforma e as Elites de Minas**. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/1295677/luiz-carlos-villalta>>. Acesso: 11.07.2019.

ZANOTTO, Marijane. **O Legado do Positivismo sobre a Pesquisa na Universidade Brasileira**. Revista HISTEDBR On-line: Campinas, 2005. Disponível em: <[https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4809/art13\\_18.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4809/art13_18.pdf)>. Acesso: 27.07.2019.

## ANEXO 1: DESCRIÇÃO DAS FOTOGRAFIAS

**Fotografia 1:** página 35: Discurso do Presidente João Goulart, contendo anúncio da lei responsável pela criação da UnB. Fonte: Memorial da Democracia, 2019.

**Fonte:** Memorial da Democracia.

**Fotografia 2: página 57:** Criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, que continha uma moderna policlínica destinada ao atendimento da comunidade de Uberaba e região.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio - edição de dia 05 de agosto de 1947.

**Fotografia 3: página 25:** Chegada da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, com expectativas de transformação dessa instituição em uma universidade - a partir da criação de mais cursos superiores.

**Fotografia 4:** página 68: Antiga Maria Fumaça. Era usada na Linha da antiga Mogiana, localizada na Praça Rebouças – Praça da Mogiana. Foi um símbolo de desenvolvimento, que possibilitou a facilitação do transporte entre diversas cidades.

**Fotografia 5:** PALMÉRIO, Mário de Ascensão. Vila dos Confins, 1956. Editora: J. Olympio.

**Fonte:** Acervo – Academia Brasileira de Letras.

**Fotografia 6:** Cartão de Identidade – Presidência da República – Estado Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra – 1955.

**Fonte:** Arquivo Memorial Mário Palmério.

**Fotografia 7:** PALMÉRIO, Mário de Ascensão. Chapadão do Bugre, 1965. Editora: J. Olympio.

**Fonte:** Arquivo Memorial Mário Palmério.

**Fotografia 8:** Posse de Mário Palmério para a Academia Brasileira de Letras.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio. Edição de sexta-feira, 22 de novembro de 1968.

**Fotografia 9:** Colégio Nossa Senhora das Dores. Fundado em 1883. Descrito como "o grande educandário que honra o progresso educacional de Minas e do Brasil. Com amplas e confortáveis instalações. Corpo docente escolhido e direção das reverendíssimas Irmãs Dominicanas, abnegáveis e incansáveis pioneiras da instrução feminina em nossa terra". Oferecia o curso Ginásial e de formação, além dos cursos de Acomodação e Primário. a foto conta com a apresentação do aspecto interno dos pavilhões do Colégio Nossa Senhora das Dores.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio. Uberaba. Ano XLIX. Edição de domingo, 06 de julho de 1947.

**Fotografia 10:** página 76:Colégio Diocesano de Uberaba, fundado pelos Irmãos Maristas (todos franceses), que chegaram a terras uberabenses em dezembro de 1902 e, liderados pelo bispo Dom Eduardo Duarte Silva inauguraram o colégio, destinado ao ensino de meninos, em 1903.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio. Uberaba. Ano XLIX, domingo, 06 de julho de 1947.

**Fotografia 11:** Informativo da Comissão de Festas, anunciando a formatura e entrega dos diplomas dos formandos de 1951 do Colégio do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Jornal Lavou e Comércio. Ano III. Nº. 793. Uberaba, sexta-feira, 07 de dezembro de 1951.

**Fotografia 12:** Colégio do Triângulo Mineiro e Escola Técnica do Triângulo Mineiro, que traz a indicação desta instituição como sendo a maior organização no sentido educacional no interior do país. Tratava-se de um externato para ambos os sexos, que oferecia Curso Primário, Curso Ginásial (1º ciclo), Curso Científico (2º ciclo - diurno e noturno), Curso Comercial Básico e Curso Técnico de Contabilidade.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio. Ano XLIX. Uberaba, nº 11479, de 06 de julho de 1947.

**Fotografia 13:** Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio. Uberaba. Ano XLIX, nº 11505. Terça-feira, 05 de agosto de 1947.

**Fotografia 14:** Edital de chamadas para os exames vestibulares para ingresso na Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Este documento continha os requisitos para ingresso nesta faculdade, salientando-se, dentre eles, prova de conclusão do curso secundário completo (em duas vias); histórico escolar (em duas vias); atestado de idoneidade moral e carteira de identidade; atestado de sanidade física e mental; certidão de nascimento; prova de estar em dia com as obrigações do serviço militar; duas fotografias 3x4 e recibo de pagamento da taxa de inscrição. O edital trouxe a exigência do reconhecimento de firma dos documentos. Além disso, trouxe a indicação do número de vagas - noventa - quantidade estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação. Os candidatos deviam encaminhar a documentação à Secretaria da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, localizada na Rua (...).

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio. Ano III, nº 12778, Uberaba, segunda-feira, 31 de dezembro de 1951.

**Fotografia 15:** Policlínica da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. De acordo com as notícias divulgadas pelos jornais de circulação da época (1951), este estabelecimento contava com a mais moderna aparelhagem destinada ao atendimento da população. Esse atendimento era feito pelos Odontolandos (pessoas graduadas no Curso de Odontologia).

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério (Centro de Documentação) que dispõe dessas fotos e de outras informações pertinentes aos primeiros cursos oferecidos pelas Faculdades do Triângulo Mineiro.

**Fotografia 16:** Quadro de formandos - Odontolandos de 1951. Dentre os formandos havia cinquenta alunos, dos quais três eram do sexo feminino e quarenta e sete do sexo masculino. Saliente-se que a oferta inicial foi de cento e vinte vagas, porém elas não foram preenchidas em sua integralidade. Os alunos dividiam-se entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Apenas um deles era do Paraná.

**Odontolandos:** de acordo com o Priberam - Dicionário Online da Língua Portuguesa, trata-se de um substantivo masculino, que indica o aluno que está perto de se graduar num Curso de Odontologia.

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

**Fotografia 17:** Curso preparatório destinado aos vestibulares da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. A notícia informava sobre as matrículas nesta instituição e dizia ainda: “o cursinho funcionará de 20 de agosto a 20 de dezembro. Maiores esclarecimentos serão prestados no prédio Comércio e Indústria, 4º andar, das 18:30 às 20:00 horas, segunda, quartas e sextas-feiras”. Indicava também que as matérias de Física e Química seriam ministradas pelo Professor Dr. Jorge Kalapodopoulos e a disciplina de Biologia ficaria a cargo do Professor Carlos Peppe.

**Fonte:** Jornal Lavou e Comércio. Ano III. Nº 12.778. Uberaba, sexta-feira, 17 de agosto de 1951.

**Fotografia 18:** fotografia dos Odontolandos de 1951 – quadro de formandos da primeira turma da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Jornal Lavou e Comércio Nº 12.778. Uberaba, quarta-feira, 19 de dezembro de 1951.

**Fotografia 19:** Vestibular para a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Esta notícia fora apresentada depois do reconhecimento oficial da instituição pelo Governo Federal.

**Fonte:** Jornal Lavou e Comércio, Ano III, nº 12.778, segunda-feira, 31 de dezembro de 1951.

**Fotografia Figura 20 (página 35):** Edital de seleção de candidatos para o primeiro concurso vestibular do Curso de Direito da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro (autorizada pelo Governo Federal pelo Decreto nº 30235), segundo a qual foram abertas as inscrições ao Concurso de Habilitação ao 1º ano de Direito. Ainda em conformidade com a reportagem: “as inscrições estarão abertas de 02 a 20 de janeiro de 1952, na secretaria da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, à Avenida Guilherme Ferreira,

217, nesta cidade de Uberaba - MG". As exigências para ingresso no Curso de Direito desta Faculdade foram os mesmos da faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. A oferta inicial de vagas para este curso foi de cento e vinte vagas. O Jornal Lavoura e Comércio dizia que:

"Em dia que será marcado ainda esta semana, deverá vir a Uberaba o Exmo. Dr. Tancredo Neves, titular da Pasta da Justiça. S. Excia., atendendo a atencioso convite da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, deverá proferir no salão nobre daquele estabelecimento de ensino superior a aula inaugural do ano letivo.

O ilustre mineiro que ocupa uma das mais importantes pastas do Governo do Sr. Getúlio Vargas, é, sem dúvida, uma das figuras de maior relevo nos meios sociais e culturais do país, perfeitamente credenciado a iniciar com uma aula magna as atividades deste ano na faculdade de Direito do Triângulo Mineiro".

Assim como nos outros anos, a abertura das aulas daquele já renomado estabelecimento de ensino será um acontecimento marcante nos anais da cultura e da ciência jurídica em Uberaba.

Ao Sr. Tancredo Neves serão prestadas, ainda, expressivas homenagens nesta cidade".

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio, ano LV, nº 13.450. Uberaba, quinta-feira, 01 de abril de 1954.

**Fotografia 21:** Quadro de formandos da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro - bacharelados de 1956 - primeira turma.

A fotografia de formatura da primeira turma da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro foi encontrada no acervo do Memorial Mário Palmério

A partir dela foi possível extrair algumas informações: em 1956, graduaram-se sessenta e três alunos, dos quais sessenta e dois eram do sexo masculino e apenas uma era do sexo feminino. Não foi possível visualizar os nomes dos graduandos, pois a fotografia da turma não está nítida, ela está rasgada, sendo que foi necessário recorrer a um fotógrafo profissional para recuperar, ainda que parcialmente, a foto. Também não foi possível determinar a quantidade de ingressantes em razão da ausência de notícias ou de registros acadêmicos a esse respeito. Na foto também se pode ver que naquela ocasião, foram homenageados dezoito professores.

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

**Fotografia 22:** Aula inaugural do Curso de Direito das Faculdades do Triângulo Mineiro, que foi proferida pelo então Ministro titular da Pasta da Justiça e Negócios Interiores – o Senhor Doutor Tancredo Neves, graduado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte - MG.

O periódico *Lavoura e Comércio* do dia 01 de abril de 1954 falava com entusiasmo que o Ministro – Dr. Tancredo Neves aceitara atenciosamente o convite feito pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro para palestrar na referida aula inaugural, que aconteceria no salão nobre daquele estabelecimento.

Ainda segundo o jornal, o ministro era uma das pessoas mais bem gabaritadas, uma das figuras de maior destaque nos meios sociais e culturais do país e, por isso, estava apto a dar uma aula magna, iniciando as atividades de um Curso de Direito em uma faculdade deste curso.

A matéria jornalística prometia uma aula inaugural marcante, rica em cultura e conhecimento, que marcaria a ciência jurídica em Uberaba e região. Segundo a reportagem:

"Em dia que será marcado ainda esta semana, deverá vir a Uberaba o Exmo. Dr. Tancredo Neves, titular da Pasta da Justiça. S. Excia., atendendo a atencioso convite da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, deverá proferir no salão nobre daquele estabelecimento de ensino superior a aula inaugural do ano letivo.

O ilustre mineiro que ocupa uma das mais importantes pastas do Governo do Sr. Getúlio Vargas, é, sem dúvida, uma das figura de maior relevo no meios sociais e culturais do país, perfeitamente credenciado a iniciar com uma aula magna as atividades deste ano na faculdade de Direito do Triângulo Mineiro. Assim como nos outros anos, a abertura das aulas daquele já renomado estabelecimento de ensino será um acontecimento marcante nos anais da cultura e da ciência jurídica em Uberaba.

Ao Sr. Tancredo Neves serão prestadas, ainda, expressivas homenagens nesta cidade".

**Fonte:** *Jornal Lavoura e Comércio*, Ano LV, nº 13.450, Uberaba, quinta-feira, 01 de abril de 1954.

**Fotografia 23:** Propaganda da venda de livros na área de Odontologia e de Direito, a partir do ano de 1954, feita pela Livraria Jardim, localizada na Rua Vigário Silva, nº 7.

**Fonte:** Jornais de grande circulação da cidade, como *Lavoura e Comércio* e *Correio Católico*.

**Fotografia 24:** Inauguração da Junta de Conciliação e Julgamento. A edição de 10 de abril de 1954 do Jornal Lavoura e Comércio dizia que Uberaba receberia naquele mesmo ano sua Junta de Conciliação e Julgamento. Este foi um relevante acontecimento que acarretou elogios vindos do ministro Tancredo Neves, que dizia que, em se tratando de ensino, essa cidade era um exemplo para todo o Brasil.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio, Ano LV, nº 13.458, Uberaba, sábado, 10 de abril de 1954.

**Fotografia 25:** Reconhecimento da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, o que se deu por intermédio do Decreto nº 39461 de 20 de dezembro de 1955.

**Fonte:** Secretaria do Conselho – Reitoria da Universidade de Uberaba (Uniube).

**Fotografia 26:** Divulgação, pelas mídias locais, do reconhecimento da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro.

**Fonte:** Jornal Lavoura e Comércio, em sua edição de quarta-feira, 21 de dezembro de 1955 trouxe o referido anúncio de reconhecimento.

**Fotografia 27:** Divulgação, pelas mídias locais, do reconhecimento da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro. O Jornal Lavoura e Comércio, em sua edição de quarta-feira, 21 de dezembro de 1955 anunciava o referido reconhecimento.

**Fonte:** Jornal Correio Católico. Ano 59, nº 1985. Uberaba, quarta-feira, 04 de janeiro de 1956.

**Fotografia 28:** Protesto silencioso de estudantes, motivado pelo espancamento do qual foi vítima um estudante da Faculdade de Direito no interior da Delegacia de Polícia. A notícia, trazida pelo Jornal Correio Católico de 1955, dizia que:

“Mais de quinhentos estudantes integraram a passeata que representou o protesto da classe estudantil pelo espancamento de que foi vítima um estudante da Faculdade de Direito, no interior da Delegacia de Polícia. O movimento desenrolou-se dentro da mais impecável ordem, não sendo assinalado pela mais leve perturbação”.

Ainda segundo a reportagem, não houve impedimento da polícia para a realização da passeata, no entanto, essa corporação não estava de acordo com o

movimento. A notícia continua dizendo que ao término do desfile, os estudantes concentraram-se no interior da Faculdade, sendo que vários universitários fizeram uso da palavra e cumprimentaram seus colegas pelo espírito universitário empreendido naquele movimento de desagravo. Na mesma ocasião, foram lançadas bases para a criação do DCE. De acordo com informações desta edição do Jornal Correio Católico:

“Nas Faculdades de Direito, Medicina e Odontologia, respeitando a greve (por 24 horas) decretada pelos Diretórios Acadêmicos, não houve aula. Houve adesão dos estudantes secundários de várias turmas do Colégio Triângulo Mineiro e Escola Técnica José Bonifácio, que também não compareceram às aulas do dia”.

**Fonte:** Jornal Correio Católico de 1955.

**Fotografia 29:** Livro de formandos da terceira turma da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro. Conseguiu-se extrair deste livro a informação de que a terceira turma da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro era composta por alunos vindos de diversas localidades, como São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esta turma escolheu como paraninfo o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil – o Dr. João Belchior Marques Goulart. Esse Livro de Formandos é de dezembro de 1963 e tinha em sua capa os seguintes dizeres:

“À S. Excia. Sr. Dr. João Belchior Marques Goulart, preclaro Presidente da República, a simpatia e admiração dos bacharelados de 1963 da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro.  
Uberaba - MG, dezembro de 1963”.

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

**Fotografia 30:** Fotografia do Ex-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

**Fotografia 31:** Primeiras providências de Mário Palmério visando à inauguração das Faculdades de Engenharia e Farmácia do Triângulo Mineiro. A notícia continha a seguinte informação:

“Deputado Mário Palmério tomando as primeiras medidas no sentido da criação das faculdades de Engenharia e Farmácia, o deputado Mário Palmério tornou mais visível aos olhos uberabenses a futura presença da Universidade do Triângulo Mineiro. No ensino, sua participação estendeu-se, ainda, à criação do Instituto de Pesquisa do Brasil Central, terceira instituição, no gênero, do país e à construção de dependências para a futura Biblioteca Pública.

**Fonte:** Jornal Correio Católico. Ano 59, nº 1985. Uberaba, terça-feira, 10 de janeiro de 1956. P. 02.

**Fotografia 32:** Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro recebe subvenção inicial de Cr\$1.000.000,00.

De acordo com o Jornal Correio Católico de 1956, dado o passo inicial para a fundação da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro:

“Era necessário obter a instituição de uma verba para a instalação da escola, o que foi possível graças a intervenção do Deputado Mário Palmério, que conseguiu a subvenção inicial de Cr\$1.000.000,00, a qual já foi incluída no orçamento da República para o corrente ano, conforme a Lei nº 2665 de 06 de dezembro de 1955, publicada no Diário Oficial do dia 12 desse mesmo mês e ano”.

**Fonte:** Jornal Correio Católico. Ano 59, nº 1985. Uberaba, terça-feira, 10 de janeiro de 1956. P. 05.

**Fotografia 33:** Realização do primeiro exame vestibular da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro – 1956.

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

**Fotografia 34:** Comissão avaliadora do primeiro vestibular da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro - 1956.

A citada comissão era composta por doze autoridades, dentre engenheiros (como o Dr. João Guido), professores (Dr. Mário Palmério), matemáticos, arquitetos dentre outros profissionais, conforme constam de anotações nas fotos da época do vestibular.

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

**Fotografia 35:** Livro de formandos da primeira turma da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro.

Nesse livro há vinte e seis alunos, todos do sexo masculino e vindos de vários estados brasileiros, como São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

**Fonte:** Acervo Memorial Mário Palmério.

**Fotografia 36:** Anúncio de livros especializados nas áreas de Direito, Medicina, Odontologia, Engenharia, Filosofia, Farmácia e outros. O anúncio ainda frisava a facilidade de pagamentos dos livros que eram vendidos pelo sistema de crédito ou à vista, trazendo, ainda, a informação de que esta era a “única representação do gênero no Brasil Central”.

**Fonte:** Jornal Correio Católico. Ano 60, nº 2112, de 02 de julho de 1956. Página 05.

ANEXO 2: DECRETO Nº 38461 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1955 - RECONHECIMENTO DO CURSO DE DIREITO

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, DIÁRIO OFICIAL, SEÇÃO I

ANO XCV - Nº 77

CAPITAL FEDERAL

TERÇA FEIRA, 3 DE ABRIL DE 1954

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 38.461 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 1955

Reconhece o curso de bacharelado da Faculdade de Direito do Trabalho Mineiro.

O Vice Presidente do Conselho Federal, no exercício do cargo de Presidente da República usou da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 87, da Constituição e nos termos do art. 21 do Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1936, decreta:

Artigo único. - É concedido reconhecimento no curso de bacharelado da Faculdade de Direito do Trabalho Mineiro, mantida pela Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro - em sede em Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1955, 134ª da Independência a 67ª da República.

NEREU RUISES

Algar Mendes

38.461 - 25-3-556 - C18 81.600

DECRETO Nº 28.962 - DE 28 DE MARÇO DE 1956

torna pública a retirada da reserva feita pelo Chile a Convenção relativa ao Reconhecimento Internacional de Diplomas emitidos por Organizações de Aviação Civil Internacional, a 19 de dezembro de 1955, cujo instrumento de ratificação da referida Convenção, a termos da comunicação feita à Organização de Aviação Civil Internacional à Delegação do Brasil em 4 de janeiro de 1956, apenas, por cópia, ao presente ato.

O Presidente da República:

torna público que o Governo do Chile ratificou e reserva que havia feito a Convenção relativa ao Reconhecimento Internacional de Diplomas emitidos por Organizações de Aviação Civil Internacional, a 19 de dezembro de 1955, cujo instrumento de ratificação da referida Convenção, a termos da comunicação feita à Organização de Aviação Civil Internacional à Delegação do Brasil em 4 de janeiro de 1956, apenas, por cópia, ao presente ato.

JOSÉ CARLOS ROBERTSON

José Carlos de Macedo Soares  
International Civil Aviation Organization  
Montreal, Canada.

4 January 1956

The Secretary General of the International Civil Aviation Organization

has honour to refer to his letter (Ref. ICAO Doc. 2011, dated 19 March 1952, in which it was indicated that on 20 November 1951, the Government of Chile had ratified, subject to a reservation, the Convention on the International Recognition of Rights in Aircraft, done at Geneva on 19 June 1948.

The Chilean Government has now withdrawn its reservation and has again ratified the Convention according to this line, without reservation, having deposited a new instrument of ratification with the Organization on 19 December 1955. Accordingly, the Convention, pursuant to Article XX thereof, will come into force in respect of Chile on the thirtieth day after the aforesaid deposit, that is, on 18 March 1956.

The following other States have ratified this Convention: Mexico (instituted a reservation - 5 April 1950), United States of America (6 September 1949), Sweden (19 June 1952), Brazil (3 July 1953), Norway (16 March 1954) and Sweden (16 November 1955).

The Representative of Brazil - on the Council of ICAO, Montreal, Canada.

Tradução

Organização de Aviação Civil Internacional.  
Edifício Aviação Internacional  
Montreal, Canadá.

4 de Janeiro de 1956

O Secretário Geral da Organização de Aviação Civil Internacional empenha-se a sua conta (Ref. ICAO Doc. 2011, datada de 19 de março de 1952), pela qual se informa que a 22 de novembro de 1951, o Governo do Chile tinha ratificado, com uma reserva, a Convenção relativa ao Reconhecimento Internacional de Diplomas emitidos por Organizações de Aviação Civil Internacional em 19 de junho de 1948.

O Governo do Chile retirou agora esta reserva e ratificou novamente a mencionada Convenção, desta vez sem reserva, tendo depositado novo instrumento de ratificação junto à Organização em 19 de dezembro de 1955. Consequentemente, a Convenção, de acordo com seu artigo XX, entrará em vigor em relação ao Chile a partir de 18 de março de 1956.

junho de 1953), Brasil (3 de julho de 1953), Noruega (16 de novembro de 1954) e Suécia (16 de novembro de 1955).

Ao Delegado do Brasil no Conselho da OACI, Montreal, Canadá.

DECRETO Nº 38.961 DE 3 DE ABRIL DE 1956

Revoca a Lei nº 7.698, de 27 de dezembro de 1955.

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º - As sobretaxas de câmbio arrecadadas nos termos da Lei nº 7.145, de 29 de dezembro de 1953, destinam-se, em ordem de prioridade:

I - ao pagamento de bonificações aos exportadores;

II - à regularização de operações cambiais realizadas antes de 29 de dezembro de 1953 por conta do Tesouro Nacional;

III - à pavimentação de estradas de rodagem, na proporção de 30% (trinta por cento) das sobretaxas arrecadadas, uma só vez ou em parcelas, antes ou depois da refundição no Brasil, pela importação de petróleo e seus derivados;

IV - ao financiamento, a longo prazo e juros baixos, da modernização dos métodos de produção agrícola e recuperação da lavoura açucareira e ainda à compra de produtos agropecuários, de sementes, adubos, inseticidas, máquinas e utensílios para emprego na lavoura.

Art. 2º - De cada recebimento de sobretaxas arrecadadas pela importação de petróleo e seus derivados, efetuado depois de 29 de dezembro de 1953, o Banco do Brasil S.A. creditará:

a) - 70% (setenta por cento) à conta de sobretaxas e bonificações cambiais, por conta do Tesouro Nacional;

b) - 30% (trinta por cento) à conta especial para ser entregue ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

Art. 3º - Ao fim de cada trimestre civil o Banco do Brasil S.A., transferirá para a conta de pagamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico o saldo existente na conta referida na letra b) do artigo anterior.

Art. 4º - Das importâncias recebidas na forma do artigo anterior o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico creditará:

a) - 80% (oitenta por cento) à conta do Fundo Nacional de Pavimentação;

b) - 20% (vinte por cento) à conta do Fundo Especial de Substituição de Têxteis Ferroviários, entre os depósitos do Tesouro Nacional.

Parágrafo único - Condições parciais a cujo financiamento se destina o Fundo Especial de substituição de têxteis ferroviários, e resultados de empréstimos assumidos para a execução das mesmas, extingui-se o Fundo Especial a que se refere a letra b) deste artigo, e seu saldo será transferido para a conta do Fundo Nacional de Pavimentação. A este se destinará, desde então, toda a arrecadação referida no artigo anterior.

Art. 5º - O Fundo Nacional de Pavimentação será aplicado exclusivamente em pavimentação de estradas de rodagem compreendidas no Plano Rodoviário Nacional, Estaduais e Territoriais.

Parágrafo único - A aplicação do Fundo Nacional de Pavimentação nas rodagens compreendidas no Plano Rodoviário Nacional, Estaduais e Territoriais.

Art. 6º - Do total do Fundo Nacional de Pavimentação:

a) - 40% (quarenta por cento), constituirá receita do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e

b) - 60% (sessenta por cento) constituirá receita dos Departamentos de Estradas de Rodagem em órgãos equivalentes dos Estados, Distrito Federal e Territórios.

§ 1º - Das importâncias creditadas no Fundo Nacional de Pavimentação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico transferirá 40% (quarenta por cento) para a conta do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

§ 2º - Os recursos 60% (sessenta por cento) serão transferidos trimestralmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para contas a ordem dos Departamentos de Estradas de Rodagem em órgãos equivalentes dos Estados, Distrito Federal e Territórios, feita a distribuição nos percentuais que lhe foram indicados pelo Conselho Rodoviário Nacional.

§ 3º - A distribuição pelo Conselho Rodoviário Nacional entre os Estados, Distrito Federal e Territórios, será feita de acordo com os coeficientes indicados no presente correspondente para a distribuição dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional.

§ 4º - As contas do Fundo Nacional de Pavimentação serão as seguintes: a) - Fundo Nacional de Pavimentação; b) - Fundo Nacional de Pavimentação - Estradas de Rodagem; c) - Fundo Nacional de Pavimentação - Estradas de Rodagem em órgãos equivalentes dos Estados, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º - O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e os Departamentos de Estradas de Rodagem em órgãos equivalentes dos Estados, Distrito Federal e Territórios, terão

§ 1º - As contas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dos Departamentos de Estradas de Rodagem em órgãos equivalentes dos Estados, Distrito Federal e Territórios, terão

§ 2º - As contas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dos Departamentos de Estradas de Rodagem em órgãos equivalentes dos Estados, Distrito Federal e Territórios, terão

§ 3º - As contas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dos Departamentos de Estradas de Rodagem em órgãos equivalentes dos Estados, Distrito Federal e Territórios, terão

§ 4º - As contas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dos Departamentos de Estradas de Rodagem em órgãos equivalentes dos Estados, Distrito Federal e Territórios, terão

§ 5º - As contas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dos Departamentos de Estradas de Rodagem em órgãos equivalentes dos Estados, Distrito Federal e Territórios, terão